



**POLITÉCNICO
DE LEIRIA**

ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
E CIÊNCIAS SOCIAIS

**ESTUDO SOBRE O PROJETO SEMENTE DE DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO EM SANTO ANTÃO**

Dissertação

Ana Matilde Bourhis Dias de Jesus

Trabalho realizado sob a orientação de

Maria João Santos, ESECS-Politécnico de Leiria

Jenny Sousa, ESECS-Politécnico de Leiria

Leiria, março 2023

Mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Educação
e Desenvolvimento Comunitário

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

Ao Karamu, à Sandji, ao Malá, ao Lamini, ao Alay, ao Gerson, ao Ailton, à Heidilana, ao Bruno, ao Liedson, ao Ednilson, ao Maqui, ao Punho, à Nininha, ao Sr. Vitor, ao Sr. Gregório, à Bia, à D. Camila, à Maria, ao Germano e a todos aqueles que durante um ano me fizeram sentir, pela primeira vez, parte de uma comunidade. À calma em momentos de aflição e à certeza em momentos de inquietação. À força e à resiliência, à alegria e ao amor. À *morabeza*, aos abraços madrugadores, às vozes pela rua e ao sentimento de pertença. Ao peixe *fresk* e à simplicidade de uma porta aberta com *katchupa pa tud gente*. Às lições diárias de humildade e empatia. Ao sentir que Porto Novo é casa, e que a comunidade é família.

A eles, e aos que me encorajam a chegar a bom Porto (Novo). À minha mãe e à Mariazinha por estarem sempre presentes. À Alice pela inocência e pureza. Ao Durval pelo eterno ombro amigo e pela exaustiva revisão. Ao António por (me ter feito) acreditar em mim. Aos amigos e amigas que ouviram os meus lamentos e me encorajaram a continuar, ou a desistir, caso fosse essa decisão a melhor. Às amigas do trabalho, pela partilha dos dias de estudo e leitura. Às minhas orientadoras, pela força e confiança.

A todos os *mnines* que me fizeram *ver*, para além da varanda de minha casa.

Resumo

O Desenvolvimento Humano (DH) tem sido percebido como elemento fundamental para o desenvolvimento das comunidades. O Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas há 32 anos que declara que as pessoas são a verdadeira riqueza das nações, medidas através das relações que estabelecem com os governos, o habitat natural e umas com as outras. Nunca como hoje as instituições assumem um papel importante na contenção das emoções, dos preconceitos, do sentido de pertença e dos riscos assumidos, criando um sentido de identidade. No entanto, apesar destas virtudes, importa para este estudo perceber como é percebido o percurso seguido pela Associação Sementera Kriativ (SK) e de que forma ele se constitui um elemento promotor do desenvolvimento da comunidade de Porto Novo.

Com ação no terreno desde 2017, sem que até à data se tivesse realizado um estudo e/ou avaliação, as inquietações foram surgindo. Entre elas, o impacto que a ação dos voluntários internacionais poderia ter junto dos beneficiários diretos, bem como da restante comunidade; além disso, existia a dúvida de as atividades desenvolvidas poderem não se adequar às necessidades identificadas pela comunidade, e se de facto teriam benefícios para o dia-a-dia da mesma; por fim, pretendia-se entender se a comunidade se sentia efetivamente incluída enquanto participante do projeto.

É objetivo deste estudo conhecer a percepção que a comunidade, os parceiros e os beneficiários do projeto têm sobre o mesmo, bem como, identificar as consequências da intervenção dos voluntários internacionais. Pertende-se, igualmente, perceber se as atividades desenvolvidas neste projeto vão ao encontro das necessidades dos beneficiários, verificando se as crianças e jovens passam menos tempo na rua e de que forma essa intervenção altera os interesses das crianças e jovens expandindo e/ou adquirindo novas competências. Ainda, se pretende verificar se a comunidade participa de forma ativa no desenvolvimento do projeto.

A metodologia utilizada assenta numa abordagem qualitativa, efetivada num estudo de caso, tendo sido utilizadas como técnicas de recolha de dados a entrevista semiestruturada e a análise documental. Como técnicas de análise de dados, aplicou-se a análise de conteúdo. Dos resultados obtidos destacamos o facto da Associação Sementera Kriativ ser percecionada pelos vários intervenientes como um fator de desenvolvimento da comunidade de Porto Novo. Existe, assim, um reconhecimento por parte dos diversos stakeholders de que este projeto se constitui um elemento promotor do desenvolvimento da população local.

Palavras-chave

Comunidade, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento humano, empowerment.

ABSTRACT

Human Development has been perceived as a fundamental element for community development. The United Nations Human Development Report has been declaring for 32 years that people are the true wealth of nations, measured through the relationships they establish with governments, natural habitat, and with each other. Never like today have the institutions assumed an important role in containing emotions, prejudice, sense of belonging and risks assumed, creating a sense of identity. However, despite these virtues, it matters to this study to understand how the path followed by Associação Sementera Kriativ (SK) is perceived, and how it performs as a promoting element of community development in Porto Novo. With action on the field since 2017, without any study having been conducted so far, concerns were arising. Among them, the impact that the action of international volunteers could have next to the direct beneficiaries, as well as to the rest of the community; moreover, there was a doubt on how fit could the activities developed be in regard to the needs identified by the community, and whether they would have actual benefits for their daily lives; finally, there was the intention to understand if the community did indeed feel included as participant on the project.

It is a goal of this study to discover the perception that, the community, partners and beneficiaries have of the project, as well as to identify the consequences of the intervention of international volunteers. It is also intended to understand if the activities developed in this project meet the needs of the beneficiaries, checking if the children spend less time on the streets, and in which way that intervention changes the interests of children and young people by expanding and/or acquiring new skills. Furthermore, it is intended to verify if the community participates actively in the project development. The methodology used is based on a qualitative approach, carried out in a case study, having been used as data collection techniques the semi-structured

interview and document analysis. As data collection analysis technique, content analysis was applied.

From the results obtained, we point out the fact that Associação Sementera Kriativ is perceived by the various stakeholders as a factor of community development in Porto Novo. There is, thus, a recognition by the various stakeholders that this project constitutes a promoting element of the local population's development.

Keywords

Community, community development, human development, empowerment.

ÍNDICE GERAL

Estudo sobre o Projeto Semente de Desenvolvimento Comunitário em Santo Antão	i
Agradecimentos.....	1
Resumo.....	2
Abstract	4
Índice Geral.....	6
Índice de Tabelas	8
Abreviaturas	9
Introdução	10
I Enquadramento teórico	14
1.1 Desenvolvimento humano	14
1.1.1 Conceito de Desenvolvimento	14
1.1.2 Conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	24
1.1.3 Desenvolvimento em Cabo Verde.....	36
1.2 Desenvolvimento Comunitário	42
1.2.1 Conceito de Comunidade	42
1.2.2 Conceito e Princípios do Desenvolvimento Comunitário.....	48
1.2.3 Tradição, Cultura e Desenvolvimento Comunitário	53
1.2.4 Empoderamento das Comunidades	56
1.2.5 Olhares e Reflexões em Torno do Desenvolvimento Comunitário	60
II Metodologia	69
2.1 Tipo de estudo	69
2.1.1 Pergunta de Partida e Objetivos de Estudo	70
2.2 Caraterização do Contexto de Implementação do Projeto de Investigação....	71
2.2.1 Caraterização de Porto Novo	71

2.2.2 Caraterização da Associação Sementera Kriativ	75
2.3 Caraterização da Amostra	77
2.4 Recolha de Dados: Técnicas, Instrumentos e Procedimentos	78
2.5 Técnicas de análise dos dados.....	81
2.6 Questões éticas.....	81
III Apresentação e discussão de resultados.....	83
Conclusões.....	119
Referências bibliográficas.....	127
Anexos	135
Anexo 1 – Documento orientador (entrevistas).....	136
Anexo 2 - Guiões das Entrevistas	137

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Análise temática das entrevistas à comunidade.....	82
Tabela 2. Análise temática das entrevistas aos utentes dos Centros de Dia.....	91
Tabela 3. Análise temática das entrevistas aos jovens.....	98
Tabela 4. Análise temática da entrevista à Coordenadora do ICCA.....	107
Tabela 5. Análise temática da entrevista à CMPN.....	112

ABREVIATURAS

CM – Câmara Municipal

CMPN – Câmara Municipal de Porto Novo

DC – Desenvolvimento Comunitário

DH – Desenvolvimento Humano

ICCA – Instituto da Criança Cabo-verdiana e do Adolescente

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INE – Instituto Nacional de Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PEMDS – Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável

PEDS – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SK – Sementeria Kriativ

UNDP – United Nations Development Programme

INTRODUÇÃO

A presente investigação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação com especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário, tendo sido abordado, como tema central, o Desenvolvimento Comunitário.

Em março de 2018, partíamos na nossa primeira missão de voluntariado em Cabo Verde, São Vicente, por um período de dois meses. O programa de voluntariado pressupunha o desenvolvimento de atividades junto de crianças e jovens de dois Centros Juvenis (Ribeira d' Craquinha e Pedra Rolada) localizados em bairros da periferia da cidade de Mindelo, marcados por situações de vulnerabilidade, no sentido de minimizar o elevado nível de insucesso, abandono e absentismo escolar.

Em setembro do mesmo ano, partíamos para Porto Novo, novamente em regime de voluntariado, para coordenar o projeto Semente da Associação Sementera Kriativ por seis meses (que se estenderam a um ano). Antes da nossa partida, em setembro de 2019, conseguimos que duas pessoas locais se envolvessem no projeto e que, depois de capacitados, assumissem a posição de coordenadores no terreno – contrariamente ao que acontecia desde a criação do projeto, em 2017.

Terá sido após este contacto com a realidade de Cabo Verde, insatisfeitos pela desigualdade e injustiça fortemente presente nestas comunidades, que percebemos que queríamos saber mais sobre Desenvolvimento Humano, numa tentativa de contrariar o panorama que tínhamos presenciado (optamos por não usar a expressão “vivido”, por nos considerarmos numa posição de privilégio, mesmo tendo residido em Porto Novo durante um ano). Com relação ao que se disse, salientamos o facto de existirem várias formas de atuação das desigualdades e que estas interagem umas com as outras, podendo “acumular-se ao longo da vida e frequentemente serem realçadas por profundos desequilíbrios de poder” (UNDP, 2019, p. 3).

Assim, em outubro de 2020, ingressámos no presente Mestrado, na esperança de fazer melhor, lado-a-lado com a comunidade, ouvindo-a e respeitando-a em todos os aspetos da sua génese e fazendo uso das suas potencialidades, contrariando a dependência

enraizada ao longo dos anos, pois conforme diz Amartya Sen (2000, p. 33), “mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo”.

A nossa relação com a Sementera manteve-se, fazendo parte da mesma (no sentido jurídico), acompanhando de perto as ações colocadas em prática através do contacto regular com os coordenadores locais. No entanto, talvez devido ao conhecimento que foi adquirido no decorrer do Mestrado, foram surgindo dúvidas e questões relativamente ao impacto que o projeto poderia ter na comunidade de Porto Novo. Estas inquietações prendiam-se maioritariamente com a presença dos voluntários internacionais e com o facto de haver efetivamente uma melhoria no dia-a-dia destas pessoas.

A par com as inquietações acima manifestadas, à medida que nos envolvíamos de mais conhecimento e maior sentido crítico, tornou-se cada vez mais nítida a ideia de que nem sempre a noção de Desenvolvimento Humano é utilizada da forma mais correta, tendo, por isso, efeitos contrários aos que resultariam daquela que consideramos ser a definição desejada: processo que expande o leque de possibilidades disponíveis a cada pessoa: viver uma vida longa e com saúde; adquirir conhecimentos e capacidades; aceder a recursos para possuir um nível de vida decente (PNUD, 1990).

Para além disso, também o conceito de Desenvolvimento Comunitário teve/tem um percurso sinuoso e polémico, facto que nos levou a percorrer as ideias de diversos autores, numa tentativa de as relacionar com o contexto da ação da SK em Porto Novo. Deste modo, no decorrer da presente investigação, teremos como núcleo orientador da prática do Desenvolvimento Comunitário (DC), os seguintes princípios:

partem de problemas comunitários ou necessidades; constituem-se como processos de mudança, colectivos, profundamente educativos; têm um carácter endógeno e integrado; como objectivos centrais aparecem a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a valorização/formação dos recursos locais; o fortalecimento da capacidade, organização e confiança das pessoas; implicam a

participação dos interessados; implicam a redistribuição de poder ou empowerment, bem como o controlo do processo pelos participantes; finalmente, devem articular-se com processos externos (Fragoso, 2005b, p. 30).

Surge assim, com base nas inquietações anteriormente manifestadas e nos princípios do DC acima referidos, a nossa questão de investigação: em que medida o projeto Semente da Associação Sementera Kriativ contribui para o desenvolvimento da comunidade de Porto Novo?

Deste modo, de forma mais pragmática, elencamos os seguintes objetivos:

1. Conhecer a perceção que a comunidade, a rede formal de recursos e os beneficiários do projeto têm sobre o mesmo;
2. Identificar as consequências da intervenção dos voluntários internacionais;
3. Perceber se as atividades desenvolvidas vão ao encontro das necessidades dos beneficiários;
4. Verificar se as crianças e jovens passam menos tempo na rua;
5. Perceber se os interesses das crianças e jovens se expandiram e/ou adquiriram novas competências;
6. Verificar se a comunidade participa de forma ativa no desenvolvimento do projeto.

Estrutura do trabalho

O trabalho tem início com o enquadramento teórico (capítulo I), partindo de algumas abordagens teóricas ao conceito de desenvolvimento, culminando na noção de Desenvolvimento Humano, bem como no conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ainda neste capítulo, considerou-se necessário abordar a questão do Desenvolvimento em Cabo Verde. No subcapítulo seguinte, referente ao Desenvolvimento Comunitário, abordou-se o conceito de comunidade, fez-se alusão a diversos autores no sentido de compreendermos o conceito e princípios do DC,

abordou-se o significado de tradição e cultura e a sua relação com o DC, tratou-se da noção de empoderamento e, por fim, foi feita uma análise e reflexão em torno da conceção de DC.

Relativamente à metodologia (capítulo II), enquanto parte empírica do trabalho, cumpre esclarecer as opções tomadas, bem como os caminhos seguidos. Deste modo, foi explicado o tipo de estudo, dado a conhecer a pergunta de partida e objetivos de investigação. De seguida, foi feita a caracterização do contexto de implementação do projeto de investigação, bem como a caracterização da amostra em estudo e apresentação das técnicas, instrumentos e procedimentos seguidos. Concluímos este capítulo com as técnicas de análise de dados e questões éticas.

No ponto seguinte (capítulo III) fez-se a apresentação e discussão dos resultados obtidos, realizando o devido confronto com a literatura. De seguida, apresentaram-se as conclusões, identificando as principais convicções e respondendo à questão de investigação e objetivos. A conclusão termina com as limitações da investigação e é feita uma proposta de estudo futuro.

I ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 DESENVOLVIMENTO HUMANO

O presente capítulo procurará explorar a evolução do conceito de Desenvolvimento Humano, bem como as suas reformulações ao longo dos anos, dando ênfase à definição adotada pelo primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, apresentada em 1990 juntamente com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). À imagem do que imaginaram os seus criadores Amartya Sen e Mahbub ul Haq (PNUD, 1990), o Desenvolvimento Humano entende-se pelo processo que possibilita o aumento das escolhas de cada pessoa, permitindo, conseqüentemente, viver uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para uma vida digna, gozar dos Direitos Humanos e da liberdade política para ter uma presença ativa na sociedade.

1.1.1 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

A exagerada expansão semântica do conceito de desenvolvimento criou uma profunda confusão em torno do seu significado, convertendo-o numa ideia vaga que pretende exprimir os melhores desejos para a humanidade, mas sem explicá-los ou torná-los operativos. Neste contexto, a utilização deste termo é complexa e arriscada. Não obstante é imprescindível reflectir sobre os seus significados, pois, apesar das críticas, através dele exprime-se a aspiração humana de alcançar as melhores condições de vida (Gómez et al., 2007, p. 29).

Fortemente associado ao conjunto de mudanças que marcaram a evolução das sociedades ocidentais ao longo do século XX, o conceito de desenvolvimento, de acordo com Pochmann (2016), terá tido uma estreita ligação entre este período e a (suposta) evolução do conceito. Destarte, a classificação dos países em termos de desenvolvimento, era feita segundo indicadores de crescimento económico, em particular o nível de rendimento *per capita*.

Em consequência disso, a relação íntima entre desenvolvimento e crescimento económico, “enquanto processo contínuo de aumento da produção de bens e serviços”, conforme salienta Amaro (2003, p. 10), levou a que o bem-estar – “termo que pretende designar o sentido e a finalidade de um bom desenvolvimento”, de acordo com Gómez et al. (2007, p. 34) - da população no seu todo, fosse ignorado – desde a “educação, saúde, habitação, relações sociais, sistema político, valores culturais, etc.”. A respeito disto, Sarah White (2010, p. 171), ressalva que este paradigma poderia ser contrariado caso se procurasse promover o bem-estar das pessoas pobres e excluídas, “transforming the terms on which they engage with others and others engage with them, at structural as well as more immediate levels”. No entanto, este estado de bem-estar não tem sido equitativo, nem o seu percurso benéfico para todos. Como podemos verificar,

a procura da felicidade humana, ou o logro do bem-estar e de melhores condições de vida, actualmente associados ao termo “desenvolvimento”, implicam, paradoxalmente, uma sucessão de factos sangrentos para a humanidade. Acontecimentos que dão conta da relação dialéctica entre pobreza e riqueza, participação e exclusão, dominação e autonomia. Circunstâncias reais que justificam o facto de, ao falar-se de desenvolvimento, fazer-se referência a uma prática histórica complexa, que tem a sua origem no desejo primogénito e quase intuitivo de procurar uma vida melhor. Tarefa que tem sido entendida, a maioria das vezes, como a acumulação de bens e poder e, em menor medida,

como caminho para construir uma sociedade equitativa (Gómez et al., 2007, p. 13).

Por esta altura, o conceito de crescimento económico tornara-se sinónimo de desenvolvimento, tendo havido vários autores que associaram o conceito de desenvolvimento às ciências económicas, de forma estrita e privilegiada. No entanto, esta ideia tem sido protagonista de várias versões, tornando-se, ao longo dos anos, mais complexa e menos evidente. Com o contributo da interdisciplinaridade e de experiências de várias práticas, tornou-se, deste modo, “objeto de novas polémicas, mas também, capaz de novas formulações, desafios e motivo de renovado interesse” (R. R. Amaro, 2003, p. 33).

A agitação em torno do conceito de desenvolvimento não se terá limitado ao crescimento económico, “enquanto processo contínuo de aumento da produção de bens e serviços”, conforme sublinha o autor. Surge, posteriormente, uma associação entre industrialização e aquilo a que se almejava atingir enquanto desenvolvimento das sociedades (europeias – ditas desenvolvidas) em processos de industrialização. Assim,

tendo sido o crescimento económico (condição do desenvolvimento) assente historicamente nos países ditos desenvolvidos, em processos de industrialização, rapidamente a expressão «países industrializados» se converteu em sinónimo de «países desenvolvidos» e aquela foi apresentada como uma etapa obrigatória na caminhada dos países do Terceiro Mundo para o desenvolvimento (R. R. Amaro, 2003, p. 10).

Por conseguinte,

o subdesenvolvimento era visto como um atraso no desenvolvimento, a tradição um obstáculo à modernização, o campo e os meios rurais um passo atrás na caminhada para as cidades e para o progresso, as culturas e as mentalidades não

européias um constrangimento à eficiência produtiva e ao bem-estar material (R. R. Amaro, 2003, p. 10).

Tendo em consideração a ideia acima apresentada, “a «modernização» dos restantes países é entendida à imagem do Ocidente e, portanto, sinónimo de ocidentalização”, conforme salientam Ferreira e Raposo (2017, p. 116). Na continuação da linha de pensamento das autoras, sublinhamos uma acentuada tendência para a superioridade ocidental, numa “missão «civilizadora» ou «modernizadora»”, continuamente sustentada por “argumentos filantrópicos”, dos quais, se faz uso numa tentativa de justificação/absolvição do colonialismo disfarçado de alavanca para o desenvolvimento.

Nesta linha e de acordo com o autor de *Power of Development* (Crush, 1995, p. 5), “Development is thus fundamentally about mapping and making, about the spatial reach of power and the control and management of other peoples, territories, environments, and places”, exaltando a hegemonia presente em torno deste tão desejado estado de desenvolvimento.

Apesar das críticas, é comum entender-se que o artigo *Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe* de Paul Rosenstein-Rodan (1943), seja “um dos textos fundadores da moderna teoria do desenvolvimento”, conforme nos relata Leme (2015, p. 496).

Na linha de pensamento de Amaro (2003), esta ideia de países industrializados, facilmente se transformaria em sinónimo de países desenvolvidos, sendo adicionada às etapas a cumprir para que os países em vias de desenvolvimento - concepção criada pelos países do Ocidente e em comparação com os mesmos - pudessem alcançar o desenvolvimento *per se*. Por conseguinte, esta visão simplista levaria a uma “investida sociológica contra o reducionismo do problema como questão exclusivamente económica”, como descrito por Leme (Leme, 2015, p. 498).

Na visão de Amaro (2003), o marco do desenvolvimento (para além das ciências económicas e da industrialização) surge após a Segunda Guerra Mundial, sendo referido como fator principal a “independência da maioria das antigas colónias europeias”, que

nutriam o desejo de “caminhar para a prosperidade e a riqueza total, como os seus antigos colonizadores, a par da sua independência política.” Em resultado dessa ambição, “vários autores e várias instituições (em particular os diversos departamentos da ONU) se debruçaram sobre os seus casos, procurando propor-lhes matrizes de referência, caminhos e estratégias, num afã que nem sempre foi inocente” (p. 4).

No entanto, de acordo com Santos (2008, p. 8), apesar do contexto de descolonização, “Mesmo países que apresentavam taxas de crescimento económico bastante elevadas (...) estavam limitados pela profundidade da sua dependência económica e política da economia internacional”, verificando-se uma prevalência dos moldes capitalistas criados por países centrais. Relativamente a isto, Amaro (2017) enfatiza o “etnocentrismo de origem eurocêntrica” em torno do conceito de desenvolvimento, tornando-o

frequentemente, de natureza colonialista e imperialista ou neo-colonialista, não só nas suas expressões político-formais e territoriais, mas também e sobretudo nos seus processos mais insidiosos de natureza cultural, económica, social, ambiental, cognitiva, simbólica e ética, que se impuseram como “modelos ou caminhos a seguir”, como modernidade e civilização superiores a alcançar, ou como farol ou sol de referência (p. 85).

Na sequência do supramencionado, sublinhamos as críticas cada vez mais presentes à sinonímia criada entre o desenvolvimento e o crescimento económico, principalmente de técnicos da ONU, na discórdia entre os modelos ocidentais criados, que tinham de implementar em territórios com características distintas dos países do ocidente, confrontando-se com a inconveniência da missão que lhes era incumbida, conforme esclarece Lopes (2007).

Efetivamente, os programas e projetos de desenvolvimento eram comumente planeados de forma centralizada em países do Norte e posteriormente exportados para Sul, tendo “como pressuposto a agenda política, económica e cultural dos países ocidentais”, como descrito por Ferreira e Raposo (2017, p. 120).

A respeito disso, as autoras referem

A ausência de participação dos “receptores da ajuda” no planeamento do desenvolvimento manifestava-se como uma nova forma de opressão e colonização dos povos, vistos como “subdesenvolvidos”, que veriam as suas culturas e formas de organização política e social alienadas pela imposição do capitalismo e outros quadros ocidentais. (...)

No terreno, as metodologias de intervenção revelavam-se inapropriadas, ineficientes e ineficazes, o que levou vários actores organizacionais (técnicos de desenvolvimento) a questionarem os métodos que tinham aprendido e procurarem novas soluções, mais participativas e ajustadas à diversidade cultural com que se deparavam (B. Ferreira & Raposo, 2017, p. 121).

Atendendo ao que se disse, sublinhamos a clara incompatibilidade dos modelos de desenvolvimento até então propostos, nitidamente negligentes e em nada inclusivos, ignorando as particularidades de cada pessoa, comunidade e território, estando a Norte ou a Sul do Globo. Em vista disso, Crush (1995) reforça que sem possibilidade de reacção e resistência, não há lugar para os agentes e vítimas do desenvolvimento exercerem a sua influência explícita e implícita nas formas como este é construído, pensado, planeado e implementado.

Importa salientar que

Em cada sociedade, conforme as expectativas e as necessidades dos seus cidadãos, configura-se e propõe-se um conceito singular de desenvolvimento. Não uma concepção ou um modelo que valha para todos os continentes e países, porque tão pouco existe uma chave universal que abra as portas de um modelo de desenvolvimento óptimo (Gómez et al., 2007, p. 29).

Assim, por consequência da “óptica redutora que analisa o desenvolvimento como um processo unidimensional”, conforme apontado pelas autoras (B. Ferreira & Raposo, 2017, p. 121), surge “um diálogo entre diversas organizações internacionais (sediadas em Nova Iorque – ONU e OIT, principalmente) e académicos, começando a desenhar-se propostas de um desenvolvimento orientado para as pessoas, ou *people-centred*”. Com efeito, estas propostas visavam a colocação das pessoas e das comunidades no “centro do protagonismo do desenvolvimento”, apelando para “o exercício pleno da cidadania e o [desenvolvimento como] resultado de uma participação activa de todos”, conforme descrito por Amaro (2003, p. 17).

Adicionalmente, dentro dos fatores que fundamentam a associação feita entre o nascimento do conceito de desenvolvimento e a Segunda Guerra Mundial, Amaro (2003) refere que a maioria da produção teórica sobre o conceito de desenvolvimento tinha por objetivo a evolução dos países apelidados de subdesenvolvidos, “pelo que o conceito apareceu quase sempre ligado à resolução dos chamados «problemas e vícios do subdesenvolvimento»” (p. 4). No seguimento da ideia apresentada, podemos verificar a relação exclusiva do conceito de desenvolvimento apenas aos “países subdesenvolvidos” excluindo os “países desenvolvidos”, algo que Amaro (2017) refere no artigo *Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!*, onde podemos constatar “Esta associação exclusiva das origens e da “utilidade” do conceito de desenvolvimento aos “países subdesenvolvidos” e ao seu “caminho para o progresso e a civilização” (p. 79), reforçando os “sistemas dominantes” enquanto exemplo fiel a seguir, e perpetuando a ideia de desenvolvimento “estritamente ligada ao projeto da modernidade ocidental”, conforme descrito por Ferreira e Raposo (2017, p. 116).

Ou seja,

A relativa equidade na busca da felicidade humana altera-se com a emergência de umas culturas, uns povos, grupos ou sujeitos mais poderosos que outros. Desequilibram-se as relações no mundo e aparecem pessoas e instituições que submetem e impõem aos seus congéneres os seus critérios de realidade que não

deixam margem para a realização autónoma. Assim, os frutos do esforço humano são monopolizados por algumas pessoas e culturas, situação que dá lugar à confrontação e imposição de modelos de existência, com graves prejuízos para a criatividade cultural e a diversidade dos estilos de vida (Gómez et al., 2007, p. 13).

Existem, no entanto, outras razões apontadas por Amaro (2003, p. 4) para a afirmação do conceito de desenvolvimento após a Segunda Guerra, das quais salientamos: o Plano Marshall, de onde surge a reconstrução dos países da Europa afetados pela guerra, “a visar a retoma dos seus caminhos de progresso e riqueza, ou seja, de desenvolvimento”; o confronto da Guerra Fria envolve a necessidade de acumulação de armamento e inovação tecnológica constante, bem como “a constante inovação tecnológica e a apresentação de resultados de progresso, do ponto de vista ideológico”; a afirmação da Escola Keynesiana, defendendo o Estado como agente ativo na regulação da economia, tornando assim possível “o papel deste na realização do progresso e no aumento do bem estar das sociedades”; o aparecimento de afirmações a favor do progresso e da paz entre povos, que culminaram em “inúmeras referências e compromissos da ONU, bem como em declarações e afirmações solenes”.

Finalmente, apesar de toda a ambiguidade e controvérsia em torno do tema, o autor destaca que pelo cruzamento e combinação dos fatores enumerados no anterior parágrafo, o desenvolvimento tornou-se, depois da Segunda Guerra Mundial, um conceito de referência, um objetivo a atingir, um caminho a prosseguir, um sonho para muitos povos (R. R. Amaro, 2017).

Contudo, a definição de desenvolvimento estabelecida durante os primeiros trinta anos pós-guerra - os chamados Trinta Gloriosos - assentava, segundo Amaro (2003), em diversos mitos: economicismo, sendo usados indicadores de crescimento económico para avaliar o nível de desenvolvimento dos países; produtividade como fator decisivo do desenvolvimento; o consumismo, como sinónimo de “desenvolver-se é também consumir cada vez mais”; a quantidade ao invés de qualidade; o industrialismo por

imitação; tecnologismo como referência de crescimento económico e produtividade; racionalismo; urbanicismo com base no “urbano” como caminho para o desenvolvimento; antropocentrismo, havendo um foco no Homem, mas não no Homem com a Natureza; etnocentrismo; uniformismo, tendo sido definidos modelos a seguir e acabando por limitar a diversidade.

Enquanto isso, marcados por um considerável crescimento económico e progresso tecnológico, os Trinta Gloriosos foram, conforme Amaro (2003, p. 11) ressalva, também sinónimo de alguns retrocessos, dos quais salientamos: a persistência de um desenvolvimento limitado a uma parte da população mundial; países subdesenvolvidos, para os quais já existiam soluções de desenvolvimento; a “persistência de inúmeras formas de «mal-estar» e carência absoluta”; a solidão, insegurança, quebra dos laços comunitários, etc., geraram novas formas de pobreza e exclusão social, levando ao aparecimento de novas doenças; a consciencialização de um enorme desgaste da Natureza proveniente dos efeitos do “desenvolvimento”; a desumanização do trabalho, entre outras, que, seguindo a linha de visão do autor, “provocaram muitas “dores”, sendo para a maioria da população do planeta mais dolorosos do que gloriosos.”

Consequentemente, a frustração que se continuava a sentir nos países subdesenvolvidos, aliada ao “mal-estar social” nos países desenvolvidos, e a uma necessidade cada vez maior e mais presente de consciência/responsabilidade ambiental, foram, segundo o autor (R. R. Amaro, 2017), alguns dos fatores (resultantes do crescimento económico e da industrialização) que colocaram em causa os processos e medidas impostas até ao momento. Surge assim, nos anos 60/70, uma procura por novas estratégias e conceitos de desenvolvimento, dos quais o autor destaca (R. R. Amaro, 2003, p. 18): Desenvolvimento Sustentável: “processo de satisfação de necessidades actuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras”; Desenvolvimento Local: “satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades”; Desenvolvimento Participativo: “metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento”; Desenvolvimento Humano: pela primeira vez formulado em 1990, pelo Relatório do

Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), pressupõe o “aumento das opções dos indivíduos e dos seus grupos, de forma a satisfazerem as suas necessidades básicas, a aumentarem a sua segurança pessoal e a atingirem um nível de vida digno, em várias dimensões”; Desenvolvimento Social: visa a “garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais”; Desenvolvimento Integrado - “conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria”.

A respeito disto, “pode-se dizer que estes seis novos conceitos (e outros que para eles contribuíram) trouxeram um «valor acrescentado» importante, em relação às concepções tradicionais de desenvolvimento” (R. R. Amaro, 2003, p. 19). Nesse sentido, sublinhamos o carácter multidimensional aliado a uma visão interdisciplinar; o foco na satisfação de necessidades para a realização das capacidades das pessoas; o destaque dado “aos processos de cidadania, exigindo metodologias participativas e uma lógica de «empowerment»”; um vínculo renovado com a Natureza; o passar de “assentar apenas no Estado- Nação”, para assumir uma multiterritorialidade e, também, a sua associação a múltiplos protagonistas.

Ademais, com o início do novo século e os problemas e desafios do mesmo, é criada (através da O.N.U.) uma Declaração do Milénio, em setembro de 2000. Esta declaração, adotada por 189 países, comprometia-se a atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar o ensino primário universal; promover a igualdade de género e a autonomização da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater HIV/SIDA, malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; criar uma parceria global para o desenvolvimento.

Na sequência do acima mencionado, Amaro (2003) faz referência ao processo de renovação do conceito de desenvolvimento: afastando-se da responsabilidade histórica e da conotação negativa que lhe foi dada pelo economicismo dos “trinta gloriosos”. Deste modo, as novas concepções do conceito pretendem uma ação emancipadora e

participativa da população, visando o envolvimento e desenvolvimento da mesma, enquanto reduzem a distância criada entre as sociedades humanas.

Com efeito,

“A própria palavra «desenvolvimento» é ainda portadora de significados interessantes. Não significa ela (em várias línguas)

Des-envolvimento

ou Dé- (en)veloppement

ou De- (en) velopment

ou Des- arrollo

ou S - (in)viluppo

ou Ent - wicklung,

ou seja, a libertação dos «invólucros», «envolvimentos», «envelopes», «rolos», «embrulhos», que impedem a libertação e a realização das sementes e das potencialidades «embrulhadas» nos indivíduos, nos grupos sociais e nas sociedades?” (Amaro, 2003, p. 24).

Finalmente, este processo de renovação de que Amaro nos fala, leva-nos a um novo marco da História do Desenvolvimento: um conceito centrado nas pessoas e na sua liberdade enquanto elemento base para se atingir o Desenvolvimento Humano, o qual iremos abordar no próximo subcapítulo.

1.1.2 CONCEITO DE ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

Considerando toda a informação até agora discutida, importa salientar o ponto de vista de Mahbub ul Haq (1995), enquanto cocriador do conceito de Desenvolvimento Humano, referente à posição que o ser humano deve ter no seu processo de desenvolvimento:

it is recognized that people are both the means and the ends of development. But people are not regarded as mere instruments for producing commodities—through an augmentation of "human capital". It is always remembered that human beings are the ultimate end of development—not convenient fodder for the materialistic machine (Haq, 1995, p. 15).

Atendendo à ideia acima expressa e de acordo com o explanado por Gómez et al. (2007, p. 58), salientamos o contínuo aumento das “discussões a nível internacional, nacional ou local para resolver os problemas”, seguindo-se de outros “que questionam a leitura exclusivamente econométrica do desenvolvimento e que reclama um desenvolvimento centrado nas pessoas: o Desenvolvimento Humano”.

Formulado pela primeira vez pelo Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD, em 1990, este Relatório terá introduzido uma nova abordagem para o avanço do bem-estar humano, sublinhando o foco pelas pessoas e a recusa de indicadores estritamente económicos como medida de Desenvolvimento Humano.

A proposta apresentada marca a diferença pela adoção de uma abordagem que em tudo difere das anteriores, exclusivamente centradas numa dimensão: “Ce Rapport cherche à poser les fondements d’une approche nouvelle” (PNUD, 1990, p. 3), salientado assim, que trará um contributo à definição, medição e análise da política de desenvolvimento. Na sequência do Relatório, são propostas estratégias com orientações práticas de como proceder nos próximos anos.

Le présent rapport s'intéresse aux gens - et à la manière dont le développement élargit la gamme des choix qui s'offrent à eux. Il ne traite donc pas seulement du revenu et de la richesse, de la production de biens et de l'accumulation de capital ou de la croissance du PNB. L'accès de l'individu à un revenu convenable est sans doute l'une des chances importantes offertes par le développement, mais ne

peut pas être considéré comme la finalité unique de l'effort humain (PNUD, 1990, p. 1).

Tendo em consideração o acima exposto, e indo ao encontro do que é referido no primeiro Relatório elaborado (PNUD, 1990), o Desenvolvimento Humano é considerado o processo que expande o leque de possibilidades disponíveis a cada pessoa: viver uma vida longa e com saúde; adquirir conhecimentos e capacidades; aceder a recursos para possuir um nível de vida decente. Além disso,

o Desenvolvimento Humano reclama a liberdade política, a garantia e o respeito pelos Direitos Humanos. Procura promover o homem e a mulher para assegurar a sua participação nas decisões, na produção e no consumo de bens materiais e culturais; e também pugna pelo cuidado pelo meio ambiente, pela redução da pobreza e pela consolidação da paz social. Para alcançar estes reptos, require-se a aplicação estratégica de reformas e medidas normativas que protejam contra a vulnerabilidade, assegurem a posse da terra e da habitação, promovam o compromisso político de protecção aos pobres e instituem redes de segurança; a par da satisfação das necessidades básicas, da dotação de uma educação adequada, do planeamento familiar e, em geral, do fomento racional do crescimento económico para a redução sustentada da pobreza. Estas tarefas competem à sociedade civil e ao Estado, instituição última que deve oferecer aos serviços sociais necessários e também uma formação adequada que permita aumentar a participação da população nas decisões políticas e na construção de uma sociedade democrática (Gómez et al., 2007, p. 59).

Assim, em conformidade com a informação disponível na página do PNUD (2023) “Human development – or the human development approach – is about expanding the

richness of human life, rather than simply the richness of the economy in which human beings live.”, verificando-se, agora, uma abordagem que se concentra nas pessoas (*people-centred*), nas suas oportunidades e escolhas, reabilitando o conceito e as práticas a ele associadas.

Deste modo, seguindo a linha de pensamento de Ferreira e Raposo (2017), a visão “people-centred” pressupõe um desenvolvimento enquanto processo multidimensional, tendo por objetivo a satisfação das necessidades do Homem, ou ainda, conforme é defendido por Amartya Sen (2000, p. 33), “mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento”.

A propósito disso, Paul Streeten, renomado economista do desenvolvimento, no prefácio da obra *Reflections on Human Development*, refere:

Human development puts people back at center stage, after decades in which a maze of technical concepts had obscured this fundamental vision. That is not to say that technical analysis should be abandoned. Far from it. Mahbub ul Haq has always emphasized the need for the highest professional standards and is himself a fine practitioner of economic techniques. But he reminds us that we should never lose sight of the ultimate purpose of the exercise of development: to treat men, women and children—present and future generations—as ends, to improve the human condition, to enlarge people's choices. Human development is not once, twice or thrice, but six times blessed (Paul Streeten, em Haq, 1995, p. 9).

O contributo de Mahbub ul Haq, juntamente com Amartya Sen e outros consultores internacionais, terá sido fulcral para a institucionalização do conceito de Desenvolvimento Humano, conforme frisa Veiga (2005, p. 6), à medida que relata que Mahbub, “arquiteto do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, que o PNUD

publica anualmente desde 1990” tinha como grande desejo a criação de um “indicador sintético capaz de fornecer aos seus usuários uma espécie de hodômetro do desenvolvimento”.

A este respeito, e apesar das diversas formulações que foi sofrendo, Gómez et al. (2007, p. 34) recordam que “a raiz do conceito de Desenvolvimento e os seus múltiplos significados nas diversas etapas da História revela uma preocupação permanente em atribuir-lhe objectivos mensuráveis”. Neste sentido, “acompanhado pelo exercício interessante de apresentação de um novo indicador de aferição do conceito, o IDH” terá sido criado com o intuito de medir o nível de Desenvolvimento Humano alcançado pelas pessoas, conforme referido por Amaro (2003, p. 18) e almejado por Mahbub ul Haq.

Esta terá sido, na ótica do PNUD (UNDP, 2023) uma das realizações mais importantes da abordagem do Desenvolvimento Humano. Contudo, já em 1990 se sublinhava que o IDH era uma aproximação que, embora permitisse captar as múltiplas dimensões da escolha humana, apresentava simultaneamente algumas limitações, salientando o facto das médias nacionais mascararem “les inégalités des répartitions locales et regionales”, terminando com a elucidativa afirmação de que ainda seria necessário definir uma medida quantitativa da liberdade humana.

Ainda assim, era já incisiva a importância que a liberdade tinha aos olhos do PNUD, convicção que desde logo figurou no primeiro relatório de Desenvolvimento Humano - “La liberté est essentielle au développement humain” (PNUD, 1990), e igualmente defendida por Amartya Sen ao longo da sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, onde afirma que “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades económicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância excessiva de Estados repressivos” (2000, p. 18). Deste modo, o autor enumera duas razões para que a liberdade seja central no processo de desenvolvimento:

- 1) A razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.

2) A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas (Sen, 2000, p. 18).

Ao referir a “condição de agente”, Amartya Sen salienta que o uso da expressão está ligado ao conceito de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com os seus próprios valores e objetivos, como explica o autor (2000, p. 33).

Ancorados pela senda de pensamento de Sen, podemos constatar que o desenvolvimento só será eficaz se o ser humano for o centro desse processo. Assim, a realização pessoal e a felicidade são vistas como cruciais, pois, conforme sublinha Sen (2000), o alcance da felicidade advém do fortalecimento da liberdade e, conseqüentemente, do bem-estar e da melhoria das condições de vida. Assim, “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (Sen, 2000, p. 33).

Enquanto isso, o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano já evidenciava a necessidade de uma medida quantitativa simples que tivesse em conta os muitos aspectos das “liberdades fundamentais”, garantindo a sua posterior concepção e integração no Índice de Desenvolvimento Humano. “Sans liberté, le développement humain est incomplet” (PNUD, 1990, p. 16).

Efetivamente, ao longo dos anos, foram feitas algumas modificações e aperfeiçoamentos no Índice: “Indeed, the critics of the HDI and their concerns have stimulated – and continue to stimulate - adjustments to the index and the development of companion indices which help paint a broader picture of global human development” (UNDP, 2023).

A título de exemplo, de acordo com Gómez et al. (2007, p. 60), a partir de 1997 o PNUD terá introduzido nos seus relatórios o Índice de Pobreza Humana. Neste sentido, o Desenvolvimento Humano relaciona-se com a “eliminação da pobreza através da erradicação dos conflitos, da consolidação da paz, da reconstrução das nações e dos

espaços devastados por catástrofes naturais ou contendas bélicas, e da melhor gestão das ajudas para lutar contra o subdesenvolvimento”.

Ainda dentro dos marcos importantes no âmbito do Desenvolvimento Humano, salientamos a Declaração Sobre o Direito ao Desenvolvimento, aprovada em 1986 pela Nações Unidas, na qual podemos testemunhar a preocupação

com a existência de sérios obstáculos ao desenvolvimento, bem como à completa realização dos seres humanos e dos povos, consubstanciados, nomeadamente, na negação de direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais, e considerando que todos os direitos humanos e liberdades fundamentais são indivisíveis e interdependentes e que, para promover o desenvolvimento, dever-se-á prestar igual atenção e considerar urgentemente a realização, promoção e proteção dos direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais e que, nesta conformidade, a promoção, o respeito e o gozo de certos direitos humanos e liberdades fundamentais não pode justificar a negação de outros direitos humanos e liberdades fundamentais (ONU, 1986).

Contudo, a ideia de que, de acordo com o Artigo 1.º (ONU, 1986), “O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual todos os seres humanos e todos os povos têm o direito de participar, de contribuir e de gozar o desenvolvimento económico, social, cultural e político, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais se possam plenamente realizar”, tem vindo a revelar-se um tanto ineficaz tendo em conta a crescente divergência entre países, verificando-se, que devido à convergência da pandemia, da guerra e das alterações climáticas

Milhares de milhões de pessoas enfrentam a maior crise de custo de vida numa geração. Milhares de milhões já se debatem com a insegurança alimentar,

devido, em grande parte, às desigualdades de riqueza e poder que determinam os direitos à alimentação (PNUD, 2022, p. 3).

Apesar de já se terem passado 33 anos desde o primeiro Relatório do PNUD, este continua a ser um dos temas mais presentes na agenda das preocupações globais e estruturantes. Para além disso, o IDH continua a não ser inclusivo na forma como mede o Desenvolvimento Humano: “The HDI simplifies and captures only part of what human development entails. It does not reflect on inequalities, poverty, human security, empowerment, etc.” (UNDP, 2023).

De acordo com Papalia e Martorell (2022, p. 3) “o campo do desenvolvimento humano concentra-se no estudo científico dos processos sistemáticos de mudança e estabilidade que ocorrem nas pessoas”. A respeito disto, os autores esclarecem que o desenvolvimento humano é um processo contínuo, que dura a vida toda, conhecido como “desenvolvimento do ciclo de vida”.

Pegando na ideia de desenvolvimento humano enquanto processo contínuo, fará sentido abordar o conceito de envelhecimento ativo, algo que, segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2002), permite às pessoas realizar o seu potencial de bem-estar físico, social e mental ao longo da vida, bem como participar na sociedade de acordo com as suas necessidades, desejos e capacidades. Deste modo, a criação e manutenção de contextos favoráveis e facilitadores de um envelhecimento ativo, será fulcral para a promoção do bem-estar e do desenvolvimento contínuo desta população (EAEA, 2019).

No tocante ao início do desenvolvimento do ciclo de vida, Papalia e Martorell (2022, p. 4) apontam como principais domínios do “eu”: desenvolvimento físico, que engloba o crescimento do corpo e do cérebro, as capacidades sensoriais, as habilidades motoras e a saúde; desenvolvimento cognitivo, através da aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade; desenvolvimento psicossocial, abrangendo as emoções, a personalidade e as relações sociais.

Claramente interrelacionados entre eles, estes aspetos serão fortemente influenciados pelo contexto onde cada indivíduo vive/se desenvolve: o acesso a serviços de saúde, a possibilidade de ir à escola, a segurança, as oportunidades, etc., todos estes fatores terão um reflexo no desenvolvimento do ciclo de vida. Com efeito,

O desenvolvimento psicossocial pode afetar o funcionamento cognitivo e físico.

De facto, sem conexões sociais significativas, a saúde física e mental terá problemas. (...)

Inversamente, as capacidades física e cognitiva podem afetar o desenvolvimento psicossocial, além de contribuir significativamente para a autoestima e poder afetar a aceitação social e a escolha profissional (Papalia & Martorell, 2022, p. 5).

Em concordância com o apresentado, os autores salientam que, apesar de existirem diferenças individuais na forma como cada pessoa reage com ocorrências e “questões características de cada período, os cientistas do desenvolvimento sugerem que certas necessidades básicas precisam ser satisfeitas e certas tarefas precisam ser dominadas para que ocorra um desenvolvimento normal” (Papalia & Martorell, 2022, p. 3). Face ao exposto, enquanto houver uma discrepância tão premente entre povos e, por isso, uma desigualdade esmagadora no acesso a necessidades básicas, estará comprometido o desenvolvimento humano enquanto propósito para a humanidade.

This also means that wide disparities in life styles within and between nations must be re-examined. An unjust world is inherently unsustainable—both politically and economically (Haq, 1995, p. 18).

Assim, para além das características que individualizam cada ser, a ciência do desenvolvimento estuda também a relação entre o contexto em que se vive – no qual devemos incluir igualmente os “fatores ambientais ou experienciais” - e o desenvolvimento resultante, como descrito por Papalia e Martorell (2022, p. 8).

A propósito disso, os autores acima mencionados, salientam alguns fatores preponderantes no desenvolvimento: a família, o nível socioeconómico, a cultura e

raça/etnia. A estes, de acordo com Baltes e Smith (2004, p. 128) acrescem: as influências normativas, “[that] involve biological and environmental contexts and contribute both to short and long-term changes in developmental trajectories that may differentiate cohorts”; e as não normativas, enquanto eventos atípicos, “statistically infrequent in a population and have no universal temporal and spatial sequence, yet they can have significant influences on the development of an individual”.

Para além dos fatores a que é comum estarmos sujeitos ao longo da vida, a desigualdade é mais evidente em certos territórios e, conseqüentemente, em certas pessoas. Encontramo-nos, assim, perante um panorama de constante desigualdade em termos de desenvolvimento humano, tema central do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019.

Enquanto administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Achim Steiner (2019), refere o seguinte:

Em simultâneo, as alterações climáticas, a desigualdade de género e os conflitos violentos continuam a promover e a enraizar desigualdades, tanto as estabelecidas quanto as novas. Conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano expõe, a incapacidade de enfrentar estes desafios sistémicos levará ao reforço das desigualdades e à consolidação do poder e do domínio político de uns poucos.

Aquilo a que assistimos atualmente é a crista de uma onda de desigualdade. O que se segue depende das opções tomadas. Do mesmo modo que a desigualdade começa à nascença, define a liberdade e as oportunidades de crianças, adultos e idosos e estende-se à geração seguinte, também as políticas de prevenção das desigualdades podem acompanhar o ciclo de vida (UNDP, 2019, p. 3).

A par do supramencionado, o Relatório sublinha a falta de perspectivas que inúmeras pessoas têm de um futuro melhor, encontrando-se à margem da sociedade, “desprovidas de esperança, propósito ou dignidade” enquanto assistem ao desenvolvimento do outro.

No entanto, conforme mencionado no Relatório, as duas primeiras décadas do século XXI registaram um progresso notável na redução das privações extremas, embora as discrepâncias permaneçam inaceitavelmente acentuadas num conjunto de capacidades às liberdades necessárias – rumo ao desenvolvimento.

Considerando a ideia acima exposta, salientamos que será possível “corrigir as desigualdades se agirmos já, antes que os desequilíbrios no poder económico se consolidem politicamente”, é apontada como a mensagem mais importante do Relatório. No seguimento desta afirmação, o PNUD refere que, na luta contra as desigualdades, uma ação eficaz deve identificar os fatores que estão na base da desigualdade, sendo que, posteriormente, virá:

a aceleração da convergência nas capacidades básicas, invertendo, concomitantemente, a divergência ao nível das capacidades avançadas e eliminando as desigualdades assentes no género e noutras filiações (ou horizontais). Em segundo lugar, a promoção simultânea da equidade e da eficiência nos mercados, incrementando a produtividade, o que se traduz em rendimentos crescentes e amplamente partilhados — corrigindo a desigualdade de rendimento (UNDP, 2019, p. 15).

Ao longo do documento são apresentados diversos capítulos em torno da problemática da desigualdade, culminando no sétimo e último capítulo *Políticas de redução das desigualdades no desenvolvimento humano para o século XXI: A escolha é nossa*, em que é proposto um enquadramento para as políticas que pretende aliar o aumento e a distribuição quer das capacidades quer do rendimento, lembrando que

o relatório se destina a auxiliar as pessoas responsáveis pela formulação de políticas e as partes interessadas de todo o mundo na compreensão dos desafios que enfrentam no tocante às velhas e novas desigualdades ao nível do desenvolvimento humano — e das opções de que dispõem para a sua correção (UNDP, 2019, p. 245).

Simultaneamente, o Relatório tenta transmitir uma mensagem de esperança, passando a ideia de que é possível reduzir as desigualdades no desenvolvimento humano de uma forma sustentável, apesar de, ao contrário do que se pensou anteriormente, não haver um caminho universal. Deste modo, conforme é sublinhado pelo PNUD (2019, p. 246), são precisos diversos elementos para criar um percurso para cada país. Face ao exposto e de forma a concretizar-se a criação de percursos individualizados, “os países devem medir, avaliar e, se for caso disso, ajustar”.

Contudo, será necessário frisar que:

The people have to be seen, in this perspective, as being actively involved-given the opportunity in shaping their own destiny, and not just as passive recipients of the fruits of cunning development programs. The state and the society have extensive roles in strengthening and safeguarding human capabilities. This is a supporting role, rather than one of ready-made delivery. The freedom-centered perspective on the ends and the means of development has some claim to our attention (Sen, 2000, p. 53).

Ao longo deste subcapítulo, expusemos a formulação do conceito de Desenvolvimento Humano (e criação do IDH) enquanto processo multidimensional e abordagem centrada nas pessoas. No entanto, esta formulação apresentava algumas limitações que viriam a mascarar as desigualdades existentes. Simultaneamente, a liberdade já era vista como essencial ao desenvolvimento humano, sendo para isso imperativo suprimir as principais fontes de privação/desigualdade - sinónimo de obstáculo à realização pessoal,

felicidade e bem-estar – evidenciando, deste modo, a demanda de uma medida quantitativa de desenvolvimento.

Verificámos igualmente que o IDH não reflete fatores como a desigualdade, a pobreza ou a insegurança. Por último, salientámos a influência que o contexto em que se vive pode ter no alcance do desenvolvimento, lembrando que a “desigualdade começa à nascença”.

1.1.3 DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE

Para compreendermos melhor esta ideia do Desenvolvimento Humano, teremos de esclarecer de que forma é que as desigualdades poderão ter repercussões na vida de cada um. Neste sentido, no presente subcapítulo, iremos abordar a realidade da população cabo-verdiana, bem como as desigualdades por ela sentida e os seus impactos no desenvolvimento.

De acordo com Therborn (2009) existem três conjuntos fundamentais de desigualdade no mundo atual, sublinhando que todas elas destroem a vida humana e as sociedades. A este respeito, o autor refere que:

There is inequality of health and death, which we may call *vital inequality*. [...] Vital inequality, which we can measure relatively easily through life expectancy and survival rates, is literally destroying millions of human lives in the world every year. *Existential inequality* hits you as a person. It restricts the freedom of action of certain categories of persons [...] Thirdly, there is *material or resource inequality*, meaning that human actors have very different resources to draw upon (Therborn, 2009, p. 2).

Face ao exposto, podemos verificar que são várias as formas de atuação das desigualdades e que estas interagem umas com as outras, podendo, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019, “acumular-se ao longo da vida e frequentemente serem realçadas por profundos desequilíbrios de poder. Apresentam-

se mais como uma consequência do que uma causa da imparidade, impulsionadas por fatores profundamente enraizados nas sociedades, economias e estruturas políticas” (UNDP, 2019, p. 3).

Tendo em consideração a ideia apresentada, iremos exercer um olhar sobre Cabo Verde a fim de verificar de que forma é que o Desenvolvimento Humano do país poderá ter sido afetado pelo espectro da desigualdade.

De acordo com Santos (2008, p. 9), na segunda metade da década de 60, a Teoria da Dependência terá sido criada com o propósito de tentar perceber a “limitação de um desenvolvimento com início num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos económicos e poderosas forças imperialistas”. Assim, esta teoria pretendia esclarecer o desenvolvimento socioeconómico nos países do “Terceiro Mundo” e as desigualdades de crescimento e desenvolvimento em relação aos países do “Primeiro Mundo”.

Sobre este assunto, Theotónio Santos (2008) sublinha que a dependência se materializa quando um determinado grupo de países condiciona o desenvolvimento de outros, algo que iremos abordar de seguida, relativamente a Cabo Verde.

Enquanto colónia portuguesa desde 1460, Cabo Verde era considerado importante devido à sua localização geográfica estratégica, que servia como ponto intermédio de abastecimento de água e alimentos dos navegadores, de acordo com Ferreira (1997). No entanto, após quase cinco séculos de colonização, nascia o movimento pela Libertação Nacional que visava o fim do colonialismo e por conseguinte, a independência do arquipélago, conforme refere Pereira (2020).

Neste contexto, Ferreira (1997) faz alusão ao momento de revolta por parte da população local, que, conforme salienta, não terá tido qualquer resposta por parte da política portuguesa, nem traçado “quaisquer alternativas para fazer face aos problemas locais” (p. 17). Enquanto reflexo dos maus-tratos e condições precárias a que eram sujeitos, para além dos ciclos de seca e fome que fizeram elevar a taxa de mortalidade da população, um grupo de cabo-verdianos, sob a liderança de Amílcar Cabral, viria a fundar o partido africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC).

Com efeito, na sequência do 25 de Abril de 1974, a 19 de dezembro do mesmo ano, terá sido assinado o acordo de independência de Cabo Verde, sendo esta proclamada no dia 5 de julho de 1975. Contudo, o colonialismo deixara marcas profundas no país, conforme podemos perceber nas palavras de Isabel Leite (2009):

Durante cinco séculos como colónia portuguesa, o período revolucionário de 1974/1975 encontrou Cabo Verde numa situação de subdesenvolvimento humano, com uma grave crise alimentar, económica e social a que teve de fazer frente nos anos seguintes. A presença, até então, da administração portuguesa não havia introduzido qualquer sistema capaz de promover o desenvolvimento do arquipélago, limitando-se a suportar alguma ajuda alimentar em épocas mais prejudicadas pela seca (Leite, 2009, p. 1).

Em linha com a ideia apresentada, a mesma autora refere que após rutura com o PAIGC, foi criado o PAICV, em 1980, mantendo-se no Governo como partido único até 1990. Ao longo deste período, com a criação do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (1982-1985), foram definidos objetivos visando a melhoria das condições de vida da população, bem como o desenvolvimento das infra-estruturas básicas. A par disso, a “promoção da literacia e da educação para a saúde, assim como o incentivo à criação de actividades económicas tornaram-se medidas prioritárias” (Leite, 2009, p. 2).

Contudo, de acordo com Pereira (2013), não havia, por parte da população cabo-verdiana, uma unanimidade relativamente à descolonização. Esse fato assentava na ausência de fontes próprias de recursos, consequência dos longos períodos de seca extrema, resultando numa situação económica crítica e marcada pela dependência de apoios vindos de Portugal. A respeito disso, Martins (2009) esclarece a falta de consensualidade relativa à independência, referindo que alguns cabo-verdianos consideravam que o país teria mais a ganhar se continuasse sob domínio de Portugal.

Ainda no que concerne a dualidade de sentimentos relativamente à independência, Cláudio Furtado destaca que:

em outro momento, registou-se uma grande celeuma em torno da independência, isto é, se ela teria sido a melhor opção. Neste debate, chegou-se a atribuir a Aristides Pereira, um dos principais nacionalistas cabo-verdianos e primeiro presidente da República de Cabo Verde, a afirmação de que talvez a melhor solução para o arquipélago devesse ter sido a mesma das regiões autônomas dos Açores e da Madeira (Furtado, 2016, p. 878).

Apesar de já não estar sob o domínio de Portugal, os vários séculos de colonização deixaram marcas profundas em Cabo Verde, conforme descreve Martins (2009), enquanto salienta o fato do país não dispor de “mão-de-obra qualificada para dar resposta às necessidades que passaram a ter após a independência” (Martins, 2009, p. 70).

Assim, na perspectiva do autor acima referido, ainda que tenha sido proclamada a independência, o país sempre beneficiou de ajuda pública ao desenvolvimento, principalmente a nível de donativos e empréstimos em termos concessionais. Ou seja, Cabo Verde, manteve e ainda mantém uma forte dependência de outros países, sendo um deles, Portugal. A respeito disto, Martins comenta que “O apoio internacional revelou-se e continua a revelar-se de carácter importante, principalmente no fornecimento de produtos alimentares essenciais que o arquipélago não consegue produzir de forma a garantir as necessidades diárias da população” (Martins, 2009, p. 71).

De acordo com Gómez et al. (2007), a independência e a autonomia pressupõem o desenvolvimento das potencialidades endógenas sem que se verifique uma dependência externa. Ademais, os autores acrescentam:

A independência é algo desejada e ideal, mas, para tal, é imprescindível que cada cultura tenha a possibilidade de guiar e gerir o seu próprio destino. A colonização e a dependência levam à alienação e homogeneização, constituindo factores

sociais que anulam a liberdade, a autonomia e a diversidade (Gómez et al., 2007, p. 88).

Thandika Mkandawire (2011), antigo Diretor do Instituto de Investigação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, faz referência à “era da euforia”, enquanto era de afirmação do projeto nacionalista “and rejection of imperial intellectual domination and neo-colonial machinations” (Mkandawire, 2011, p. 17). Durante este período, de acordo com o autor, a ação dos intelectuais africanos pretendia, por um lado, o compromisso, por outro lado, a responsabilidade exclusiva da “construção” de África. Com efeito, “the eradication of the ‘unholy trinity of ignorance, poverty and disease’ – was a central component of the nationalist agenda”, salienta Mkandawire (2011, p. 13), enquanto aponta como uma das principais acusações do colonialismo, o seu fracasso em proporcionar às colónias acesso ao conhecimento e a outros meios para lidar com questões como a pobreza e a fome.

Esta dependência e desigualdade provenientes do ato de colonizar, terão reforçado a “linha separadora” entre países, bem como o uso de expressões como Primeiro e Terceiro Mundo, Norte e Sul, Centro e Periferia. Acerca disso, Artur Escobar salienta (1995, p. 9): “The social production of space implicit in these terms is bound with the production of differences, subjectivities, and social orders”.

Em Cabo Verde, o fim do colonialismo terá sido, nas palavras de Furtado (2016, p. 869), “o garante de um corte com um passado cruel e ainda fortemente presente no imaginário dos cabo-verdianos”, manifestada por fomes cíclicas e taxas de morte proporcionais, escravatura e emigração resultante do que se fazia sentir no país, na busca de melhores condições de vida. No entanto, por esta altura, o arquipélago encontrava-se numa situação bastante vulnerável marcada por indicadores débeis, tais como o PIB per capita, a taxa de analfabetismo, a esperança média de vida e a taxa de mortalidade infantil. Para além disso, sublinha Santos (2020) “a visão é um dos sentidos que mais necessita de ser descolonizado” (p. 284).

Na opinião de Beban Chumbow, existe um conjunto de fatores que afetam negativamente os esforços relativos ao desenvolvimento em contexto africano:

(a) demographic explosion, (b) famine and diverse natural disasters and calamities, (c) instability of political regimes, (d) lack of democratic regimes, (e) corruption and inequalities, (f) poor or inadequate exploitation of natural and human resources, (g) non-existence or inadequacy of savings, (h) indebtedness, (i) deteriorating volume of balance of trade between the North and the South, (j) insufficiency of industry and infrastructural duality of juxta-position of traditional culture with modern culture, and (k) illiteracy and ignorance (Chumbow, 1997, citado em Sachs, 2010, p. 186).

Face ao exposto, podemos verificar que a colonização de Cabo Verde, enquanto exploração dos recursos humanos e naturais, terá constituído mais um fator negativo, para além dos acima mencionados, para o desenvolvimento do arquipélago. No entanto, esta ideia não é sustentada pela totalidade dos intelectuais que se dedicam a este assunto, como é o caso de Nascimento (2009) que chama a atenção para o fato da pobreza (na qualidade de indicador que afeta o desenvolvimento) característica do país não estar estritamente relacionada com a colonização, mas acima de tudo, com a adoção de políticas de desproteção familiar e social.

Assim, a situação económica, social e política do país não está só dependente de fatores resultantes da colonização, mas também das medidas adotadas depois da saída do colonizador. Apesar de Cabo Verde ser considerado um país pobre, nos últimos anos tem-se verificado a adoção de um conjunto de medidas que visam o desenvolvimento deste território: “Cabo Verde adoptou um conjunto de medidas e estratégias para promover o seu desenvolvimento e eliminar as marcas deixadas pelo sistema colonial” (Rodrigues, 2016, p. 26). O mesmo autor frisa que no ano da independência, a situação do arquipélago era marcada por uma taxa de analfabetismo que atingia mais de metade da população, bem como uma estrutura de produção agrícola débil. Estas medidas de

desenvolvimento visam fundamentalmente combater estas duas fragilidades: a baixa escolaridade e a fome.

Tendo em linha de conta o que acabámos de apresentar, Cabo Verde é um país no qual faz sentido a existência de um Projeto de Desenvolvimento Comunitário que poderá de alguma forma afetar positivamente o desenvolvimento das suas comunidades. Este é o tema que vamos abordar no capítulo seguinte.

1.2 DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Como vimos no primeiro capítulo, as consequências do crescimento económico e da industrialização resultaram no questionamento das medidas e modelos de desenvolvimento até então criados, dando espaço a outros que viriam (tentar) dar resposta aos problemas da atualidade.

No leque de novas abordagens ao desenvolvimento, podemos verificar uma maior preocupação nas pessoas enquanto foco da ação. Entre outros, surge assim o conceito de Desenvolvimento Comunitário, o qual iremos abordar ao longo deste capítulo, lembrando que “O objetivo do desenvolvimento humano é ajudar as pessoas a levarem vidas que valorizam, expandindo as suas capacidades, que vão além das conquistas de bem-estar para incluir a agência e as liberdades” (PNUD, 2022, p. 11).

Antes de nos centrarmos no conceito de DC, fará sentido compreender o significado de comunidade, o qual iremos tratar no seguinte subcapítulo.

1.2.1 CONCEITO DE COMUNIDADE

Los seres humanos somos seres sociales y desde que nacemos necesitamos el cuidado de otros para sobrevivir, aprender y progresar, por todo ello la socialización, la organización social, la cooperación, los valores morales y la cultura, resultan vitales en nuestra forma de vida. Cada individuo tiene una versión particular

de la cultura, influida por los grupos sociales a los que pertenece y por la sociedad (Garcia, 2017, p. 2).

De acordo com Carmo (2014) o sociólogo Ferdinand Tönnies fez a primeira teorização do conceito de comunidade por contraposição ao de sociedade. Para Tönnies (2001), a comunidade é sinónimo de vida genuína e duradoura em conjunto, enquanto a sociedade é algo transitório e superficial. Com relação a isso, o autor acrescenta:

All kinds of social co-existence that are familiar, comfortable and exclusive are to be understood as belonging to Gemeinschaft [comunidade]. Gesellschaft [sociedade] means life in the public sphere, in the outside world. In Gemeinschaft we are united from the moment of our birth with our own folk for better or for worse. We go out into Gesellschaft as if into a foreign land (Tönnies, 2001, p. 18).

Posteriormente, acrescenta Carmo (2014), resultado do contributo de vários cientistas sociais que “procuravam descrever o fenómeno comunitário”, surgem algumas ideias-chave enquanto orientadoras do conceito: “alto grau de intimidade pessoal; relações sociais afetivamente alicerçadas; compromisso moral; coesão social; continuidade no tempo” (p. 65).

Mais tarde, Ander-Egg (1980), na sua conhecida obra *Metodologia y Practica Del Desarrollo de la Comunidad*, viria a definir comunidade como:

una agrupación organizada de personas que se perciben como unidad social, cuyos elementos participan de algun rasgo, interés, elemento, objetivo o función común, con consciencia de pertenencia, situados en una determinada área geográfica en la cual la pluralidad de personas interacciona más intensamente entre si qui en otro contexto (Ander-Egg, 1980, p. 45).

Em Carmo (2014) o autor faz referência a duas circunstâncias que contribuíram para fazer renascer a reflexão sobre o conceito de comunidade: a conjuntura social e política e o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação.

Para os autores da obra *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local*, o conceito de comunidade pressupõe

uma entidade social e espacial determinada por um território e pelos seus habitantes, por uma estrutura social e códigos culturais singulares. É um espaço de vida onde se concretizam os problemas, as necessidades, os projectos e as esperanças de um amplo grupo de pessoas que, a partir da sua organização em diversas instituições, pretendem dar resposta aos desafios do seu meio. Logo, a comunidade delimitada em termos territoriais, demográficos, administrativos, sociais, culturais, etc., é o suporte das formas de unidade familiar e social que se singularizam por uma convivência próxima e uma visão particular e partilhada da vida e do mundo (Gómez et al., 2007, p. 132).

Em linha com o apresentado, os autores complementam a ideia de comunidade como um lugar onde se verificam relações sociais “entre indivíduos e colectivos” que convivem numa constante troca de “significados específicos do seu território, da sua língua e cultura e das suas vivências individuais e comuns” (Gómez et al., 2007, p. 135).

No entanto, de acordo com Fragoso e Lucio-Villegas (2014), apesar do conceito de comunidade ser já bastante antigo, tal não fez com que se apurasse uma formulação única e concreta do seu significado. A par disso, muitos foram os críticos relativamente “ao conceito e usos de comunidade” (p. 59), dando aso a ideias contraditórias, como é o caso de Marjorie Mayo, na obra *Communities and Caring*, onde expõe o seguinte:

Typically, community refers to geographically defined social groupings and to groupings with shared interests, although these two usages do not necessarily

coincide. But it is not just the term that is ambiguous; community, as a concept has been actively contested over time. [...] community is a 'warmly persuasive word'. This word has been used to try to build credence for fundamentally different projects, projects which may be inherently controlling for oppressed groups, and projects which may be liberating, conjuring up images of mutuality, and mutual caring in human relationships. More specifically, community may be used in the context of community politics, as contrasted with formal politics, and community may be set up in opposition to class and class politics (Mayo, 1994, p. 57).

A este respeito, o conhecido sociólogo Zigmunt Bauman (2003), inspirado pelas ideias de Ferdinand Tönnies (2001), anteriormente apresentadas, relativamente à distinção entre comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gesellschaft*), sublinha que a primeira se sobrepõe à segunda, no sentido de conferir bem-estar e conforto. Com efeito, nas palavras de Bauman (2003),

Ela sugere uma coisa boa: o que quer que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade,” “estar numa comunidade”. Se alguém se afasta do caminho certo, frequentemente explicamos sua conduta reprovável dizendo que “anda em má companhia”. Se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a sociedade — o modo como está organizada e como funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa (Bauman, 2003, p. 7).

Em linha com o apresentado, Bauman (2003) discorre sobre o conceito de comunidade, considerando o mundo presente - a denominada “Modernidade Líquida” - enquanto

algo inalcançável e intimamente desejado: uma utopia. Assim, diz o autor, “[...] “comunidade” é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance — mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (Bauman, 2003, p. 9). Deste modo, podemos concluir que para Bauman (2003), tendo em conta as características da atualidade, é impossível haver comunidade.

No entanto, apesar da forma aliciante e quimérica como Bauman (2003) descreve a comunidade, imediatamente a seguir sublinha o “preço a pagar pelo privilégio de ‘viver em comunidade’”, frisando que este só se mantém “pequeno e até invisível” até a comunidade ser uma fantasia (2003, p. 10). Segundo o autor, este “preço” está associado à privação da liberdade e perda de identidade, frisando que em qualquer uma das opções, algo ficará em falta: não pertencer a uma comunidade, será sinónimo de não ter “porto seguro” / segurança; pertencer a uma comunidade, poderá ser sinónimo de perder a liberdade.

Assim sendo, conclui o autor (Bauman, 2003), estes dois ideais – liberdade e comunidade - demonstram ser incompatíveis, mas verificando-se um cenário em que um deles esteja em falta, este será sinónimo de uma vida insatisfatória.

Com efeito,

Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos (Bauman, 2003, p. 134).

Acrescentamos ainda, de acordo com a linha de pensamento de António Fragoso (2005b), que “comunidade tem sido um conceito utilizado ao longo do tempo das mais variadas formas, como um instrumento político intencional e quase nunca ingénuo” (p. 26). O que, segundo o autor, “lhe foi aumentando a ambiguidade e lhe mereceu a desconfiança por parte de alguns autores, que chegaram a defender o seu abandono”

(p. 26). Por fim, Fragoso termina afirmando que o conceito de comunidade foi adquirindo tantos sentidos diferentes, que se arrisca a não ter qualquer sentido.

Relativamente à multiplicidade de designações associadas à comunidade, Carmo (2014) ressalva o facto de existir uma característica unificadora: “é a presença de uma dada semelhança que confere uma identidade ao sistema designado por comunidade, que determina uma fronteira entre os elementos que lhe pertencem dos que lhe são alheios” (p. 65).

Apesar da controvérsia em torno do conceito, ao longo deste relatório, iremos optar por aludir à definição de comunidade ancorada pelas palavras de Ander-Egg (1980), enquanto grupo de pessoas que partilha alguma característica, interesse ou função em comum, verificando-se um sentimento de pertença que permite uma interação diferente, quase familiar, ao contrário do que aconteceria num contexto distinto.

A par deste sentimento de pertença estará o sentimento de comunidade, que de acordo com Elvas e Moniz (2010) aumentará significativamente através da mobilização e envolvimento em torno dos problemas comunitários de uma determinada localidade. Segundo as autoras,

As investigações realizadas mostram que um forte sentimento de comunidade reflecte um maior sentimento de protecção e segurança nos bairros ou grupos, através de uma maior adesão a actos eleitorais, uma maior preocupação nas questões ambientais, mais colaboração e interajuda e mais voluntariado (Elvas & Moniz, 2010, p. 452).

Para mais, o sentimento de comunidade possibilita a avaliação da “extensão na qual um grupo de pessoas se sentem ligadas umas às outras e capazes de exercer influência como poder colectivo de modo a ter as suas necessidades satisfeitas” (Amaro, 2007, p. 29).

Na visão de McMillan e Chavis (1986), o sentimento de comunidade baseia-se em quatro elementos:

The first element is membership. Membership is the feeling of belonging or of sharing a sense of personal relatedness. The second element is influence, a sense of mattering, of making a difference to a group and of the group mattering to its members. The third element is reinforcement: integration and fulfillment of needs. This is the feeling that members' needs will be met by the resources received through their membership in the group. The last element is shared emotional connection, the commitment and belief that members have shared and will share history, common places, time together, and similar experiences (Mcmillan & Chavis, 1986, p. 9).

Por fim, Leonard Jason (1997) considera que para se conseguir atingir um sentimento de comunidade, se devem desenvolver tradições, normas e valores associados à comunidade na qual nos inserimos. Ademais, o autor acrescenta que o conceito de uma comunidade de suporte/apoio poderá ser visto como “a comprehensive way of thinking about health and healing” (p. 75), sugerindo que esta noção de comunidade e o sentimento a ela associado, será a base para o bem-estar da população local. Consciente disso, Jason frisa a importância que este tipo de abordagem tem ao unir estratégias “that strengthen inner resources by instilling hope, confidence, enthusiasm, and the will to live with strategies that provide a place for people to live that is protected and nourishing” (p. 75).

Partindo da linha de pensamento de Jason (1997) e do que até então vimos sobre a noção de comunidade, iremos agora ao encontro do conceito de DC - numa ótica de projeto que pode ser libertador e benéfico.

1.2.2 CONCEITO E PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Dissertar relativamente à prática do DC na atualidade, como estratégia de intervenção social com vista à melhoria da qualidade de vida de uma comunidade, pressupõe a necessidade de se fazer uma retrospectiva do seu surgimento e evolução, bem como dos

seus princípios orientadores. Porém, apesar do termo DC ter sido utilizado com diversos sentidos, dependendo do contexto histórico e social, conforme relata Carmo (2014, p. 69), ao longo do relatório iremos cingir-nos à sua denominação mais comum: Desenvolvimento Comunitário.

Conforme vimos anteriormente (Subcapítulo 1.1.1 Conceito de Desenvolvimento), e indo ao encontro das palavras de Carmo (2014), “com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início do desmoronamento da estrutura colonial, a teoria económica de desenvolvimento era então equacionada com crescimento económico e industrialização” (p. 16). Para mais, aos países considerados subdesenvolvidos (América Latina, Ásia e África), era-lhes conferida a representação das “primeiras versões dos países desenvolvidos”.

Deste modo, de acordo com Ander-Egg (1980) e Carmo (2001), a prática de Desenvolvimento Comunitário surge após a II Guerra Mundial, como forma de intervenção social capaz de dar resposta aos problemas sociais resultantes do período que se vivia.

Relativamente a isso, António Fragoso alude a outro fator determinante na afirmação da técnica de Desenvolvimento Comunitário:

verifica-se aquando do surgimento dos novos países anteriormente colonizados e nas formas de transição para a independência ou, conforme os casos, nas formas de gestão das colónias. E é precisamente nestes contextos que o desenvolvimento comunitário recebe os seus primeiros grandes impulsos, sobretudo no Terceiro Mundo (Fragoso, 2005b, p. 27).

No entanto, Carmo (2014) aponta o ano de 1950, com a publicação de um documento da ONU intitulado *O progresso social através do Desenvolvimento Comunitário*, como o ano em que esta prática ganha reconhecimento e se define como “um processo tendente a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade,

com participação ativa da sua população e a partir da sua iniciativa” (Carmo, 2014, p. 71).

Em 1956, de acordo com o autor (Carmo, 2014), realizava-se em Baarn um seminário que consagrava “a noção de região-problema como conceito fundamental do Desenvolvimento Comunitário” (p. 71). A este respeito, Carmo frisa a importância do conceito enquanto “consciência da exiguidade dos recursos para fazer face às necessidades sociais, sublinhando o interesse de identificar zonas de maior intensidade de problemas socioeconómicos a fim de nelas se concentrarem os meios disponíveis” (2014, p. 71).

A par do que até agora mencionámos, será necessário relembrar o contributo que alguns técnicos da ONU terão dado, nos anos 60, para a reformulação do conceito de desenvolvimento, bem como das suas práticas, ao aperceberem-se que os modelos existentes, “baseados normalmente no paradigma da modernização”, não se adequavam à realidade que encontravam, conforme descreve Amaro (2003, p. 13). Deste modo, propunham uma alternativa baseada numa “metodologia pragmática de «Desenvolvimento Comunitário»” assente nos seguintes eixos orientadores: as necessidades das comunidades devem ser auscultadas aquando do diagnóstico inicial, sendo que a resposta às mesmas deve ser feita através das capacidades da própria comunidade, e “os problemas e as soluções devem ser abordados de forma integrada, articulando vários conhecimentos disciplinares e sectores de intervenção” (Amaro, 2003, p. 13).

Acerca disso, Maria da Silva refere:

As técnicas clássicas de desenvolvimento não se mostraram eficientes para promover o crescimento de certas zonas, conhecidas por isso pela designação de «regiões-problema». A técnica de desenvolvimento comunitário, apresentando a vantagem de aproveitar dados da Economia e da Psicologia, procura vir ao encontro dessa dificuldade e baseia-se fundamentalmente na adesão das

populações e sua participação efectiva em todas as fases do processo de desenvolvimento (M. Silva, 1963b, p. 538).

Relativamente ao conceito de “regiões-problema”, Maria da Silva (1963b, p. 538) salienta que todos os países, mesmo os que atualmente são considerados mais desenvolvidos económica e socialmente, “conheceram regiões que não acompanharam espontaneamente o fenómeno do crescimento ou expansão económica que, entretanto, se verificava em zonas vizinhas”. Do ponto de vista da autora, o “atraso” de algumas regiões pode ser causado por diversos fatores: “de ordem geográfica, económica, histórica e sócio-cultural e psicológica” (M. Silva, 1963b, p. 539).

Silva (1963) é da opinião de que para se verificar um desenvolvimento das regiões que considera “muito atrasadas”, este só é possível havendo uma transformação das mentalidades da população. A autora complementa esta ideia ao afirmar que “Só um processo que mergulhe as suas raízes na mentalidade da população e seja capaz de operar nela uma transformação suficientemente profunda terá garantia de ser eficaz e de ter continuidade” (M. Silva, 1963b, p. 542).

No que concerne esta ideia de “transformação das mentalidades”, será de sublinhar uma transformação vinda por parte dos indivíduos – enquanto autores/atores da mesma – “tomando consciência dela, escolhendo-a, assumindo-a, realizando-a, que o mesmo é dizer que o desenvolvimento deve processar-se por iniciativa, com a participação e sob a responsabilidade daqueles a quem vai beneficiar” (M. Silva, 1963b, p. 544), e não como algo imposto e determinado externamente.

Sobre este assunto, importa citar Paulo Freire (1981): “Para os seres humanos, como seres da praxis, transformar o mundo, processo em que se transformam também, significa impregná-lo de sua presença criadora, deixando nele as marcas de seu trabalho” (p. 55). Ora, para que um projeto de Desenvolvimento Comunitário se mostre eficaz, será determinante ir ao encontro da linha de pensamento do autor, e com isso, que se criem e deixem marcas da comunidade na transformação do (seu) mundo.

Face ao exposto, Gómez et al. (2007) consideram que, um projeto para ser considerado comunitário, deverá ter em conta “um conjunto de características básicas que permitam reconhecê-lo[s] como comunitário[s] para que este[s] exprima[m] mais do que opções, vontades ou objectivos” (p. 136).

A propósito disso, Carmo (2001) enumera os seguintes princípios do Desenvolvimento Comunitário, enquanto eixos orientadores para a ação:

- o princípio das necessidades sentidas que defende que todo o projecto de desenvolvimento comunitário deve partir das necessidades sentidas pela população e não apenas das necessidades consciencializadas pelos técnicos;
- o princípio da participação, que afirma a necessidade do envolvimento profundo da população no processo do seu próprio Desenvolvimento;
- o princípio da cooperação que refere como imperativo de eficácia a colaboração entre sector público e privado nos projectos de Desenvolvimento Comunitário;
- o princípio da auto-sustentação que defende que os processos de mudança planeada sejam equilibrados e sem rupturas, susceptíveis de manutenção pela população-alvo e dotados de mecanismos que previnam efeitos perversos ocasionados pelas alterações provocadas;
- o princípio da universalidade que afirma que um projecto só tem probabilidades de êxito se tiver como alvo de Desenvolvimento uma dada população na sua globalidade (e não apenas subgrupos dessa população) e como objectivo a alteração profunda das condições que estão na base da situação de subdesenvolvimento (Carmo, 2001, p. 6).

Para além do acima mencionado, e com base em Silva (1963a), acrescentamos a importância da harmonia entre a comunidade e os órgãos administrativos, enquanto objetivo comum, visando assim a melhoria da situação económica, social e cultural de

uma determinada região ou país. Assim, nas palavras de Silva (1963a), o Desenvolvimento Comunitário pode ser visto como transformador no modo de vida das comunidades e “preparador” para o atingir de uma mentalidade adequada ao progresso, “capaz de o assimilar e apta à cooperação” (p. 544).

Em linha com o apresentado, no próximo ponto iremos analisar de que forma é que a tradição e a cultura poderão ser vistas como um impedimento a uma “mentalidade adequada ao progresso”.

1.2.3 TRADIÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

De acordo com o manual *Cultural Theory – The Key Concepts* (1999), o conceito de cultura não é definido com facilidade, pois pode assumir diferentes significados dependendo do contexto. No entanto, os autores reconhecem a cultura como o mundo complexo em que nos encontramos e pelo qual nos movemos, reconhecendo nele um significado. Assim, de acordo com o Priberam (2023) salientamos, enquanto definição, o “Conjunto das características morais, intelectuais, artísticas e dos costumes ou tradições de um determinado povo, nação, lugar ou de um período específico”.

No que concerne ao conceito de tradição, tendo em consideração os vários significados que lhe são atribuídos, destacamos a “Via pela qual os factos ou os dogmas são transmitidos de geração em geração sem mais prova autêntica da sua veracidade que essa transmissão”, bem como o “símbolo, [...] uso, hábito” (*Dicionário Priberam, 2023*). Assim sendo, o conjunto de tradições resultará na cultura de um determinado povo.

Ao falarmos em tradição e cultura, o conceito de identidade deverá também ser abordado, estando este claramente associado aos primeiros. Assim, Castells (2018) define identidade como “fonte de significado e experiência de um povo” (p. 54), entendendo-a “como processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (p. 54). Deste modo, “as comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades” (Castells, 2018, p. 114).

Não é do nosso interesse aprofundar a evolução destes conceitos, nem a sua multiplicidade de significados. Interessa-nos sim, indagar sobre a tendência de que um Projeto ou Ação de Desenvolvimento Comunitário deve “alterar mentalidades” e, com isso, menosprezar a cultura.

Tendo em atenção o que se disse, em Carmo (2014, p. 26) é sublinhada a importância de “desmontar uma ideia feita da sociedade industrial, a de que tudo o que é tradição é cristalizado, antiquado, substituível, e de que o que se apresenta como novidade, moderno [*progresso*], é em si mesmo bom e adotável para melhorar a qualidade de vida das populações”. Deste modo, o autor vai ao encontro do que, idealmente, se pretende com o Desenvolvimento Comunitário, procurando colocar as pessoas “no centro do protagonismo do desenvolvimento”, conforme refere Amaro (2003, p. 17). Para que tal aconteça, o autor sublinha a importância do exercício pleno da cidadania, enquanto participação ativa de todos no processo de desenvolvimento.

Sobre isso, Ferreira e Raposo (2017) mencionam como um dos fatores mais preocupantes para “os intelectuais e activistas do desenvolvimento local de países do Sul” (p. 126), a importância de uma adaptação à cultura e tradição da população com que se pretende trabalhar. Com relação a isso, Christine Hogan (2007) salienta:

There is a distinct difference between ‘cultural preservation’ (which implies that culture is a static object which can be locked in a tightly sealed exhibit in a museum) and ‘cultural survival’, where people have a say in keeping traditions and having control over the evolution of their culture and their own future, and preventing ‘cultural extinction’ (Hogan, 2007, p. 110).

Considerando a ideia apresentada, importa atentar para o pensamento de Carmo (2014), quando este nos diz que a “cultura dos protagonistas desempenha um papel essencial na percepção, ou seja no reconhecimento, filtragem e contextualização da informação (Carmo, 2014, p. 31). Desta forma, quanto maior for o distanciamento cultural entre protagonista e técnico/a de Desenvolvimento, mais pobre será a

comunicação e, por conseguinte, o resultado da ação/projeto. Ademais, sem essa aproximação cultural, a noção de “cultural survival” será facilmente vencida.

A esse respeito, Musitu e Buelga (2004) referem o caráter significativo da “relatividade cultural”, como o espaço necessário à percepção do modo como as pessoas constroem a sua realidade, isto é, como organizam e interpretam o mundo em que vivem. Assim, de forma que esta “relatividade cultural” seja interiorizada, os autores salientam a importância do trabalho desempenhado pelo/a técnico/a:

El profesional debe iniciar un proceso de toma de conciencia de su propia cultura, es decir, debe observar y estar atento por qué se hace lo que se hace, para comenzar así, a tomar conciencia que nuestras formas de vida, por familiares que nos resulten, son sólo nuestras y a menudo experimentadas y vividas de forma diferente y con otros significados para la gente de otros lugares, incluso muy cercanos a los nuestros. Asumir nuestro propio etnocentrismo (la centralidad de nuestra cultura) nos permite asumir que lo que hace el otro es tan normal -por raro que nos parezca- como cualquier cosa habitual para nosotros (Musitu & Buelga, 2004, p. 169).

Por último, já assumido o nosso etnocentrismo, Fragoso (2005a) deixa-nos com a crença de “que reter, de forma vivida, elementos culturais das populações para a partir deles saber como inovar em todos os sentidos é fundamental” (p. 70). Deste modo, segundo o autor, talvez seja possível construirmos um caminho entre a tradição e a modernização.

Em linha com o apresentado, fará sentido reforçar a ideia de desenvolvimento centrada no ser humano, salientando que o desenvolvimento deve ter início nas pessoas e que, simultaneamente, se “devem aproveitar as capacidades endógenas dos vários locais de forma a potenciar a inclusão e participação de todos”, conforme frisa Pereira (2009, p. 9).

A esse respeito, Piedade (2017) relembra que o objetivo final do Desenvolvimento Comunitário é o bem-estar da população, e que este se alcança “quando se pode fazer a leitura do passado, analisam-se os factos para compreender o presente e em função disso perspectivar a vida em diante” (p. 42). Para que tal aconteça, será necessário que a população tenha poder de decisão, e para que tal se verifique, conforme referem Gómez et al. (2007), o Desenvolvimento Comunitário deve estar assente numa metodologia educativa e formativa, visando a aprendizagem da população enquanto ativa na resolução de problemas da comunidade. Assim,

o desenvolvimento deve efectuar-se de forma organizada, considerando as necessidades e interesses efectivos da comunidade, aplicando uma metodologia que se desenvolva com a planificação, preparação, conhecimento e participação dos cidadãos em actividades educativas (animação, informação e formação) contextualizadas na realidade cultural e social que caracterizam essa comunidade (Gómez et al., 2007, p. 140).

Considerando a ideia apresentada, de seguida iremos aludir ao conceito de Empowerment e à sua aplicabilidade na prática de Desenvolvimento Comunitário.

1.2.4 EMPODERAMENTO DAS COMUNIDADES

Quando nos referimos ao empowerment, está implícita a ideia de capacitar, de dar poder para fazer diferente. Assim, ao empoderar alguém, estamos também a conferir uma maior liberdade de escolhas e de atuação, sublinhando que, conforme refere Bauman (2003), “O poder consiste na tomada de decisões e pertence aos que as tomam” (p. 40).

Deste modo, seguindo a linha de pensamento de Freire (1979) na obra *Conscientização - Teoria e Prática da Libertação*, o conceito de desenvolvimento, na qualidade de prática que visa o empoderamento, “está ligado ao processo de libertação das sociedades

dependentes, enquanto a ação modernizante caracteriza a situação concreta de dependência” (p. 33).

Face ao exposto, fará sentido abordar a relação de dependência que se verifica entre países, bem como, entre pessoas. A este respeito, Freire (1979) refere que a génese do subdesenvolvimento, ao contrário do que se possa pensar, “não tem sua “razão” em si mesmo, mas ao contrário, sua “razão” está no desenvolvimento (p. 33). Deste modo, frisa o autor, a missão dos países subdesenvolvidos é a de ultrapassar a sua posição de sociedades dependentes, para que se possam tornar em “seres para-si-mesmos”. Sem que tal se verifique, prossegue Paulo Freire (1979),

estas sociedades continuarão a experiência da “cultura do silêncio”, que, havendo resultado das estruturas de dependência, reforça estas mesmas estruturas. Há, portanto, uma relação necessária entre dependência e “cultura do silêncio”. Ser silencioso não é não ter uma palavra autêntica, mas seguir as prescrições daqueles que falam e impõem sua voz (Freire, 1979, p. 33).

Este silêncio a que Freire faz referência, é um silêncio marcado pelo poder e pela desigualdade e injustiça que dele resulta. Para Freire (1979), conquistar o estado de “ser para-si-mesmo”, é, para as sociedades subdesenvolvidas, a possibilidade a que o próprio denomina de “possibilidade ‘não experimentada’” (p. 33), ou seja, uma oportunidade de ser na totalidade, algo até então não conseguido, pois, segundo o autor, “a sociedade dependente é, por definição, uma sociedade semi-silenciosa” (Freire, 1981, p. 58).

Deste modo, diz o autor, “somente quando as classes e grupos dominados, o Terceiro Mundo do Terceiro, transformam revolucionariamente suas estruturas é que se faz possível realmente à sociedade dependente dizer sua palavra. É através desta transformação radical que se pode superar a cultura do silêncio (Freire, 1981, p. 58).

Em linha com o apresentado, Freire (1981) refere que o motivo para que a população não se desenvolva plenamente é o facto de lhe ser retirada a liberdade de “ser para si”,

ao invés de ser para o outro – um outro que a domina e lhe indica o caminho a seguir, sendo “assim roubad[os]a na sua decisão” (p. 92).

Perante o exposto, verificamos que o poder de uns se materializa em desigualdade e silêncio para outros. A propósito disso, Musitu e Buelga (2004) referem que a abordagem orientadora do empowerment considera que a maioria dos problemas sociais se deve a uma distribuição desigual dos recursos.

Deste modo:

Mais do que satisfazer as suas necessidades concretas e criar condições para o crescimento económico e social, foi destacada a necessidade de reconhecer a importância de capacitar a população para que possa decidir e participar de forma consciente e organizada nos planos de desenvolvimento da comunidade e no desenvolvimento da nação (Gómez et al., 2007, p. 107).

No entanto, o empowerment não consiste apenas em participar e “ser ativo”, como refere (2003) Le Bossé. Segundo o autor, a ação associada ao “ser ativo” é apenas um instrumento de aquisição de poder que só se mantém significativa considerando que é parte integrante de uma lógica de influência individual ou coletiva sobre a comunidade/meio envolvente.

Assim, de acordo com Carla Pinto (2011), o percurso evolutivo do conceito de empowerment pretende ser um percurso “de emancipação, de libertação e autonomização dos indivíduos, em termos pessoais e coletivos, relativamente a estruturas, conjunturas e práticas sociais, culturais, económicas e políticas” (Pinto, 2011, p. 46).

Na perspetiva de Musitu e Buelga (2004) empowerment é definido como “dar poder, dotar de poder, pero el término empowerment se traduce generalmente, no como empoderar sino como potenciación o fortalecimiento” (p. 173).

Porém, frisa Pinto (2011), que no contexto de intervenção social, “o ganho de poder é antes de mais instrumental e não um fim em si mesmo”. Deste modo, este não tem como foco o ganho de poder, mas sim a “transformação dos esquemas de poder” (p. 48). Ou seja, sublinha a autora, “Num processo de empowerment o interventor social não se impõe ao cliente, não impõe o seu saber, os seus recursos: liberta-os para o processo de mudança no qual é parceiro e não líder” (Pinto, 2011, p. 58), fortalecendo assim a comunidade e os seus habitantes.

Face ao exposto, ancorados pelas ideias de Musitu e Buelga (2004), podemos afirmar que uma comunidade se encontra fortalecida quando:

- Sus miembros tienen las aptitudes, la motivación y los recursos suficientes para realizar acciones que mejoran la vida de la comunidad - comunidad competente;
- Identifica eficazmente sus necesidades, y tiene la capacidad de desarrollar estrategias adecuadas para la resolución de sus problemas;
- Hace esfuerzos por mejorar la comunidad, proporciona oportunidades para la participación ciudadana, tiene capacidad de acción ante situaciones que considera injustas o ilegítimas (Musitu & Buelga, 2004, p. 183).

Tendo em consideração o até agora apresentado, Zimmerman e Rappaport (1988) referem existir uma diferença entre empowerment e “psychological empowerment” (empoderamento psicológico). Isto é, “enquanto o empowerment é uma construção a vários níveis que pode ser aplicada a organizações, comunidades, e políticas sociais, o empoderamento psicológico é a expressão desta construção ao nível de pessoas individuais” (Zimmerman & Rappaport, 1988, p. 726). Ainda, segundo os autores, verificam-se resultados que indicam que o empoderamento psicológico está presente de forma mais marcada naqueles que relatam uma atividade diversificada na comunidade.

Por fim, terminamos com a ideia defendida por Musitu e Buelga (2004) de que o empowerment defende não só uma ação potenciadora dos recursos, mas também o

direito a ser diferente. Deste modo, a diversidade é vista pelos autores como outro dos princípios do empowerment. A propósito disso, Rahnema (2010) refere “to participate means to live and to relate differently. It implies, above all, the recovery of one’s inner freedom – that is, to learn to listen and to share, free from any fear or predefined conclusion, belief or judgement” (p. 140). No entanto, como pudemos ver anteriormente, a “diferença” tem sido a base para inúmeras formas de opressão e hegemonia e com isso, para a criação e consolidação de desigualdades.

Segundo Bauman (2001), “As diferenças [*desigualdades*] nascem quando a razão não está inteiramente desperta ou voltou a adormecer” (p. 193).

Tendo em conta o que até agora foi apresentado, iremos, adiante, abordar algumas questões e críticas que foram surgindo nos últimos anos, relativamente à viabilidade da prática do Desenvolvimento Comunitário.

1.2.5 OLHARES E REFLEXÕES EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Assim como acontece com qualquer outro conceito, também o de Desenvolvimento Comunitário foi, e continua a ser alvo de opiniões divergentes. Pretendemos, deste modo, exercer uma análise crítica sobre o mesmo, de forma a discutir os princípios que mais se destacam (dependendo da ideia defendida) desta corrente, e assim compreender melhor o fenómeno em estudo neste trabalho de investigação. Começamos por analisar algumas das mudanças que se verificaram ao longo do tempo.

A propósito destas mudanças, Gómez et al. (2007) refere que no ano de 1990, o Relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano anunciava algumas alterações relativamente às teorias de desenvolvimento, “entre as quais a liberdade política e a garantia doutros direitos das comunidades locais para participar nos seus planos de desenvolvimento” (p. 112). Deste modo, no relatório de 1997 do mesmo organismo, verificava-se uma mudança significativa no que dizia respeito à “possibilidade [das comunidades] de tomarem decisões, serem protagonistas no seu próprio desenvolvimento e intervirem em todos os problemas que lhes são afectos” (p.

112). Numa fase posterior, esta ideia era complementada com a proposta de um maior envolvimento por parte das comunidades enquanto “actores para o desenvolvimento e institucionalização dos programas de desenvolvimento mediante o estabelecimento de alianças” (p. 112).

Na visão dos autores acima referidos, os programas atuais de Desenvolvimento Comunitário são uma peça essencial no alcance de melhores condições, não só das gerações atuais, como das futuras. A respeito disso, Gómez et al (2007) afirmam:

Ao nível da informação e da educação das comunidades, [os programas de Desenvolvimento Comunitário] têm permitido o desenvolvimento e a preparação de regiões e comunidades para participar no desenvolvimento nacional e global. No maior equilíbrio entre a população e os seus recursos, os programas de desenvolvimento da comunidade realizados nas comunidades e no seu território orientam-se para os ideais universais: reduzir a pobreza, fomentar o progresso económico, a protecção ambiental e transformar atitudes não sustentáveis de produção e consumo (p. 116).

No entanto, António Fragoso (2005b) discorda da ideia acima sustentada, frisando o facto de ser comum assumir-se que esta corrente do desenvolvimento é sinónimo de um processo que, de acordo com determinados princípios, como é o caso da participação e ação na própria comunidade, representa “um caminho inequívoco em direcção à libertação e emancipação dos sujeitos” (p. 25). Contudo, sublinha Fragoso,

a análise histórica mostra-nos que estas ideias são pouco mais que falácias e o desenvolvimento comunitário é ideal para esta demonstração, dado que começou a ser utilizado em contexto colonial, muitas vezes como um mero instrumento de controlo social, ou como um caminho em direcção à integração

pacífica de grupos sociais que poderiam, potencialmente, provocar contestações políticas e sociais indesejadas (Fragoso, 2005b, p. 25).

Recorrendo à menção ao contexto colonial feita por Fragoso, como marco para o início desta prática, valerá a pena voltar ao conceito de liberdade, que, nas palavras de Bauman (2001) significa: “não experimentar dificuldades, obstáculos, resistência ou qualquer outro impedimento aos movimentos pretendidos ou concebíveis” (p. 25).

Em linha com o apresentado, Gómez et al. (2007) frisam que “A colonização e a dependência levam à alienação e à homogeneização, constituindo factores sociais que anulam a liberdade, a autonomia e a diversidade” (p. 88). No seguimento do ponto de vista dos autores, estes referem a importância da liberdade e do “direito ao próprio” enquanto fatores cruciais de desenvolvimento para as diversas culturas. Nas palavras dos próprios, “A independência é algo desejada e ideal, mas, para tal, é imprescindível que cada cultura tenha a possibilidade de guiar e gerir o seu próprio destino (Gómez et al., 2007, p. 88).

Não obstante, apesar de se ter recorrido a diversas estratégias de desenvolvimento, segundo Gómez et al. (2007), “a realidade pouco se alterou, sendo mais preocupante que, em muitos casos, essa mudança tenha sido negativa para a vida das pessoas constatando-se, no presente, maiores níveis de vulnerabilidade e exclusão” (p. 88).

Lee J. Cary, em 1970, na obra *Community Development as a Process*, defende que o Desenvolvimento Comunitário pode ser visto de duas formas distintas: como um processo radical ou como um processo conservador. Com isto, o autor pretende mostrar o lado positivo e negativo desta corrente de desenvolvimento.

It is radical to the extent that, in calling for greater citizen participation, it creates new groupings and patterns of decision makers. It tends to challenge existing social systems. It accelerates the pace of planned change and deliberate community decision-making. It broadens the scope of citizen interest and concern. All these factors tend to suggest new activity, new patterns of

involvement, and change that is more rapid and involves more people more directly than at any time in history. [...]

Community development can also be seen as a conservative process. It helps to keep decision-making at the local level and government responsive to the local citizens. Community interest is apt to center on issues close at hand. Even among the decisions that are made at a higher level of government there is some opportunity for local option and variation (Cary, 1970, p. 5).

Face ao exposto, entendemos que apesar da conotação radical que Cary (1970) confere ao processo de Desenvolvimento Comunitário, enquanto gerador de participação e mudança, o mesmo se manterá num nível bastante conservador, pois apesar de haver uma abertura para a ação da população local, esta acaba por ser pouco efetiva, pois a tendência será dar prioridade às questões mais urgentes – pequena alusão à Pirâmide de Maslow, lembrando que sem resposta às primeiras camadas/necessidades da pirâmide, não fará sentido, nem surtirá efeito, outro tipo de iniciativa/desenvolvimento.

Para mais, segundo Rahnema (2010) “there is little evidence to indicate that the participatory approach, as it evolved, did, as a rule, succeed in bringing about new forms of people’s power” (p. 135).

A par do que vimos até ao momento relativamente à dualidade de convicções no que ao conceito de Desenvolvimento Comunitário diz respeito, está a ideia de que o desenvolvimento, independentemente da corrente orientadora, não funciona. Sobre isso, há já mais de vinte anos, Escobar (1995) dizia que as promessas de abundância feitas pelos políticos e teóricos que proferiam um discurso assente numa estratégia de desenvolvimento, acabaram por se revelar ineficazes, provocando o oposto: “massive underdevelopment and impoverishment, untold exploitation and oppression” (p. 4).

De acordo com Ferreira e Raposo (2017), esta dualidade de convicções, aliada a um sentimento de desilusão, resultou, na proclamação do fim da era do desenvolvimento por parte de alguns teóricos. Assim, dizem as autoras, defendia-se “uma era pós-

desenvolvimento, que se orientasse antes por objectivos auto-determinados pelos cidadãos, especialmente aqueles que têm sido mais marginalizados pelo próprio ‘desenvolvimento’” (p. 137).

Em linha com o apresentado, Amaro (2017) diz ter sido a partir de 1992 “que a corrente do «pós-desenvolvimento» se afirmou, propondo o «fim da era do desenvolvimento» e o início de uma nova era, liberta das influências negativas de um conceito, dominado por «intenções geo-estratégicas de natureza capitalista, colonialista e patriarcal»” (p. 82). Habitualmente, esta expressão de “pós-desenvolvimento” é, segundo o autor, relacionada à obra *The development dictionary - Guide to Knowledge as Power*, coordenada por Wolfgang Sachs.

A corroborar a ideia acima, está Sachs (2010), ao referir que ao longo dos anos “piles of technical reports have been accumulated which show that development does not work; stacks of political studies have proven that development is unjust” (p. 16). Para além de afirmar que o desenvolvimento não funciona, Sachs (2010) faz uma relação direta entre desenvolvimento e injustiça, levando-nos, novamente, à noção de desigualdade.

A esse propósito, Lummis (2010), afirma que se a desigualdade é um problema, será então um problema político. Afirma, no entanto, que a solução não é uma questão de desenvolvimento, mas sim, uma questão de mudanças profundas e disruptivas. Ademais, o autor frisa que o problema da desigualdade é resultado do excesso e não da pobreza: “‘The problem of the world’s poor’, defined more accurately, turns out to be ‘the problem of the world’s rich’” (p. 52). Tal significa, que a solução para este problema “is not a massive change in the culture of poverty so as to place it on the path of development, but a massive change in the culture of superfluity in order to place it on the path of counterdevelopment” (Lummis, 2010, p. 52).

Na linha de pensamento de Rist (2008) os defensores do “pós-desenvolvimento” tinham como objetivo o romper de um conceito e metodologias que consideravam inadequadas e imprudentes. No entanto, algumas críticas foram feitas a esta corrente, sendo uma delas, a de que a censura ao desenvolvimento é exagerada, visto terem-se verificado diversas políticas de desenvolvimento com resultados positivos. Nas palavras do autor (Rist, 2008) , “It is therefore wrong to ‘essentialize development’: that is, to attack a

signifier, or a word, without seeing that it covers a large number of signifieds, or practices” (p. 259). Rist (2008) prossegue afirmando que os seguidores do “pós-desenvolvimento” nunca tiveram o intuito de fazer uma avaliação de cada prática “em nome do desenvolvimento”, sendo a gênese da crítica “mainly directed at a faith, an ideology, a vision of the world’s future, an explanatory model, or a discursive formation that shapes certain practices tending towards ‘universal commodification’, with the consequences that we know” (p. 259). Assim, podemos verificar que

The point at issue is not the success or failure of this or that ‘development project’ but a general way of envisaging harmonious and equitable cohabitation of all those living today – and in the future – on this planet. [...] ‘development’ is incapable of achieving that aim. The fact that some make out alright does not decide our judgement of the game (Rist, 2008, p. 258).

Apesar da crítica, Amaro (2017) sublinha que inicialmente, “os autores do ‘pós-desenvolvimento’ não se preocuparam muito com sugerirem ‘conceitos alternativos ao desenvolvimento’” (p. 93). No entanto, numa fase posterior, estes autores sustentaram a ideia de que seria importante começar a aludir a alternativas ao conceito de desenvolvimento, tendo como eixo orientador as “experiências e valores provenientes, desta vez, de povos e comunidades do ‘Sul global’, ou seja, a partir de ‘Epistemologias do Sul’” (R. R. Amaro, 2017, p. 94), assentando em “três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (B. Santos, 1995, p. 508).

Conforme frisa Amaro (2017), de acordo com os autores do pós-desenvolvimento, o rumo a seguir será o da valorização e aprendizagem a partir das “sociedades tradicionais do Sul, pela riqueza dos seus conhecimentos e tradições, dos seus modelos (muitas vezes informais) de organização social, das suas vivências, das suas relações comunitárias e com a Natureza, das suas cosmovisões” (p. 94).

Tendo em consideração as ideias acima apresentadas, fica a sensação de que existe um modelo de desenvolvimento criado para territórios ocidentais e que foram aplicados

noutros sem se ter em atenção as verdadeiras características dos segundos, descurando os seus conhecimentos e a sua cultura.

Salientamos o facto de até então se ter “imposto” um modelo de desenvolvimento assente em características maioritariamente ocidentais, colocando à vista a tendência “colonial” de ensinar a “forma certa de fazer”, descurando e desprezando o conhecimento que outros povos e culturas possam ter – resultando, muitas vezes, no fracasso das práticas de desenvolvimento. Assim, citando Rist (2008), o objetivo enquanto ideal seria:

to regain political, economic and social autonomy for the marginalized regions, to break loose from monetary exchanges, to ask nothing of the State except that it refrain from crushing forms of self-organization, and to ensure that decisions are taken by the people directly concerned. *The idea is to invent new ways of living, between a modernization that causes suffering yet offers some advantages and a tradition that may be a source of inspiration even with the knowledge that it cannot be revived* (Rist, 2008, p. 259).

Face ao exposto, Lummis (2010), na obra de Wolfgang Sachs, realça que o facto de haver um reconhecimento/redescoberta do valor destas comunidades não é sinónimo de “descobrir valor em ser pobre”, mas sim, descobrir muito do que foi denominado como tal, eram na realidade formas diferentes de prosperidade. A respeito disso, o autor diz “How and when a people prospers depends on what it hopes, and prosperity becomes a strictly economic term only when we abandon or destroy all hopes but the economic one (Lummis, 2010, p. 51).

Por fim, voltando à génese de todo o processo, independentemente de assentar na corrente do Pós-desenvolvimento, ou à corrente anterior a esta, importa relembrar que a comunidade não deve ser considerada como “consumidora de um serviço colocado à sua disposição”, conforme frisa Bosquet (2004), mas sim como “um conjunto de

cidadãos que deve ser encarado como ator e produtor das suas próprias respostas coletivas” (p. 1.)

On ne fait donc pas POUR la population mais AVEC elle, on ne le répétera jamais assez. Mais c’est pourtant probablement l’une des tâches les plus ardues en travail social communautaire que de faire participer les gens à la résolution de leurs propres problèmes, cela pour différentes raisons qui nous renvoient à des enjeux éthiques et politiques importants (Bosquet, 2004, p. 2).

Apesar de para alguns trabalhadores sociais o ideal ser um tipo de ação ascendente, enquanto comunidade que toma consciência dos seus problemas e atua de forma a melhorar as suas condições de vida, para Bosquet (2004), esta é uma metodologia comunitária bastante rara. Mais frequentes, são os projetos de ação descendente, conclui a autora ao mesmo tempo que nos deixa com uma questão pertinente:

comment rendre la population active, actrice même, quand on a décidé à sa place et à l’avance ce que sont ses problèmes, parfois même qui est censé les vivre et/ou les manifester, et parfois même encore la manière de les résoudre (ou de ne pas les résoudre...) ? (Bosquet, 2004, p. 3).

É importante, depois de enquadrarmos o que diversos autores entendem por projeto de Desenvolvimento Comunitário, falar do projeto Semente desenvolvido pela Associação Sementera Kriativ e perceber se este tem características que nos permitam considerá-lo como projeto de Desenvolvimento Comunitário. Deste modo, teremos como âncora os seguintes princípios:

partem de problemas comunitários ou necessidades; constituem-se como processos de mudança, colectivos, profundamente educativos; têm um carácter endógeno e integrado; como objectivos centrais aparecem a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a valorização/ formação dos recursos locais; o

fortalecimento da capacidade, organização e confiança das pessoas; implicam a participação dos interessados; implicam a redistribuição de poder ou empowerment, bem como o controlo do processo pelos participantes; finalmente, devem articular-se com processos externos (Fragoso, 2005b, p. 30).

II METODOLOGIA

Após a realização do enquadramento teórico, o presente capítulo trata da componente empírica do estudo. Pretendemos, apresentar a metodologia que sustenta este trabalho de investigação qualitativa, fundamentando as opções metodológicas adotadas para atingir os objetivos definidos. Deste modo, caracterizamos o contexto e o público-alvo da investigação, o processo de recolha de dados e procedemos à descrição global do projeto de investigação.

Assim, segundo Fortin (2009), o investigador “[...] adoptará a definição que melhor corresponda às suas preocupações e planificará um método apropriado para a obtenção das respostas às suas questões” (p. 18).

Deste modo, começamos por apresentar o tipo de estudo definido - estudo de caso (2.1) e damos a conhecer a pergunta de partida e objetivos da investigação (2.1.1). Seguidamente, com vista a uma melhor compreensão e conhecimento do local de atuação fazemos a caracterização do contexto de implementação do projeto de investigação (2.2), incluindo uma breve caracterização de Porto Novo (2.2.1), seguida da apresentação da própria Associação Sementera Kriativ (ponto 2.2.2).

Posteriormente, fazemos a caracterização da amostra e apresentamos a técnica de amostragem utilizada (2.3); apresentamos a recolha de dados: técnicas, instrumentos e procedimentos seguidos (2.4); explicamos as técnicas de análise dos dados obtidos - análise de conteúdo (2.5) e, por fim, tratamos das questões éticas (2.6).

2.1 TIPO DE ESTUDO

Segundo Fortin (2009), a escolha do tipo de estudo é orientada não só pelo rumo que o investigador pretende dar ao seu trabalho, mas sobretudo pela essência da questão que se coloca. Face ao exposto, a autora acrescenta que caso se pretenda “investigar a compreensão de um fenómeno vivenciado por um indivíduo ou grupo, um estudo qualitativo será o mais indicado” (Fortin, 2009, p. 135). Neste caso, pretende-se “investigar a compreensão de um fenómeno vivenciado” pela comunidade de Porto Novo, relativamente ao contributo da Associação SK para o desenvolvimento da mesma.

Assim, de forma a responder à questão de investigação definida e a melhor compreender o fenómeno vivenciado pela comunidade, o presente estudo teve por base uma abordagem qualitativa, algo que, de acordo com Fortin (2009), está profundamente relacionado a uma visão holística dos seres humanos.

A juntar a essa visão, “o investigador que utiliza o método de investigação qualitativa está preocupado com uma compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo. Ele observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los” (Fortin, 2009, p. 22).

Desta forma, tendo em conta as características da investigação, optou-se pela realização de um estudo de caso, “geralmente organizado em torno de um pequeno número de questões que se referem ao como e ao porquê” (Ventura, 2007, p. 385) de modo a conhecer a perceção da comunidade face ao projeto e ao seu contributo para o desenvolvimento de Porto Novo. Na perspetiva de Yin (1994), o estudo de caso pretende investigar um fenómeno atual no seu contexto real, contribuindo para a compreensão de acontecimento individuais, organizacionais, sociais e políticos através da utilização de diversas técnicas e instrumentos de recolha de dados.

Assim, nas palavras de Ventura (2007, p. 384), o estudo de caso “visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações” (p. 384).

2.1.1 PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS DE ESTUDO

De forma a dar resposta à pergunta de investigação inicialmente definida: **Em que medida o projeto Semente da Associação Sementera Kriativ contribui para o desenvolvimento da comunidade do Porto Novo?** foram elencados os seguintes objetivos de investigação:

Objetivo geral: avaliar o projeto Semente da Associação Sementera Kriativ e a importância que o mesmo tem para a comunidade de Porto Novo.

Objetivos específicos:

1. Conhecer a percepção que a comunidade, os parceiros e os beneficiários do projeto têm sobre o mesmo;
2. Identificar as consequências da intervenção dos voluntários internacionais;
3. Perceber se as atividades desenvolvidas vão ao encontro das necessidades dos beneficiários;
4. Verificar se as crianças e jovens passam menos tempo na rua;
5. Perceber se os interesses das crianças e jovens se expandiram e/ou adquiriram novas competências;
6. Verificar se a comunidade participa de forma ativa no desenvolvimento do projeto.

2.2 CARATERIZAÇÃO DO CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

2.2.1 CARATERIZAÇÃO DE PORTO NOVO

Porto Novo é um dos concelhos da ilha de Santo Antão (grupo do Barlavento), segunda maior ilha de Cabo Verde. No entanto, a sua dimensão e características ditam algumas das suas “vulnerabilidades estruturais [...] nomeadamente a fragmentação e descontinuidade territorial, a multiplicidade de ecossistemas, o clima tropical seco, árido e semi-árido” (PEMDS, 2017, p. 4). A propósito disso, o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável* (PEDS) refere que o país se confronta com diversas vulnerabilidades naturais “relacionadas com a sua origem vulcânica, a sua natureza insular e arquipelágica, a sua localização na região do Sahel, a escassez das chuvas e a falta de recursos minerais” (PEDS, 2017, p. 42), algo que, desde o tempo marcado pelo colonialismo, afetou a qualidade de vida da população.

Em conformidade com o que se verifica nos restantes concelhos da ilha de Santo Antão, de acordo o INE (2022), o Município de Porto Novo regista uma forte perda populacional, tendo passado de um total de 18.028 indivíduos em 2010, a 16.052 no ano de 2022. A propósito disso, verificamos, segundo dados do INE (2020), que a taxa de

desemprego no Município passou de 15,0%, em 2016, para 14,5%, em 2020. Simultaneamente, Porto Novo apresenta a maior taxa de desemprego do país, tendo, em 2020, atingido o valor de 22.3%. No entanto, de acordo com o PEMDS (2017), “o desemprego atinge mais as mulheres (14,2%), contra (8,1%) dos homens [...] Ao contrário do que se tinha verificado noutros inquéritos, é no meio urbano do Porto Novo que encontramos as taxas mais elevadas de desemprego (13,9%), contra (5,1%) no meio rural” (p. 12).

Proveniente dos valores acima mencionados, está a inatividade de grande parte da população residente na cidade de Porto Novo e, com ela, o surgimento de outras problemáticas, tais como o alcoolismo, a violência baseada no género, a gravidez na adolescência e o abandono escolar – questões estas bastante relacionadas com a prevalência do homem sobre a mulher, algo que o *Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável* enfatiza:

Outro grande desafio inserido no contexto familiar é o combate ao alto índice de violência de género, em especial, violência contra as mulheres, incluindo a violência psicológica, física e sexual. Culturalmente aceite, mas representando um forte entrave ao processo de igualdade entre as mulheres e os homens, esta circunstância constitui uma das principais violações em termos dos direitos fundamentais das mulheres e inibe o próprio processo de desenvolvimento do território. Em resumo, a posição da mulher na dimensão familiar é de fragilidade e vulnerabilidade extrema, por vários fatores, particularmente culturais e económicos (PEMDS, 2017, p. 16).

No entanto, apesar da situação de fragilidade acima descrita, a mulher é vista como o alicerce da família, responsabilizando-se pela educação dos filhos, o cuidado com os idosos e a gestão doméstica. Contudo, “a gestão realizada pela Mulher no seio familiar é completamente controlada pelos homens” (PEMDS, 2017, p. 16).

Em termos educativos os dados são igualmente desfavoráveis para o género feminino, visto que a taxa de alfabetização é de 69.4% nas mulheres, face a 83.7% nos homens. No entanto, verifica-se uma evolução positiva junto da camada juvenil (15-24 anos), tendo em conta que a taxa atinge os 98.7% nas mulheres e 98.1% nos homens (INE, 2018).

Relativamente à pobreza esta “Assume natureza estrutural e está completamente sintonizada com as condições geoclimáticas como o isolamento, o afastamento, a diversidade de ecossistemas, o clima seco e árido” (PEMDS, 2017, p. 15). Face ao exposto, o mesmo documento acrescenta que “cerca de 51,1% da população é considerada pobre, vivendo com menos de 43.250\$00 [...] por ano”, o equivalente a cerca de 392€.

Caraterizado por ter uma população maioritariamente jovem, no município de Porto Novo os indivíduos com mais 65 anos representam 8.2% do total da população local (INE, 2022), sendo que na cultura cabo-verdiana estes “desempenham um papel fundamental na dinâmica da integração familiar [...] sendo um suporte em especial para as mulheres chefes de famílias e/ou gestoras do lar, nas atividades domésticas e educação de filhos e netos” (PEMDS, 2017, p. 18). No entanto, existe um grande número de idosos em situação de fragilidade e isolamento, algo que o Município tenta mitigar através dos dois Centros de Dia e do apoio ao domicílio que faz diariamente.

Relativamente à situação das crianças e jovens do concelho, será necessário ter em conta que cerca de “38% das famílias do Município do Porto Novo são monoparentais, e mais de metade delas (67%) são chefiadas por mulheres” (PEMDS, 2017, p. 19). Segundo o Plano Municipal estas famílias são as que se encontram mais sujeitas a situações de vulnerabilidade e pobreza. Deste modo, “Estes elementos acabam por ter implicações diretas nas condições de vida destas crianças e adolescentes”, acrescenta o PEMDS(2017, p. 19). Por conseguinte, o documento salienta que estas crianças e jovens acabam por não ter acesso a um conjunto de direitos e necessidades básicas, como é o caso da alimentação, educação, habitação e, em alguns casos, o abandono. Importa sublinhar que as crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos representam 25.9% da população de Porto Novo (INE, 2022).

Em termos de infraestruturas básicas, os dados obtidos no V Recenseamento (INE, 2021b) indicam que 82.1% das habitações tem água canalizada, 75.9% possui instalações sanitárias e 91% dispõe de eletricidade. Apesar dos dados demonstrarem um aumento considerável relativamente ao ano de 2010 (63.7%, 54.9% e 79.6%, respetivamente), existe ainda um número elevado de habitações desprovidas de tais infraestruturas.

Considerado um problema que afeta a vida de muitas famílias, o alcoolismo é uma das práticas mais enraizadas na sociedade cabo-verdiana, “[...] com efeitos nefastos a nível individual, familiar, social e económico, havendo uma cultura de consumo que expõe crianças e adolescentes, promovendo o consumo exagerado” (INE, 2021a, p. 9). Para mais, é também “uma das principais causas de mortalidade no país” (Governo Cabo Verde, 2016, p. 1) e que, no caso de Santo Antão, representa 20% dos internamentos nas unidades de saúde (Inforpress, 2019). A juntar a isso, um estudo realizado pela campanha *Menos Álcool, Mais Vida* (INE, 2021a) revela que as famílias cabo-verdianas despendem mais do dobro do dinheiro em bebidas alcoólicas do que em educação, algo que reflete de forma evidente a realidade de grande parte das comunidades.

Antes de terminarmos, consideramos necessário abordar a questão da gestão dos resíduos sólidos. Algo que, na realidade de Cabo Verde, e em específico em Porto Novo, tem como destino principal as lixeiras a céu aberto, “constituindo um risco importante para a saúde humana, devido aos contaminantes que podem escapar para o ar, água ou solo” (PEDS, 2017, p. 49). A juntar a isso, é prática comum usar as ribeiras para depositar e queimar os resíduos domésticos, bem como para fazer as necessidades fisiológicas – neste caso, talvez pela falta de instalações sanitárias no local de habitação.

Por fim, no Relatório de Desenvolvimento Humano mais recente (PNUD, 2022), Cabo Verde é classificado como tendo um “Desenvolvimento humano médio”, assumindo assim a posição nº 128 (subida de quatro posições em comparação com 2015) com um IDH de 0.662; esperança média de vida de 74.1 anos; escolaridade prevista de 12.6 anos; média de anos de escolaridade efetiva de 6.3, apesar de no caso de Porto Novo, a média ser de 8.4 anos – de acordo com os censos de 2021 (INE, 2021b); rendimento nacional bruto *per capita* de 6.230. Em termos de índice de Desigualdade de Género, o país ocupa

a 84ª posição com um valor de 0.349, destacando-se uma taxa de mortalidade materna de 58 (por 100.000 nascidos-vivos) e natalidade na adolescência de 55.2 (em 1000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos). Deste modo, de acordo com o PNUD (2022), Cabo Verde é integrado na lista de “Regiões em vias de desenvolvimento”.

2.2.2 CARATERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO SEMENTERA KRIATIV

A Sementera Kriativ é uma associação sem fins lucrativos de cariz social, cultural e artístico com sede em Porto Novo, ilha de Santo Antão, Cabo Verde. A associação nasceu da visão conjunta de um grupo de jovens ativos e criativos, cabo-verdianos e europeus, que desde 2017 trabalham pelo desenvolvimento individual e comunitário no território do concelho de Porto Novo.

A SK tem dois coordenadores locais no terreno, responsáveis pela gestão dos voluntários internacionais (maioritariamente portugueses) e pela dinamização das várias atividades. O recrutamento de voluntários é feito através da ONGD *Para onde?*, havendo uma seleção dos mesmos de acordo com uma carta de motivação e posterior entrevista. A maioria dos programas de voluntariado dura entre quinze dias (período mínimo) e dois meses.

No âmbito do projeto Semente, a associação desenvolve atividades fixas junto dos seguintes públicos:

- Crianças e jovens do Espaço: entre os 4 e os 17 anos, no Espaço Jovem cedido pela Câmara Municipal de Porto Novo (CMPN). As atividades decorrem de segunda a sexta entre as 16h30 e as 19h, sendo que o número de participantes varia diariamente (entre 10 e 20);
- Crianças e jovens do Instituto da Criança Cabo-verdiana e do Adolescente (ICCA): parceria criada entre o ICCA e a SK. As atividades decorrem no Centro de Dia Vicente Mota Coelho, espaço onde as crianças e jovens sinalizados em situação de fragilidade, têm apoio escolar e desenvolvem atividades diversas. A SK junta-se ao Centro de Dia 3 vezes por semana, entre as 10h e as 11h30. No total estão inscritas 29 crianças/jovens;

- Idosos: resultado da parceria entre a CMPN e a Sementera. São desenvolvidas atividades nos dois Centros de Dia da cidade (Berlim e Alto de São Tomé), perfazendo um total de 65 utentes. As atividades decorrem 2 vezes por semana no Centro de Dia de Berlim (entre as 9h e as 11h) e 3 vezes por semana no Centro de Dia do Alto de S. Tomé (entre as 9h e as 11).

Para além das atividades fixas, a SK desenvolve ações junto da Residência Estudantil de Porto Novo (Internato); promove ações de capacitação de acordo com as necessidades identificadas pelo Município e, sempre que possível, desenvolve atividades para a comunidade no seu todo, numa lógica de integração e livre participação.

Definem-se como **objetivos** principais da Sementera Kriativ:

- O desenvolvimento comunitário através da dinamização de atividades ligadas à educação não formal e informal;
- A ocupação e dinamização dos tempos livres dos jovens do concelho;
- A dinamização de atividades dirigidas à população sénior do concelho;
- A realização de atividades diversas de cariz social, cultural e artístico;
- A promoção do voluntariado e do trabalho em rede entre associações e outras entidades a nível local, regional, nacional e internacional.

Visão

Ser uma referência para o desenvolvimento comunitário do concelho de Porto Novo, contribuindo de forma saudável para um impacto sociocultural significativo e mensurável.

Missão

Trabalhar de perto com a comunidade de Porto Novo, percebendo as suas necessidades e encontrando respostas criativas na união de recursos externos com os recursos da própria comunidade.

Valores

Comunidade, Criatividade, Igualdade de oportunidades

“O que temos aqui partilhamos, o que não temos, aqui criamos.”

2.3 CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A população objeto de estudo é a comunidade de Porto Novo. No entanto, selecionou-se uma amostra por conveniência, de acordo com a disponibilidade dos intervenientes, a sua participação no projeto e a capacidade de resposta, no caso dos jovens e idosos.

Assim, de forma a dar resposta aos objetivos da investigação, considerámos necessária a aplicação de uma entrevista semiestruturada a quatro “informadores chave”: comunidade; jovens beneficiários do projeto; utentes dos Centros de Dia e parceiros (Câmara Municipal de Porto Novo e Instituto da Criança Cabo-verdiana e do Adolescente) – perfazendo um total de 32 entrevistas.

Relativamente à comunidade, foram feitas 12 entrevistas, verificando-se uma paridade de género entre os entrevistados. No que diz respeito à faixa etária, foram entrevistados informadores entre os 25 e os 55 anos; no tocante ao nível de escolaridade, tendo em conta a realidade de Porto Novo, considerou-se que seria importante alcançar uma amostra abrangente, podendo assim, alcançar também uma perceção mais efetiva da realidade. Deste modo, foram feitas entrevistas a pessoas com e sem habilitações literárias.

No tocante às entrevistas aos jovens beneficiários do projeto, o total de entrevistas foi de oito, havendo uma prevalência por parte do género masculino (cinco). Os jovens entrevistados têm idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos.

No que diz respeito aos utentes dos Centros de Dia, foram feitas 10 entrevistas, verificando-se uma paridade de género entre os demais. Em termos de idades, os entrevistados têm entre 64 e 99 anos. Relativamente ao nível de escolaridade, a grande maioria dos idosos não sabe ler nem escrever. Um dos critérios tidos em conta na seleção dos entrevistados foi o nível de lucidez dos mesmos, sendo priorizados os que tivessem capacidade cognitiva e de comunicação verbal.

Por fim, com relação aos parceiros, foram feitas duas entrevistas: uma à CMPN e outra ao ICCA. Relativamente à CMPN, esta foi feita na voz da Vice-Presidente e Vereadora dos pelouros da Administração Geral e Modernização Administrativa, Recursos Humanos, Desenvolvimento Social, Habitação e Pequena Infância. A entrevistada tem 41 anos, é formada em Recursos Humanos e exerce funções como Vereadora desde 2016. No que concerne à recolha de dados ao ICCA, foi aplicada uma entrevista à Coordenadora do Centro de Dia Vicente Mota Coelho, enquanto Centro de apoio às crianças e adolescentes sinalizados (em situação de fragilidade). A coordenadora nasceu em 1981 (42 anos) e tem Formação profissional em Desenvolvimento Social e Comunitário (nível 4), sendo responsável pela coordenação do Centro de Dia há cerca de dez anos.

2.4 RECOLHA DE DADOS: TÉCNICAS, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

De forma a recolher a informação necessária para dar resposta aos objetivos da investigação, utilizou-se como técnica o inquérito e como instrumento de recolha de dados a entrevista semiestruturada. Além disso, fez-se uma análise documental com base em estudos, publicações e notícias que nos permitiram caracterizar a comunidade de Porto Novo.

Importa sublinhar que na abordagem qualitativa, “O investigador é o ‘instrumento’ de recolha de dados” e que a validade e credibilidade dos dados recolhidos irá depender essencialmente “da sua sensibilidade, conhecimento e experiência” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 161). A respeito disso, os autores acrescentam que os dados recolhidos devem estar em concordância com o que os indivíduos fazem e dizem, garantindo assim a validade dos mesmos.

Deste modo, a investigação qualitativa é feita com base na descrição rigorosa dos dados recolhidos. A esse propósito, Carmo e Ferreira (2008) referem que os investigadores devem analisar os dados recolhidos “respeitando, tanto quanto possível, a forma segundo a qual foram registados ou transcritos” (p. 161).

Além disso, Silva (2013) sublinha que neste tipo de abordagem o recurso ao entrevistado é feito “enquanto actor da situação e detentor de saberes”. Ou seja, “A construção do saber é feita colectivamente, considerando as concepções dos actores sociais e os significados que atribuem à sua praxis. Por isso os pesquisados são considerados fontes de saber e parceiros no processo da construção da realidade” (p. 82).

Nas Ciências Sociais, a técnica do inquérito é usada para “designar processos de recolha sistematizada, no terreno, de dados susceptíveis de poder ser comparados” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 139). A respeito disso, Fortin (2009) refere que “o inquérito representa toda a actividade de investigação no decurso da qual são colhidos dados junto de uma população ou porções desta a fim de examinar as atitudes, opiniões, crenças ou comportamentos desta população” (p. 168).

Neste caso, o recurso a entrevistas semiestruturadas, teve como objetivo compreender a perceção dos entrevistados face ao contributo que o projeto da Associação SK tem para o desenvolvimento da comunidade de Porto Novo. A esse respeito, Carmo e Ferreira (2001) referem que num estudo de comunidade “é fundamental cruzar as informações de vários líderes locais, obtidas por entrevista, e todas elas com outro tipo de informação proveniente de outras fontes, a fim de testar a sua fiabilidade” (p. 145). Em vista disso, na presente investigação, a seleção dos entrevistados foi feita a 4 categorias de stakeholders: comunidade, jovens beneficiários, idosos dos Centros de Dia e parceiros (CMPN e ICCA) – podendo, desta forma, ir ao encontro do que os autores acima expõem, e, tendo como preceito o facto de serem “informadores chave” (Amado, 2014, p. 136).

A técnica e instrumento utilizados permitem interpretar as perceções manifestadas pelos entrevistados, a forma como estes percebem e sentem a intervenção da SK em Porto Novo, enquanto fenómeno de Desenvolvimento Comunitário. Por outras palavras, a investigação teve por base um método “voltado para a descoberta” (Resende, 2016, p. 51) do que a comunidade vivencia, tendo como objetivo “explicar/compreender o que lhe é específico e, de algum modo, determinado pelo contexto” (Amado, 2014, p. 143).

Assim, conforme sublinha Amado (2014) será fulcral dar voz aos “atores e tomar essa preocupação como uma referência orientadora da própria pesquisa” (p. 137). Deste modo, através de uma entrevista semiestruturada, com base num guião prévio, demos voz aos diversos atores de Porto Novo, “através de uma relação de conversação” na qual “o entrevistador e entrevistado produzem conhecimento” (Resende, 2016, p. 53).

Considerando o contexto da nossa investigação, será importante sublinhar que “as diferenças culturais entre entrevistador e entrevistado podem constituir [...] sérios obstáculos à comunicação (Carmo & Ferreira, 2008, p. 143). Para mais, “o investigador social não pode limitar-se a registar o que vê e apresentar isso como um conjunto de factos uma vez que estes são, afinal, significados culturais com os quais os participantes produzem e mantêm o seu mundo simbólico” (E. Silva, 2013, p. 90). A esse propósito, o autor acrescenta a necessidade de se “descodificar os significados e compreender o contexto cultural no qual são produzidos” (p. 90).

A transcrição das entrevistas foi *verbatim* (ou *ipsis litteris*), tendo sido feita uma transcrição integral do registo áudio, compreendendo os risos, pausas e hesitações dos intervenientes (Resende, 2016).

De forma a evitar “sérios obstáculos à comunicação” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 143) devido às diferenças culturais entre investigador e entrevistado, solicitou-se aos coordenadores locais do Projeto que aplicassem as entrevistas. Deste modo, procedeu-se à explicação do objetivo do estudo, bem como à questão de investigação. Para mais, os coordenadores tiveram acesso a um documento orientador (anexo 1) para auxiliar na compreensão do estudo. A acrescentar a isso, foi-lhes facultado um guião (anexo 2) para cada uma das categorias de entrevistados.

A maioria das entrevistas foi feita em *kriolo* de Santo Antão, de forma a facilitar a compreensão e comunicação dos intervenientes. Numa fase posterior, procedeu-se à transcrição e tradução das entrevistas e realizou-se a análise dos dados. A fase entre a transcrição/tradução e análise das entrevistas, foi feita pela investigadora, sendo que a descodificação dos significados e compreensão do contexto cultural no qual foram produzidos (E. Silva, 2013), foi facilitada pelo facto de esta ter residido durante um ano

(setembro 2018 a setembro 2019) em Porto Novo, enquanto coordenadora da Sementera Kriativ.

2.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para o tratamento das entrevistas, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, permitindo assim, de acordo com Amado (2014, p. 177), confrontar e comparar as diversas narrativas.

De acordo com Bardin (1977), entende-se por análise de conteúdo “Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (p. 42).

No presente estudo, para a análise de dados, realizou-se a transcrição integral das entrevistas e, posteriormente organizou-se a informação de forma a facilitar a análise e interpretação das mesmas – ou seja, “Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (“falantes”) e válidos” (Bardin, 1977, p. 101). Numa fase posterior, as respostas dos entrevistados foram dispostas por categorias e subcategorias, tendo por base os temas que mais frequentemente emergiram do discurso dos inquiridos. Deste modo, a análise de conteúdo facilitou a obtenção das conclusões da investigação.

2.6 QUESTÕES ÉTICAS

Patton (2002) refere-se às entrevistas como intervenções que afetam as pessoas. A esse propósito, acrescenta:

Because qualitative methods are highly personal and interpersonal, because naturalistic inquiry takes the researcher into the real world where people live and work, and because in-depth interviewing opens up what is inside people –

qualitative inquiry may be more intrusive and involve greater reactivity than surveys, tests, and other quantitative approaches (Patton, 2002, p. 407).

Face ao exposto, Amado (2014) sublinha a importância de as questões éticas estarem presentes durante o processo de execução de um estudo de caso. Para mais, refere o autor,

Na fase de produção do relatório, este deve espelhar todo o cuidado que o investigador colocou a este nível, surgindo como um documento que respeita o ponto de vista e a vontade dos participantes, o que pode levar, por exemplo, à necessidade de garantir o anonimato e respeitar a confidencialidade de certas informações, se tal for desejado (Amado, 2014, p. 141).

Assim, relativamente às questões éticas desta investigação, foram respeitadas as recomendações no que se refere à garantia de respeito dos direitos dos entrevistados, designadamente, o anonimato, a confidencialidade, a proteção dos dados e o consentimento informado. No que concerne o último ponto, solicitou-se o consentimento para a realização das entrevistas a cada pessoa, tendo sido apenas aplicadas a quem manifestou vontade expressa em participar no estudo.

III APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste ponto serão apresentados e discutidos os dados resultantes da aplicação das entrevistas semiestruturadas aos diversos stakeholders.

3.1 Análise das entrevistas à Comunidade

No presente ponto será apresentada a análise e discussão dos dados recolhidos através da aplicação de entrevistas semiestruturadas à Comunidade de Porto Novo. Assim, considerando os temas e categorias definidas, bem como as subcategorias emergentes do discurso de cada entrevistado, procedeu-se à criação de uma tabela de análise temática que facilitou a interpretação dos dados obtidos.

Tabela nº 1: Análise temática das entrevistas à comunidade		
Tema	Categoria	Subcategoria
Perceção da comunidade sobre o projeto	Importância atribuída ao projeto	Ocupação dos tempos livres dos beneficiários diretos
		Desenvolvimento da comunidade
	Mudanças verificadas	Dinamização de atividades
		Menos crianças na rua
	Sugestões de melhoria	Maior envolvimento da comunidade
		Dar resposta à pobreza
Consequências da intervenção dos voluntários internacionais	Considerações sobre a vinda dos voluntários	Partilha/criação de laços com a comunidade
		Oferta de atividades
	Período de permanência	Mostra descontentamento/sugere mais tempo
		Compreende o tempo que é definido
	Funcionamento do projeto com pessoas locais	A vinda de voluntários é positiva
		Equipa do projeto constituída por locais
Pertinência das atividades desenvolvidas	Contributo das atividades para a melhoria do dia-a-dia dos beneficiários do projeto	Proporciona alegria/bem-estar
		Atividades enriquecedoras
Tempo de permanência das crianças e jovens na rua	Relação entre as atividades desenvolvidas e o tempo que as crianças e jovens passam na rua	Tempo livre preenchido
		Novas aprendizagens
Interesses e competências das crianças e jovens	Novas aprendizagens	Aprendizagem/capacitação para o futuro
	O projeto enquanto ferramenta para o futuro das crianças e jovens	Novas aprendizagens
		Ocupação dos tempos livres
	Opinião sobre os coordenadores locais	Nível de satisfação

Participação da comunidade no desenvolvimento do projeto		Demonstram dedicação
	Nível de participação da comunidade	Dificuldade em chegar à comunidade
	Interesse em participar no projeto e sugestões de atividades	Combate ao isolamento da população sénior

Para a análise e apresentação dos resultados, vamos usar como critério os temas da tabela 1, transformando-os em títulos.

Perceção da comunidade sobre o projeto

No que diz respeito à perceção da comunidade sobre o projeto, os dados revelam três grandes categorias. A primeira categoria diz respeito à importância atribuída pela comunidade ao projeto, a segunda categoria refere-se às mudanças que o projeto ocasionou na comunidade e a terceira a sugestões de melhoria a incrementar no projeto.

Assim, no que se refere à **importância atribuída ao projeto**, a totalidade dos entrevistados admitiu que o projeto tem uma importância significativa para a comunidade uma vez que permite a ocupação dos tempos livres dos beneficiários diretos “[...] Será sempre uma mais-valia para as crianças, jovens e idosos, já que contribui para o seu desenvolvimento através de uma ocupação saudável dos seus tempos livres” (E12). Outro fator importante que emerge como subcategoria é o Desenvolvimento da Comunidade, em concordância com a entrevista anterior e evidenciado pelo entrevistado 2: “[o projeto] ajuda no desenvolvimento da comunidade [...]”. Deste modo, indo ao encontro de Amaro (2003), o Desenvolvimento pressupõe o “aumento das opções dos indivíduos e dos seus grupos, de forma a satisfazerem as suas necessidades básicas, a aumentarem a sua segurança pessoal e a atingirem um nível de vida digno, em várias dimensões” (p. 18). Assim, encaramos como fator crucial para o desenvolvimento dos beneficiários diretos do projeto, a ocupação dos seus tempos livres de forma saudável e enriquecedora, potenciando o bem-estar dos mesmos. Ainda a este respeito, sublinhamos “Human development – or the human development approach – is about expanding the richness of human life, rather than simply the richness of the economy in which human beings live” (UNDP, 2023).

Em termos de **mudanças verificadas**, constatamos que num universo de 12 entrevistados, apenas 1 considerou que o projeto não foi impulsionador de

transformações na comunidade. Os restantes apontam a dinamização de atividades como um dos motivos para que tal se verificasse: “[...] houve mudanças porque as crianças adquirem outros conhecimentos, fazem outras atividades” (E19). A respeito disso, salientamos “le développement élargit la gamme des choix qui s'offrent à eux. Il ne traite donc pas seulement du revenu et de la richesse, de la production de biens et de l'accumulation de capital ou de la croissance du PNB” (PNUD, 1990, p. 1). Mais uma vez, as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto são apontadas como sinónimo de aquisição de novos conhecimentos e, em resultado disso, expansão do leque de escolhas de cada um. Outro dos fatores apontados enquanto mudança é o facto de haver menos crianças na rua “[...] as crianças que estão na rua, agora têm atividades para preencher o tempo com pessoas com ideias novas [...]” (E2); “[...] as crianças já não ficam na rua, em vez disso vão para o centro praticar alguma atividade [...]” (E23). Observa-se uma relação direta entre a oferta de atividades e a redução do número de crianças na rua, mais uma vez, potenciando oportunidades e escolhas, numa abordagem que se concentra nas pessoas e no seu bem-estar, lembrando que “we should never lose sight of the ultimate purpose of the exercise of development: to treat men, women and children—present and future generations—as ends, to improve the human condition, to enlarge people's choices” (Paul Streeten, em Haq, 1995, p. 9). Assim, a realização pessoal e a felicidade são vistas como cruciais, pois, conforme sublinha Sen (2000), o alcance da felicidade advém do fortalecimento da liberdade e, conseqüentemente, do bem-estar e da melhoria das condições de vida.

Relativamente a **sugestões de melhoria** por parte da comunidade, concluiu-se, numa primeira fase, que a maioria (8) revelou vontade de melhorar/mudar algo no projeto, sugerindo, para tal, que se verificasse um maior envolvimento da comunidade “[...] envolver mais pessoas [...] mobilizar mais pessoas, não só crianças e estar mais perto dos pais” (E20). Atendendo a esta sugestão, estamos perante a identificação de uma lacuna do projeto, pois depreende-se que um dos princípios do DC não está a ser colocado em prática. Ao contrário do que seria esperado, apenas alguns membros da comunidade estão a ter uma posição no desenvolvimento da mesma, tomando consciência da transformação, “escolhendo-a, assumindo-a, realizando-a, que o mesmo é dizer que o desenvolvimento deve processar-se por iniciativa, com a participação e sob

a responsabilidade daqueles a quem vai beneficiar” (M. Silva, 1963b, p. 544). Neste caso, sugere-se que haja um maior envolvimento de outros grupos da comunidade e, frisa-se a importância de englobar os encarregados de educação neste processo de desenvolvimento.

Em termos de melhorias, outra das subcategorias emergentes do discurso dos entrevistados é a resposta à pobreza, “[...] deveria ser criado um protocolo com o governo de Cabo Verde para conseguir melhorar a vida das pessoas, algumas sem uma refeição quente por dia [...]” (E2). Apesar de estarmos despertos para esta necessidade, o nosso espectro de ação enquanto Desenvolvimento da Comunidade, não é assente numa base assistencialista. Entendemos, no entanto, que o empoderamento poderá ser uma resposta possível a esta problemática, sendo, na visão da Sementera Kriativ, a resposta desejada, lembrando que Cabo Verde é, ainda, um país dependente de ajudas externas e que o conceito de desenvolvimento, na qualidade de prática que visa o empoderamento, “está ligado ao processo de libertação das sociedades dependentes” (Freire, 1979, p. 13).

Relativamente aos 4 entrevistados que dizem não querer melhorar/mudar nada no projeto, tal resultado não significa falta de vontade, mas sim, considerar que o projeto está bem como está, conforme transmitem “[...] Não mudaria nada pois acho que ele está bem assim. [...]” (E1), ou ainda “[...] Deixaria como está, assim está bem, é um bom projeto” (E14).

Consequências da intervenção dos voluntários internacionais

No tocante às consequências da intervenção dos voluntários internacionais na comunidade, a análise dos dados revela três grandes categorias. A primeira categoria diz respeito às considerações da comunidade relativamente à vinda dos voluntários, a segunda ao período de permanência e a terceira à possibilidade de funcionamento do projeto apenas com pessoas locais.

Assim, relativamente às **considerações** da comunidade **sobre a vinda dos voluntários**, a totalidade dos entrevistados considerou que a vinda destes é positiva para Porto Novo, destacando a partilha/criação de laços com a comunidade como um dos fatores-chave “[...] Eles trazem novas experiências e ideias, partilham-nas com a comunidade e a

comunidade vai absorvendo o que eles vão deixando [...]” (E8) e [...] há um intercâmbio de culturas de países diferentes, portanto isso traz sempre algo importante e muito bom para a nossa cidade” (E23). A respeito disso, sublinhamos a partilha enquanto elemento condutor da ação dos voluntários, não fazendo parte dos princípios condutores da ação do projeto a imposição de “ideais europeus”. Ao invés disso, existe um intercâmbio de saberes e tradições, reforçando a ideia de Gómez et al. (2007) ao afirmar que “é imprescindível que cada cultura tenha a possibilidade de guiar e gerir o seu próprio destino (p. 88). Ademais, também a oferta de atividades é indicada como uma das consequências positivas da vinda dos voluntários na medida em que “[...] proporcionam uma vasta gama de atividades educativas e psicossociais em que as crianças, jovens e idosos podem participar” (E12). A este respeito, salientamos o cariz empoderador que estas atividades podem ter, relembrando “a necessidade de reconhecer a importância de capacitar a população para que possa decidir e participar de forma consciente e organizada nos planos de desenvolvimento da comunidade e no desenvolvimento da nação”, conforme refere Gómez et al. (2007, p. 107).

No tocante ao **período de permanência** que os voluntários ficam na ilha, as respostas dividiram-se, sendo que metade considera ser tempo suficiente, compreende o tempo que é definido e acredita que “Qualquer tempo que eles passem é bom” (E13), pois “[...] tendo em conta que é um serviço de voluntariado, acho que o tempo que eles passam é o tempo necessário e suficiente para eles darem o seu contributo” (E20). Os restantes entrevistados julgam ser tempo insuficiente e, por essa razão, mostra(m) descontentamento/sugere(m) mais tempo. A este respeito E12 diz “[...] acho que deveriam ficar mais tempo pois ficam sempre numa troca constante e os miúdos e os idosos ficam num constante apego e desapego”.

Por último, pretendíamos compreender se a comunidade considerava viável o **funcionamento do projeto** apenas **com pessoas locais**. A propósito disso, os dados revelam que a maioria (8) dos entrevistados não considera que tal fosse possível/vantajoso, apontando como aspeto essencial o facto de a vinda dos voluntários ser positiva e justificando que “[...] havendo a experiência/troca internacional é bom. Há pessoas locais a trabalhar com os voluntários e a fazer um trabalho muito bom [...]” (E8). No entanto, 4 dos entrevistados são da opinião de que o projeto poderia funcionar

apenas com pessoas locais, salientando, contudo, que “[...] poderia sim, mas com formação [...]” (E23). Tanto no primeiro caso, como no segundo, verifica-se uma consciência da importância que este intercâmbio de culturas e saberes pode ter. No entanto, no segundo caso, sublinhamos a convicção de que a capacitação da comunidade seria algo a considerar para que o projeto pudesse funcionar apenas com pessoas locais, salientando que um dos grandes passos do mesmo foi a capacitação de duas pessoas locais para que estas assumissem a coordenação no terreno, contrariamente ao que se tinha verificado nos dois primeiros anos do projeto. Ou seja, “dar poder, dotar de poder”, conforme frisam Musitu e Buelga (2004, p. 173), numa lógica de capacitar para o desenvolvimento – para a liberdade de ser a própria comunidade a gerir o projeto de acordo com as necessidades por si identificadas. Conforme sublinha Sen (2000), o alcance da felicidade advém do fortalecimento da liberdade e, conseqüentemente, do bem-estar e da melhoria das condições de vida.

Pertinência das atividades desenvolvidas

No que diz respeito à pertinência das atividades desenvolvidas, a análise revela como grande categoria o **contributo das atividades para a melhoria do dia-a-dia dos beneficiários diretos do projeto**. A este propósito, pode concluir-se que todos os entrevistados consideram que as atividades oferecidas pelo projeto são um contributo positivo para o dia-a-dia das crianças/jovens e idosos que o frequentam, algo que justificam pelo facto de proporcionar alegria/bem-estar - “[...] quando vamos ao centro de dia e vemos os voluntários com os idosos, ficamos muito orgulhosos e contentes. A mesma coisa, quando vamos ao espaço jovem [...] e vemos os voluntários a partilhar e a trazer sorrisos [...]” (E8). No discurso dos entrevistados está muito presente esta ideia de bem-estar, termo que, nas palavras de Gómez et al. (2007) “pretende designar o sentido e a finalidade de um bom desenvolvimento” (p. 34).

Para além disso, as atividades são vistas como enriquecedoras – pois como refere E12 “[...] proporcionam atividades de lazer às crianças, jovens e idosos em que podem participar voluntariamente [...]” e, a juntar a isso, “[...] os idosos ficam muito entretidos, contribuem para aumentar a autoestima deles...há uma tendência para não quererem fazer nada e assim fazem muita coisa” (E22). Deste modo, na linha de pensamento do

PNUD (2022), “O objetivo [...] é ajudar as pessoas a levarem vidas que valorizam, expandindo as suas capacidades” (p. 11).

Tempo de permanência das crianças e jovens na rua

No que diz respeito ao tempo de permanência das crianças e jovens na rua, os dados revelam como grande categoria a **relação entre as atividades desenvolvidas e o tempo que as crianças e jovens passam na rua**. Assim, numa primeira fase, pode concluir-se que apesar da maioria das pessoas (8) ter dito que conhece crianças e jovens que participam no projeto, esta apenas responde que já falou com as mesmas, mas não desenvolve o assunto nem partilha o feedback que lhe foi dado, “Quando converso com eles sobre o projeto, a reação deles e a forma como julgam é sempre positiva” (E8); “foi aí que percebi que eles estão satisfeitos e, às vezes, preferem estar com os monitores ou voluntários, porque se sentem confortáveis e sentem que têm alguém responsável por eles, quando não estão com os pais. Sentem-se acarinhados” (E20).

Para mais, os dados revelam o desconhecimento de crianças/jovens que frequentem o projeto por parte de dois entrevistados, havendo, para além disso, outros dois que não responderam. Esta ausência de contacto entre a comunidade e as crianças/jovens poderá justificar-se pelo facto de se verificar um interesse/acompanhamento reduzido por parte dos encarregados de educação, e população adulta na sua maioria, no que diz respeito à educação da comunidade infantojuvenil - algo que se reflete na forma como estas crianças e jovens passam os dias. A este fator junta-se o facto de o consumo de álcool ter implicações “a nível individual, familiar, social e económico, havendo uma cultura de consumo que expõe crianças e adolescentes” (INE, 2021a, p. 9) a um ambiente hostil e irresponsável, lembrando que a população cabo-verdiana gasta mais dinheiro em bebidas alcoólicas do que em educação (INE, 2021a).

Numa segunda fase, a grande maioria (11) dos entrevistados admitiu considerar que as atividades desenvolvidas pelo projeto fazem com que as crianças e jovens passem menos tempo na rua, havendo, no entanto, uma entrevista sem resposta, talvez por não ter compreendido a pergunta. Desta unanimidade resultaram duas subcategorias que fundamentam o facto de os beneficiários passarem menos tempo na rua: a primeira,

tempo livre preenchido - “[...] têm um leque de atividades no projeto em que as crianças e jovens participam, onde preenchem uma boa parte do tempo” (E12) e, acrescenta E13, “[...] assim ocupam o tempo e já não ficam na rua a fazer asneiras”; a segunda, que vem reforçar a ideia do projeto trazer novas aprendizagens - “Não só passar menos tempo na rua, como também ensinar-lhes novas coisas e também para eles serem mais dinâmicos [...]” (E20) – resultando, assim, numa metodologia educativa e formativa, visando a aprendizagem da população enquanto ativa na resolução de problemas da comunidade, conforme referido por Gómez et. al (2007).

Interesses e competências das crianças e jovens

Pretendia-se aqui perceber se os interesses e competências das crianças e jovens se expandiram e/ou se estes adquiriram novas competências. A respeito disso, os dados revelam duas grandes categorias. A primeira refere-se a novas aprendizagens, já a segunda diz respeito ao projeto enquanto ferramenta para o futuro das crianças e jovens.

Deste modo, no tocante a **novas aprendizagens**, a totalidade dos entrevistados admitiu que o projeto tem possibilitado que as crianças e jovens que participam nas atividades, adquiram novos conhecimentos, uma vez que é visto como aprendizagem/capacitação para o futuro “[...] Não só os ajudam no seu dia-a-dia na escola, mas também aprendem atividades culturais. Por exemplo, jogos, outros tipos de palestras, campanhas de limpeza e sensibilização ambiental” (E8); “[...] as atividades de pintura, de desenvolvimento comunitário, ação social...campanhas de limpeza...torna o nosso lugar mais sustentável e futuramente, talvez eles possam colocar em prática o que aprenderam” (E20). Perante o exposto, importa sublinhar que “As pessoas que, nos dias de hoje, se encontram adequadamente capacitadas parecem destinadas a avançar ainda mais amanhã” (UNDP, 2019, p. 19).

Relativamente ao **projeto enquanto ferramenta para o futuro das crianças e jovens**, os dados revelam que o conjunto de entrevistados vê o projeto dessa forma. Ademais, verifica-se que as novas aprendizagens emergem novamente enquanto subcategoria, “[...] quando trabalham com voluntários, aquelas crianças percebem que eles trabalham não para lucrar, mas sim para ajudar a comunidade e isso [...] tem um papel importante na sociedade. [...] é extremamente importante no futuro de uma criança: ter noção do

voluntariado” (E20), pois, segundo Carmo (2014), “Uma sociedade sem solidariedade constitui terreno fértil para a emergência de conflitos sociais, onde se gastam enormes quantidades de recursos para solucionar problemas evitáveis” (p.64). Para além das novas aprendizagens, também a ocupação dos tempos livres é apontada como uma das ferramentas para o futuro das crianças e jovens “[...] tendo algo para ocupar os tempos livres não fazem asneiras” (E1).

Participação da comunidade no desenvolvimento do projeto

Relativamente à participação da comunidade no desenvolvimento do projeto, foram reveladas três grandes categorias. A primeira categoria refere-se à opinião da comunidade relativamente ao facto de os coordenadores serem dois locais, a segunda pretendia compreender o nível de participação da comunidade e por fim, o terceiro visava verificar o interesse da comunidade em participar no projeto, bem como sugestões de atividades.

Deste modo, relativamente à **opinião sobre o facto de os coordenadores locais**, os entrevistados demonstram um nível de satisfação positivo, pois a maioria considera que “[...] estão a fazer um bom trabalho [...]” (E1), “[...] Têm feito um bom trabalho e temos visto o engajamento deles pela sociedade” (E8), lembrando que não fazemos para a comunidade, mas sim, com ela, conforme sublinha Bosquet (2004, p. 2).

A dedicação é apontada como outro dos pontos positivos dos coordenadores “[...] lidam bem com as crianças, dão-lhes muita atenção, cuidam bem deles” (E14) e “[...] Trabalham não só de forma a mostrar rendimento, trabalham com amor, realmente para dinamizar e desenvolver a nossa comunidade [...]” (E20). A dedicação e amor aqui identificados resultam de um sentimento de pertença, não só à comunidade, mas ao projeto e aos objetivos do mesmo. O facto de os coordenadores serem de Porto Novo, faz com que estes se apropriem da missão da Sementera, resultando num “envolvimento profundo [...] no processo do seu próprio Desenvolvimento” (Carmo, 2001, p. 6).

No que diz respeito ao **nível de participação da comunidade**, constatou-se que a maioria (10) dos entrevistados considera que a comunidade participa de forma ativa no desenvolvimento do projeto. Contudo, as respostas limitaram-se a “sim”, sem que tenham complementado a resposta. Os restantes entrevistados (2) dizem haver

dificuldade em chegar à comunidade “A comunidade é um bocadinho difícil, poderia haver um maior engajamento da comunidade nesse sentido. [...] A comunidade deve mudar a mentalidade e participar mais, pois é algo muito bom para todos” (E8) e “[...] trabalhar com a comunidade não é fácil, mas há que ter uma mensagem simples, porque às vezes nem todas as pessoas são escolarizadas [...]” (E22). A propósito da última citação, Carmo (2001) afirma que “um projecto só tem probabilidades de êxito se tiver como alvo de Desenvolvimento uma dada população na sua globalidade (e não apenas subgrupos dessa população)” (p. 6), sendo, por isso, necessário chegar a todos, adaptando a abordagem de acordo com o público-alvo.

Por último, no que diz respeito ao **interesse em participar no projeto e sugestões de atividades**, os dados obtidos revelam o interesse da totalidade dos entrevistados e a sugestão de atividades de combate ao isolamento da população sénior “[...] os idosos que estão sozinhos, fazer-lhes companhia e nas atividades do centro de dia, ficar mais tempo” (E1), “[...] Acho que deviam ir visitar os idosos em suas casas, porque às vezes ainda há muitos idosos com necessidade e sozinhos” (E7). Enquanto sugestões de atividades são também referidas campanhas de sensibilização “[...] Gostava de desenvolver uma atividade de luta contra o alcoolismo e drogas [...]” (E2), “[...] dar palestras sobre alcoolismo e doenças sexualmente transmissíveis [...]” (E8).

3.2 Análise das entrevistas aos utentes dos Centros de Dia

No presente ponto será apresentada a análise e discussão dos dados recolhidos através da aplicação de entrevistas semiestruturadas aos utentes dos Centros de Dia de Berlim e do Alto de S. Tomé. Deste modo, teve-se em conta os temas e categorias definidas, bem como as subcategorias resultantes de cada entrevista, culminando, assim, na criação de uma tabela de análise temática que auxiliou a leitura e análise dos dados obtidos.

Tabela nº 2: Análise temática das entrevistas aos utentes dos Centros de Dia		
Tema	Categoria	Subcategoria
Perceção dos beneficiários do projeto sobre o mesmo	Importância atribuída ao projeto	Bem-estar
		Benefício para a comunidade
	Mudanças verificadas	Melhoria do dia-a-dia
		Sugestão de outras atividades
Sugestões de melhoria	Satisfação com o projeto	

		Fazer mais passeios
		Atuar noutras áreas
Consequências da intervenção dos voluntários internacionais	Considerações sobre a vinda dos voluntários	Combate à solidão
		Sensação de bem-estar
	Período de permanência	Compreende o tempo que é definido
		Mostra descontentamento
Funcionamento do projeto com pessoas locais	A vinda de voluntários é positiva	
	Inclusão de todos	
Pertinência das atividades desenvolvidas	Contributo das atividades para a melhoria do dia-a-dia dos beneficiários do projeto	Proporciona alegria/bem-estar
		Melhoria na saúde
		Ocupação dos tempos livres
Participação da comunidade no desenvolvimento do projeto	Opinião sobre os coordenadores serem locais	Nível de satisfação
	Opinião dos utentes tida em conta nas atividades desenvolvidas	
	Interesse em participar no projeto e sugestões de atividades	Mais passeios
		Demonstra satisfação

Para a apresentação dos resultados, vamos usar os temas da tabela 2 como títulos.

Perceção dos beneficiários do projeto sobre o mesmo

Em relação à perceção dos utentes dos Centros de Dia, os dados revelam três grandes categorias. A primeira categoria diz respeito à importância atribuída ao projeto, a segunda refere-se às mudanças derivadas do projeto e a terceira a sugestões de melhoria ao projeto.

Assim, relativamente à **importância atribuída ao projeto**, a totalidade dos entrevistados reconhece o valor considerável que o projeto tem para os mesmos, uma vez que lhes proporciona bem-estar “[...] Eles cuidam de nós, dos idosos, fazem o que podem com amor” (E11), “[...] Acho que é um grande sucesso porque ficamos rodeados de companheiros, avivamos a memória, ficamos mais alegres [...]” (E21). Deste modo, podemos considerar que estamos perante um projeto que contém um conjunto de atividades que são percecionadas pelos utentes como potenciadoras de um envelhecimento ativo, “It allows people to realize their potential for physical, social, and mental well being throughout the life course and to participate in society according to their needs, desires and capacities, while providing them with adequate protection, security and care when they require assistance” (WHO, 2002, p. 12).

Outro dos aspetos em destaque no discurso dos idosos é o benefício que o projeto tem para a comunidade, pois, nas palavras dos próprios, “[...] É bom para os jovens e para os idosos, é um trabalho muito dinâmico” (E4), “[...] É positivo porque veio ajudar bastante e beneficiar Porto Novo” (E9).

No que diz respeito às **mudanças verificadas**, os dados obtidos revelam que todos os entrevistados consideram ter havido mudanças. À vista disso, a primeira subcategoria emergente é a melhoria do dia-a-dia, “Vêm visitar-nos, fazem atividades connosco e fazem-nos bem” (E11), “[...] Sentimo-nos felizes, vêm desenfadar-nos” (E17). Esta ideia de “desenfadar” surge devido ao facto de na fase anterior à criação da SK, os utentes não terem quaisquer atividades enquanto permaneciam no Centro de Dia. Assim, a criação e manutenção de contextos favoráveis e facilitadores de um envelhecimento ativo, será fulcral para a promoção do bem-estar desta população em fase de adultez avançada, de forma que se mantenha saudável e satisfeita com a vida. A esse propósito, salientamos que os idosos que continuam a aprender são mais ativos e, por isso, mais saudáveis (EAEA, 2019). Ainda, no que diz respeito às mudanças efetuadas no âmbito do projeto, um dos entrevistados admite ter havido mudanças, “mas precisa mais ainda” (E4), sublinhando a sua vontade em fazer passeios, algo comum aos restantes utentes.

Por último, precisamente relativamente à categoria **sugestões de melhoria**, verificamos que a maioria (7) dos entrevistados não considera ser necessário melhorar/mudar nada. Assim, através do discurso dos utentes, é possível verificar a satisfação dos mesmos com o projeto: “[...] Não mudava nada, está muito bem” (E3), “Acho que está bem como está” (E11). Da entrevista dos restantes idosos (3) e da sua vontade de melhorar/mudar algo no projeto, emergem duas subcategorias: a primeira, fazer mais passeios, algo que já fora mencionado no decurso do tema anterior - “Se pudesse mudar seria para fazer mais passeios. [...] Era muito bom para conhecermos lugares que não conhecemos” (E4); a segunda, atuar noutras áreas, pois “[...] Às vezes vemos pessoas a passar dificuldades, se tivessem possibilidade, poderiam ajudar também nesses assuntos” (E21). No entanto, conforme referido no decorrer da análise às entrevistas realizadas à comunidade, o Projeto não assenta em ações de natureza assistencialista.

Consequências da intervenção dos voluntários internacionais

No que se refere às consequências da intervenção dos voluntários internacionais, revelam-se três grandes categorias: considerações sobre a vinda dos voluntários, período de permanência dos mesmos e, por último, funcionamento do projeto apenas com pessoas locais.

Desta forma, relativamente às **considerações feitas sobre a vinda dos voluntários**, a totalidade dos entrevistados considera que a vinda dos mesmos é positiva, salientando que o facto de eles virem fazer voluntariado para o Projeto os ajuda a combater a solidão “É positiva porque nos vêm visitar cheios de amor [...]” (E3), “É positiva porque eles vêm ver-nos” (E5), ou ainda, “Eles vêm distrair-nos com conversa” (E17), uma nova alusão ao “desenfadar” anteriormente mencionado. Para além de se sentirem menos solitários, os idosos sentem-se “cheios de amor”, enquanto sentem que alguém os quer ver e conversar com eles. No fundo, que estes voluntários se interessam e gostam deles, contrariando a ideia de que o envelhecimento está associado ao conceito de inutilidade, visto como algo que parou de se desenvolver. A refutar essa ideia temos Papalia e Martorell (2022) ao afirmarem que o desenvolvimento humano é um processo contínuo, que dura a vida toda, conhecido como “desenvolvimento do ciclo de vida”.

Aliada ao combate à solidão está a sensação de bem-estar, “[...] ficamos bem e com amor. É um desenvolvimento formidável” (E11), mais uma vez aqui presente a referência ao carinho que lhes é transmitido pelos voluntários. Para além disso, “[...] eles brincam connosco, mulheres e homens, somos todos iguais” (E15) – de notar aqui a importância dada ao facto de serem tratados sem distinção.

No entanto, relativamente ao **período de permanência** dos voluntários, as opiniões dividem-se. Por um lado, os idosos compreendem (que) o tempo definido “[...] é conforme os dias de férias que podem ter, e também, não podem vir para ficar para sempre porque aqui não há trabalho para eles” (E4), “[...] quando eles vêm pouco tempo, é porque eles têm de voltar ao trabalho deles... a nossa terra não tem trabalho para nós, quanto mais para eles” (E18). Como podemos ver, tanto num discurso como no outro, o facto de não haver emprego é apontado como condição para, mesmo que os voluntários quisessem permanecer por mais tempo, tal não fosse viável, não responsabilizando os voluntários por esta precaridade, mas a falta de trabalho. Segundo dados do INE (2020), o concelho de Porto Novo apresenta a maior taxa de desemprego

a nível nacional, tendo, em 2020, atingido o valor de 22.3%. Por outro lado, há idosos que mostram descontentamento, pois referem que criam laços de amizade com os voluntários e mais tarde sentem a falta deles “Nós ficamos mal-acostumados, ficamos amigos deles, quando termina o tempo deles ficamos cheios de saudades” (E15).

A respeito deste tema, verificou-se que dois dos entrevistados disseram não ter opinião relativamente ao tempo de permanência dos voluntários. Assim, deduzimos que tal tenha acontecido pela falta de compreensão dos mesmos ou, ainda, por lhes ser indiferente o tempo que os voluntários ficam na ilha - talvez por saberem que a seguir àqueles, vêm sempre outros.

No respeitante ao **funcionamento do projeto apenas com pessoas locais**, a totalidade dos entrevistados considera que tal não seria possível/desejável. Daqui emergem duas subcategorias, a primeira acredita que a vinda dos voluntários é positiva “porque os portugueses ajudam bastante sempre que vêm com a sua boa vontade” (E9), “[...] Devem continuar a vir portugueses, nós recebemo-los de braços abertos” (E21). A par desta subcategoria, surge uma segunda onde se defende a inclusão de todos “Não, por todos. Porque todos têm direito” (E11), “Ele [o projeto] é bom com todos, não só para um, para todos!” (E18). Deste modo, podemos depreender que em qualquer um dos cenários idealizados pelos utentes do Centro de Dia, este compreende a ação dos voluntários internacionais. No entanto, esta compreensão e vontade de “inclusão de todos” poderia estar condicionada pelo passado colonial do país, bem como pelas memórias de alguns dos idosos que foram de facto escravizados e que partilham as suas histórias e mágoas com os voluntários. Deste modo, contrariamente à ideia defendida por Ferreira e Raposo (2017, p. 116), a ação da Sementera Kriativ não tem como base uma “missão «civilizadora» ou «modernizadora»”, sustentada por “argumentos filantrópicos”, dos quais, faz uso numa tentativa de justificação/absolvição do colonialismo disfarçado de alavanca para o desenvolvimento. Assim, fazendo uso das palavras de Gómez et al. (2007) a SK acredita que “é imprescindível que cada cultura tenha a possibilidade de guiar e gerir o seu próprio destino” (p. 88).

Pertinência das atividades desenvolvidas

No tema relativo à pertinência das atividades desenvolvidas, surge a grande categoria **contributo das atividades para a melhoria do dia-a-dia dos beneficiários do projeto**, de acordo com a qual se verifica que a totalidade dos idosos admite ter melhorias no dia-a-dia. Assim, ao considerarem que as atividades do projeto contribuem para melhorar o seu quotidiano, emerge do discurso dos mesmos a subcategoria proporciona alegria/bem-estar “[...] ficamos com a cabeça mais leve” (E4), “[...] essas atividades que eles fazem é uma alegria para nós” (E15), “Faz aquele dia ser mais feliz, mais amor... eles têm amor por nós também” (E18). Mais uma vez, há uma nítida relação entre o tempo que passam a fazer atividades do projeto e o amor e alegria que sentem. Para além disso, dizem ficar “com a cabeça mais leve”, o que nos leva a acreditar que o projeto tem realmente um efeito positivo na saúde desta população, indo ao encontro da próxima subcategoria melhoria na saúde, onde os entrevistados relatam ter tido melhorias significativas no decurso da participação das atividades da Associação “Tenho melhorado muito desde que comecei a frequentar este projeto [...]” (E3). Deste modo, podemos depreender que a ação da SK está a contribuir para o envelhecimento ativo dos utentes dos Centros de Dia, pois, através das atividades desenvolvidas, permite que estes alcancem o bem-estar físico, social e mental (WHO, 2002).

Participação dos beneficiários no desenvolvimento do projeto

No presente tema pretendia-se verificar se a comunidade tinha uma participação ativa no desenvolvimento do projeto. A respeito disso, os dados revelam três grandes categorias. A primeira refere-se à opinião dos beneficiários sobre o facto de os coordenadores no terreno serem locais, a segunda pretende perceber se a opinião dos utentes é tida em conta nas atividades desenvolvidas e por último, a terceira visa compreender se existe interesse em participar e sugerir atividades para o projeto.

Deste modo, no tocante à **opinião sobre os coordenadores no terreno serem locais**, sobressai uma única subcategoria relativa ao nível de satisfação dos idosos face ao exposto, revelando estarem de facto agradados e satisfeitos com o trabalho dos coordenadores “Gosto muito deles e fico contente [...] dão-nos alegria e são cheios de boa vontade” (E3), ademais, um dos entrevistados (E11) salienta que se sente bem com eles, “porque vocês é que começaram”, revelando um certo sentimento de familiaridade perante os dois coordenadores do projeto. Para além disso, enquanto

Portonovenses, os coordenadores têm uma consciência e compreensão distintas de alguém de fora, facilitando assim a própria comunicação e adesão dos idosos ao projeto. Ou seja, como pertencem à mesma comunidade, a convivência é feita com base numa constante troca de “significados específicos do seu território, da sua língua e cultura e das suas vivências individuais e comuns” (Gómez et al., 2007, p. 135), que traz com ela esta familiaridade de que se falava acima.

Conforme vimos anteriormente, a segunda categoria do presente tema pretendia compreender se a **opinião dos utentes é tida em contas nas atividades desenvolvidas**. Com base nos resultados obtidos, verificamos que a maioria (6) dos entrevistados considera que a sua opinião é tida em conta. Os restantes (4) não consideram que a sua opinião não é tida em conta, no entanto, as respostas revelam que não compreendem a questão que lhes é colocada. Nenhum dos entrevistados complementou a sua resposta, não se verificando, por isso, nenhuma subcategoria emergente do discurso dos mesmos.

Por fim, no referente ao **interesse em participar no projeto e sugerir atividades**, a totalidade dos entrevistados admite ter vontade de participar no planeamento das atividades alusivas ao projeto. Deste modo, é feita a sugestão de mais passeios “[...] ir para Ribeira das Patas e fazer um encontro com conversas” (E4) “Por exemplo, fazer passeios [...]” (E5). Verificamos novamente que existe uma grande vontade de sair do Centro de Dia e ir passear, estar e conversar com outras pessoas. Para além destas sugestões, os demais demonstram satisfação face às atividades realizadas “Gosto das que têm desenvolvido. Do que vocês fazem, tudo é positivo” (E3), “[...] Gosto dos dias como estão” (E11).

3.3 Análise das entrevistas aos jovens

No ponto presente iremos apresentar a análise e discussão dos dados recolhidos através da aplicação de entrevistas aos jovens participantes do projeto, com base nos objetivos previamente definidos. Em cada uma das categorias foram encontradas subcategorias – que tiveram por base os assuntos que mais frequentemente emergiram do discurso dos entrevistados, facilitando assim a interpretação das mesmas. Através da decomposição

dos dados obtidos foi construída uma tabela de análise temática, a qual é apresentada de seguida.

Tabela nº 3: Análise temática das entrevistas aos jovens		
Tema	Categoria	Subcategoria
Perceção dos beneficiários do projeto sobre o mesmo	Importância atribuída ao projeto	Desenvolvimento da comunidade
		Ocupação dos tempos livres
	Mudanças verificadas	Novas aprendizagens
		Consciência ambiental
Sugestões de melhoria	Englobar mais crianças/jovens	
Consequências da intervenção dos voluntários internacionais	Considerações sobre a vinda dos voluntários	Novas aprendizagens/desenvolvimento da comunidade
		Partilha/troca de experiências
		Ajuda
	Período de permanência	Mostra descontentamento/sugere mais tempo
		Compreende o tempo que é definido
Funcionamento do projeto com pessoas locais	A vinda de voluntários é positiva/juntos é melhor	
		Alargar a outros concelhos
Pertinência das atividades desenvolvidas	Contributo das atividades para a melhoria do dia-a-dia	Novas aprendizagens
		Bem-estar/diversão
Tempo de permanência das crianças e jovens na rua	Motivo por que frequenta o projeto	Novos conhecimentos/diversão
	Razão para não haver mais jovens no projeto	Desconhecimento do projeto
		Falta de interesse/outras preferências
	Relação entre o projeto e o tempo que as crianças e jovens passam na rua	
Interesses e competências das crianças e jovens	Novas aprendizagens	Artes plásticas
		Respeito
	O projeto enquanto ferramenta para o futuro das crianças e jovens	Novas aprendizagens como forma de sustento
Participação da comunidade no desenvolvimento do projeto	Opinião sobre os coordenadores serem locais	Nível de satisfação
		Sugestões
	Nível de participação da comunidade	
	Conceção e realização das atividades por membros da comunidade	Aumentar a adesão ao projeto
Melhorar a qualidade do projeto		

Para a apresentação dos resultados obtidos, iremos usar como critério os temas definidos na tabela 3 e transformá-los em títulos.

Perceção dos beneficiários do projeto sobre o mesmo

No que diz respeito à perceção dos jovens que frequentam as atividades da SK, os dados revelam três grandes categorias. A primeira categoria diz respeito à importância

atribuída ao projeto, a segunda refere-se às mudanças derivadas do projeto e a terceira a sugestões de melhoria.

Assim, relativamente à **importância atribuída ao projeto**, a totalidade dos entrevistados reconhece o valor que o projeto tem para Porto Novo, uma vez que propicia o Desenvolvimento da comunidade “[...] tem ajudado jovens, crianças e a comunidade em geral” (E24) “[...] tem ajudado muitas pessoas a desenvolver o seu comportamento, não é só para ensinar, é para [a] cidadania” (E25). Entendemos esta menção ao desenvolvimento do comportamento e à cidadania, enquanto ferramentas disponibilizadas para que os jovens possam participar de forma efetiva na vida da comunidade, sem que se verifique o comprometimento da liberdade individual e coletiva dos mesmos. Neste sentido, com base em Rahnema (2010) “to participate means to live and to relate differently. It implies, above all, the recovery of one’s inner freedom – that is, to learn to listen and to share, free from any fear or predefined conclusion, belief or judgement” (p. 140).

Outra das subcategorias emergentes do discurso dos jovens é a ocupação dos tempos livres, pois “[...] ocupa o tempo das crianças que poderiam estar a fazer coisas desnecessárias. [...]” (E31). Mais uma vez, a ocupação dos tempos livres das crianças e jovens é vista como algo benéfico, não só pelas atividades que desenvolvem durante esse tempo, mas também pelo simples facto de não estarem na rua “a fazer coisas desnecessárias”. A esse propósito, Papalia e Martorell (2022) destacam a importância que competências como a atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade têm no desenvolvimento cognitivo e, por isso, no Desenvolvimento Humano. Além disso, o facto de os jovens participarem nas atividades da SK, irá potenciar igualmente o desenvolvimento psicossocial, abrangendo as emoções, a personalidade e as relações sociais, conforme referido pelos autores.

No que concerne a **mudanças verificadas**, os resultados obtidos permitem concluir que a grande maioria (7 em 8) dos entrevistados considera que o projeto contribuiu para que estas mudanças se efetuassem, pois, segundo os próprios, verificaram-se novas aprendizagens “[...] houve [mudanças] em várias pessoas” (E29), “[...] houve mais motivação nas crianças, mais empenho na escola” (E31). Simultaneamente, os jovens

dizem ter havido mudanças com relação a uma maior consciência ambiental, “[...] através da sensibilização de alguns temas e campanhas de limpeza” (E27). Infelizmente, devido às especificidades de Santo Antão, bem como das restantes ilhas do arquipélago, a gestão de resíduos sólidos é, ainda, bastante deficitária. Atualmente, o sistema consiste na recolha indiferenciada e posterior depósito na lixeira municipal, onde são queimados a céu aberto. É muito comum depositar e queimar o lixo doméstico nas antigas “ribeiras” (agora secas), criando situações preocupantes de saúde pública. Assim, esta consciência ambiental, tem sido uma das grandes preocupações do projeto, tentando, aos poucos, que os mais novos invistam na sustentabilidade ambiental da comunidade a que pertencem. O Desenvolvimento Humano “também pugna pelo cuidado pelo meio ambiente” (Gómez et al., 2007, p. 59), algo que em Porto Novo está ainda pouco enraizado, apesar de haver diversos problemas a ter em conta, como é o caso das lixeiras a céu aberto, “constituindo um risco importante para a saúde humana, devido aos contaminantes que podem escapar para o ar, água ou solo” (PEDS, 2017, p. 49).

Em termos de **sugestões de melhoria**, verificamos um maior número (5) de jovens que diz não querer melhorar/mudar nada no projeto. Os restantes (3), consideram importante englobar mais crianças/jovens e propõem, para tal, “Fazer mais atividades que chamem mais a atenção de todas as crianças de Porto Novo” (E31). É, de facto, algo com que a Associação se tem debatido – a inclusão de mais crianças, mas especialmente, jovens, sendo que o processo de desenvolvimento não é eficaz se não houver a participação de todos (Carmo, 2014).

Consequências da intervenção dos voluntários internacionais

Relativamente às consequências da intervenção dos voluntários internacionais, destacam-se três grandes categorias: considerações sobre a vinda dos voluntários, período de permanência dos mesmos e funcionamento do projeto apenas com pessoas locais.

Assim, no tema das **considerações sobre a vinda dos voluntários**, a totalidade dos entrevistados acredita no efeito positivo que esta tem na comunidade. Deste modo, emerge a subcategoria novas aprendizagens/desenvolvimento da comunidade - “[...]”

Ajudam-nos bastante, aprendemos muita coisa” (E24), “[...] porque as crianças mais novas ganham mais experiências e os adultos de Porto Novo também” (E31). Ademais, consideram que a partilha/troca de experiências possibilitada através da vinda dos voluntários é profícua para a comunidade - “[...] eles vêm para a sua missão, para conhecer algumas coisas daqui, ver a nossa tradição e ajudar algumas pessoas” (E25), “Porque conhecem uma nova forma de vida [...]” (E29). Com base nesta “partilha”, importa lembrar a importância de assumirmos o nosso próprio etnocentrismo para que este nos permita aceitar que o que o outro faz é tão normal como qualquer outra coisa que para nós é encarada como habitual (Musitu & Buelga, 2004, p. 169). Por último, os jovens fazem alusão à ajuda prestada pelos voluntários “[...] eles ajudam várias pessoas” (E28), “[...] porque eles são muito simpáticos e ajudam as pessoas” (E30).

No que diz respeito ao **período de permanência** dos voluntários, podemos concluir que a grande maioria (7) dos jovens considera ser tempo insuficiente, emergindo daqui a subcategoria mostra descontentamento/sugere mais tempo - “É pouco, gostava que viessem por mais tempo” (E24), “Acho que é muito pouco! Gostava que eles ficassem mais tempo” (E25). O descontentamento é notório, bem como o desejo de permanecerem mais tempo, algo que, na nossa perspectiva, advém do sentimento de conforto e bem-estar que os voluntários proporcionam – algo a que a maioria não estava habituada e que, nas palavras de Gómez et al. (2007) “pretende designar o sentido e a finalidade de um bom desenvolvimento”(p. 34).

O único entrevistado que considera o tempo de permanência dos voluntários suficiente, compreende o tempo que é definido “[...] Às vezes há uns que vêm pouco tempo, mas é normal” (E29). Talvez esta compreensão advenha da maturidade do jovem que, por ter conhecimento do contexto de vida da maioria dos voluntários, entenda que nem todos têm tempo e viabilidade financeira que lhes permita prolongar o seu programa de voluntariado.

Quanto à possibilidade de **funcionamento do projeto apenas com pessoas locais**, a maioria (6) dos jovens não concorda com tal possibilidade, pois considera que a vinda dos voluntários é positiva “[...] acho que com pessoas de fora as crianças têm mais motivação” (E31). Ademais, os entrevistados afirmam que juntos é melhor “[...] nós

todos juntos fazemos um bom trabalho” (E30). Relativamente aos que acreditam na possibilidade de o projeto funcionar apenas com pessoas locais, destaca-se a vontade de alargar o projeto a outros concelhos da ilha com a participação de mais pessoas “De Porto Novo e outros concelhos, também” (E28), “[...] este projeto já devia estar espalhado por Santo Antão inteiro, toda a gente devia conhecer para o fazer andar mais” (E29). Perante este discurso podemos observar o reconhecimento do valor que o trabalho desenvolvido pela Sementera tem nestes jovens, verificando-se o desejo de chegar mais longe e envolver mais pessoas neste processo de desenvolvimento. Para que tal se materialize, será de sublinhar uma transformação vinda por parte da comunidade “tomando consciência dela, escolhendo-a, assumindo-a, realizando-a, que o mesmo é dizer que o desenvolvimento deve processar-se por iniciativa, com a participação e sob a responsabilidade daqueles a quem vai beneficiar” (M. Silva, 1963b, p. 544).

Pertinência das atividades desenvolvidas

No que diz respeito à pertinência das atividades desenvolvidas, a análise revela como grande categoria o **contributo das atividades para a melhoria do dia-a-dia dos beneficiários diretos do projeto**. A este propósito, pode concluir-se que a totalidade dos jovens admite ter que o seu dia-a-dia melhorou graças às atividades que fez no âmbito do projeto. Assim, como subcategorias emergentes do discurso dos entrevistados, temos novas aprendizagens e bem-estar/diversão. Relativamente à primeira, salienta-se o desenvolvimento de competências artísticas - “Tem-me ajudado bastante a aprender a pintar, a fazer quadros...muitas coisas” (E24), bem como o desenvolvimento de competências relacionais - “Ajudam-me a ser mais compreensivo, aprendi várias coisas de artes” (E26). Quanto à segunda, com relação ao bem-estar/diversão - “o tempo que passo aqui, divertimo-nos [...] e aprendemos” (E25), sugere isso mesmo, uma aprendizagem com base na diversão, um momento do dia em que se sentem bem, se divertem e ao mesmo tempo, ainda aprendem.

Face ao exposto, interessa recordar que “38% das famílias do Município do Porto Novo são monoparentais, e mais de metade delas (67%) são chefiadas por mulheres” (PEMDS, 2017, p. 19), ficando mais facilmente sujeitas a situações de pobreza e fragilidade.

Conseqüentemente, as crianças e jovens acabam por não ter acesso a um conjunto de direitos e necessidades básicas, como é o caso da alimentação, educação, habitação e, em alguns casos, o abandono (PEMDS, 2017). Desta forma, apesar de existirem diferenças individuais na forma como cada pessoa reage com ocorrências e “questões características de cada período, os cientistas do desenvolvimento sugerem que certas necessidades básicas precisam ser satisfeitas e certas tarefas precisam ser dominadas para que ocorra um desenvolvimento normal” (Papalia & Martorell, 2022, p. 36). Nesse sentido, a missão da SK vai ao encontro do alcance de um “desenvolvimento normal”, tentando perceber as necessidades da comunidade e encontrando respostas criativas na união de recursos externos com os recursos da própria comunidade.

Tempo de permanência das crianças e jovens na rua

Em relação ao tempo de permanência das crianças e jovens na rua, os dados revelam três grandes categorias: motivo por que frequenta o projeto, razão para não haver mais jovens no projeto e, por último, relação entre o projeto e o tempo que as crianças e jovens passam na rua.

Assim, numa primeira fase, pode concluir-se que o **motivo pelo qual os jovens frequentam o projeto** está relacionado com a aquisição de novos conhecimentos, estando implícita a ideia de capacitar, de dar poder para fazer diferente – ao mesmo tempo que se confere uma maior liberdade de escolhas e de atuação, sublinhando que, conforme refere Bauman (2003), “O poder consiste na tomada de decisões e pertence aos que as tomam” (p. 40). Ademais, os jovens fazem referência à possibilidade de diversão – “Para ter alguns conhecimentos do que vêm fazer e para me divertir também” (E25), “Para me divertir, conhecer coisas novas” (E28), “Porque nos divertimos, aprendemos várias coisas e quando os voluntários vêm ensinam-nos muitas coisas” (E30).

No tocante à **razão para não haver mais jovens no projeto**, a maioria dos entrevistados (5) apontam como duas das possíveis causas o desconhecimento do projeto - “Talvez eles não conheçam a Sementera, nem saibam onde é” (E30), e a falta de interesse/outras preferências - “Porque eles não gostam destas coisas” (E27). Os

restantes entrevistados (3) dizem não saber o motivo pelo qual não há mais jovens a frequentar as atividades do projeto, algo que, a nossa ver, está de facto relacionado com o desconhecimento, mas acima de tudo com a falta de interesse, pois, com o tempo, a grande maioria dos beneficiários tinha idades compreendidas entre os 4 e os 12 anos – criando um efeito de distanciamento entre os mais velhos.

Quanto à **relação entre o projeto e o tempo que as crianças e jovens passam na rua**, a grande maioria (7) dos jovens admite que o facto de ir às atividades desenvolvidas pelo projeto, fez com que passasse menos tempo na rua. Não se verificou nenhuma subcategoria resultante do discurso dos entrevistados, pois nenhum complementou a sua resposta.

Interesses e competências das crianças e jovens

No que concerne ao tema dos interesses e competências das crianças e jovens, evidenciam-se duas categorias: a primeira, referente a novas aprendizagens, e a segunda, considerando o projeto enquanto ferramenta para o futuro das crianças e jovens.

Deste modo, no tocante à categoria das **novas aprendizagens**, os resultados obtidos indicam que a totalidade dos entrevistados admite ter desenvolvido novas aprendizagens no âmbito do projeto, salientado novamente as artes plásticas “[...] Fazer pulseiras, fazer quadros...e pintar com spray” (E24), “[...] aprendi a fazer arte, pintar” (E26). Para além disso, os jovens identificam também o respeito, não só pelos outros, como pela natureza - “Ajudar os outros, não deitar lixo no chão, etc.” (E258), “[...] aprender a usar uma coisa e voltar a colocá-la no lugar, respeitar as pessoas...tenho aprendido muito” (E29), no fundo, são aqui reconhecidas algumas aprendizagens que se refletem e aplicam no dia-a-dia dos entrevistados. A respeito disso, sublinhamos a ideia transmitida pelo Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019, ao afirmar que “O rendimento e a instrução dos pais têm efeitos profundos sobre a saúde dos filhos, o que, por sua vez, afeta o nível de instrução destes últimos” (UNDP, 2019, p. 80). Ora, no caso de Porto Novo, esta é de facto uma condição real: “cerca de 51,1% da população é considerada pobre, vivendo com menos de 43.250\$00 [...] por ano” (PEMDS, 2017, p. 12), o equivalente a cerca de 392€; a acrescentar a isso, a taxa de alfabetização é de

69.4% nas mulheres e de 83.7% nos homens (INE, 2018). Deste modo, a intervenção da SK pretende contrariar as adversidades provenientes do seio familiar, possibilitando o desenvolvimento de novas competências, num percurso “de emancipação, de libertação e autonomização dos indivíduos, em termos pessoais e coletivos, relativamente a estruturas, conjunturas e práticas sociais, culturais, económicas e políticas” (Pinto, 2011, p. 46).

Relativamente ao **projeto enquanto ferramenta para o futuro das crianças e jovens**, concluímos que todos os entrevistados consideram que o projeto é uma ferramenta para o futuro dos mesmos. Assim, enquanto subcategoria emergente, destacam-se as novas aprendizagens como forma de sustento, pois “[...] Quando uma criança aprende uma arte, mesmo que não dê certo na escola, futuramente pode fazer uma obra de arte e isso irá ajudar a ganhar o dia” (E26). Denota-se aqui uma preocupação com o futuro, certamente presente pela problemática de desemprego característica da ilha, com expressão maior em Porto Novo, conforme revela o INE (2020), mas também pela falta de oportunidades e, por isso, de liberdade – algo que, nas palavras de Amartya Sen (2000, p. 33), “melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento”.

Participação da comunidade no desenvolvimento do projeto

No que diz respeito à participação da comunidade no desenvolvimento do projeto, os dados revelam três grandes categorias. A primeira categoria diz respeito à opinião sobre o facto de os coordenadores serem locais, a segunda categoria refere-se ao nível de participação da comunidade e a terceira à conceção e realização das atividades por membros da comunidade.

Assim, no que concerne a **opinião sobre os coordenadores serem locais**, emergem as seguintes subcategorias: primeiramente, o nível de satisfação demonstrado pelos jovens face ao trabalho executado pelos coordenadores locais, revelando, ao longo do discurso dos entrevistados, haver um elevado nível de satisfação - “Desempenham um bom trabalho, eles ajudam-nos bastante a perceber as coisas” (E28), “Acho que eles trabalham bem, não fazem nada de errado, motivam as pessoas também e ajudam como puderem” (E31); de seguida, são feitas sugestões, entre elas, o reforço da equipa

local de forma a alargar o espectro de ação “Eu acho que deviam colocar mais dois, para chegarem a mais sítios” (E27).

Relativamente ao **nível de participação da comunidade**, os dados obtidos revelam que a maioria dos entrevistados (5) considera que a comunidade participa de forma ativa no projeto. Porém, os restantes entrevistados (3) mostram-se divididos face à questão, pois referem que “[...] Ainda não há muitas pessoas a participar” (E29). A esse propósito,

No tocante à **conceção e realização das atividades por membros da comunidade**, podemos constatar que a totalidade dos jovens entrevistados admite que o planeamento e execução das atividades do projeto poderia ser feito por membros da comunidade, para além dos coordenadores e voluntários. Face ao exposto, os jovens indicam que tal participação iria aumentar a adesão ao projeto “[...] Porque quando há outras pessoas na organização, vai motivar outras pessoas a participar: família, amigos...” (E26), “[...] Porque se houver mais pessoas a conhecer, haverá mais pessoas a participar” (E29). De facto, quanto maior o envolvimento da comunidade, maior será também o sentimento de pertença, a identificação e reconhecimento do projeto, pois, conforme frisa Paulo Freire (1981): “Para os seres humanos, como seres da praxis, transformar o mundo, processo em que se transformam também, significa impregná-lo de sua presença criadora, deixando nele as marcas de seu trabalho” (p. 55). Ora, para que o processo de desenvolvimento da comunidade de Porto Novo se revele benéfico e eficaz, tal só será possível se contarmos com a “presença criadora” de todos. A segunda subcategoria emergente do discurso dos entrevistados vem precisamente ao encontro desta ideia de Freire, pois os jovens acreditam que com a participação da comunidade na conceção e realização das atividades, a qualidade do projeto iria melhorar “[...] porque a comunidade poderia ter ideias diferentes e assim faríamos um trabalho de qualidade” (E30).

3.4 Análise da entrevista à coordenadora do ICCA

No presente ponto, com base nos objetivos previamente definidos, faremos a apresentação da análise e discussão dos dados recolhidos através da aplicação de uma entrevista à Coordenadora do ICCA. Vamos utilizar a mesma estratégia que usamos para análise das respostas aos questionários, para cada uma das categorias foram

encontradas subcategorias – que tiveram por base os assuntos que mais frequentemente emergiram do discurso da entrevistada, facilitando assim a interpretação das mesmas. Numa segunda fase, contrui-se uma tabela de análise temática através da decomposição dos dados obtidos, que designamos de tabela 4.

Tabela nº 4: Análise temática da entrevista à Coordenadora do ICCA		
Tema	Categoria	Subcategoria
Perceção dos parceiros do projeto sobre o mesmo	Importância que a parceria tem para a comunidade	Diversidade de atividades
	Considerações sobre a parceria enquanto mais-valia para as crianças e jovens do ICCA	Partilha de experiências
	Sugestões de melhoria	Demonstra satisfação
Consequências da intervenção dos voluntários internacionais	Considerações sobre a vinda dos voluntários	Diversidade de atividades
	Período de permanência	Mostra satisfação
	Funcionamento do projeto apenas com pessoas locais	A troca de experiências é necessária
	Contributo dos voluntários para a parceria entre o ICCA e o projeto	Donativos e colaboração nas atividades
Pertinência das atividades desenvolvidas	Contributo das atividades para a melhoria do dia-a-dia dos beneficiários	Multiplidade de atividades
Tempo de permanência das crianças e jovens na rua	Relação entre o projeto e o tempo que as crianças e jovens passam na rua	Ocupação do tempo livre das crianças
Interesses e competências das crianças e jovens	Novas aprendizagens	Palestras sobre diversas temáticas
	O projeto enquanto ferramenta para o futuro das crianças e jovens	Capacitação das crianças e jovens
Participação da comunidade no desenvolvimento do projeto	Opinião sobre os coordenadores serem locais	Demonstra satisfação/sugere reforço da equipa
	Nível de participação da comunidade	

Para a apresentação dos resultados, vamos usar os temas da tabela 4 como títulos.

Perceção dos parceiros do projeto sobre o mesmo

No que diz respeito à perceção dos parceiros do projeto sobre o mesmo, os dados resultantes da aplicação da entrevista à coordenadora do ICCA revelam três grandes categorias. A primeira prende-se com a importância que a parceria tem para a comunidade, a segunda refere-se a considerações sobre a parceria enquanto mais-valia para as crianças e jovens do ICCA e, por fim, a terceira é relativa a sugestões de melhoria.

Assim, relativamente à **importância que a parceria** entre a SK e o ICCA **tem para a comunidade**, verificamos que a entrevistada considera que a parceria entre os dois

organismos tem sido positiva para PN, pois veio incrementar a diversidade de atividades dos beneficiários do Instituto “Temos tido várias atividades em conjunto com os voluntários, palestras, conversa aberta, jogos, dinâmicas...o que tem sido uma mais-valia para a ocupação daquelas crianças” (E32).

No tocante às **considerações sobre a parceria enquanto mais-valia para as crianças e jovens do ICCA**, salienta-se a partilha de experiências proporcionada através da vinda dos voluntários, sendo que esta é feita com base nas características dos beneficiários do ICCA - “[...] tendo em conta que aproveitamos as habilidades de cada voluntário, eles já fazem plano de atividades de acordo com a realidade do centro” (E32).

Por fim, enquanto terceira categoria temos as **sugestões de melhoria**, algo que, na opinião da entrevistada, o projeto não precisa “[...] Neste momento, tenho que dizer que está tudo bem. Porque é uma mais-valia. Tenho visto que o projeto Sementera tem dado resposta às nossas necessidades, às atividades solicitadas, ou mesmo algumas que eles planeiam no plano de atividades deles” (E32). A coordenadora demonstra assim, satisfação com o projeto, da qual sublinhamos a menção ao satisfazer das necessidades da comunidade através de atividades solicitadas pela própria, lembrando que “o desenvolvimento deve efectuar-se de forma organizada, considerando as necessidades e interesses efectivos da comunidade” (Gómez et al., 2007, p. 140).

Consequências da intervenção dos voluntários internacionais

No que diz respeito ao tema das consequências da intervenção dos voluntários internacionais, evidenciam-se quatro categorias: considerações sobre a vinda dos voluntários, período de permanência dos mesmos, funcionamento do projeto apenas com pessoas locais e contributo dos voluntários para a parceria entre o ICCA e o projeto.

Relativamente à primeira - **considerações sobre a vinda dos voluntários**, a coordenadora admite que a vinda dos voluntários é positiva para a comunidade, referindo novamente a diversidade de atividades enquanto fator de destaque “[...] tenho visto os voluntários a participar na comunidade em geral, fora da cidade, com crianças, idosos, transmitindo algumas atividades diferentes que não fazemos aqui em Cabo Verde, troca de experiências... acho que tem sido uma mais-valia e o projeto Sementera tem sido uma referência” (E32).

Quanto ao **período de permanência** dos voluntários, a entrevistada mostra satisfação e compreensão, pois, nas suas palavras “[...] o período de tempo tem de ser de acordo com a disponibilidade de cada um. [...] Acho que é bom porque cada um tem o seu compromisso fora do país, é um voluntariado e por isso acho que o tempo é bom” (E32). No entanto, quando questionada sobre o **funcionamento do projeto apenas com pessoas locais**, a entrevistada mostra ser contra essa hipótese, pois diz que a troca de experiências é necessária “A partilha de experiências é importante e tem havido muitas atividades importantes, por exemplo com médicos, enfermeiros, jogos também...sempre tem alguma coisa diferente” (E32). Partilhamos da opinião da entrevistada - a troca de experiências é necessária, contudo, importa manter presente a ideia defendida por Gómez et al. (2007) “As diversas culturas só podem desenvolver-se de forma original quando são respeitadas no seu direito ao próprio, já que sem autonomia não é possível o crescimento, a mudança e a convivência” (p. 88).

Por último, relativamente ao presente tema, verifica-se a categoria referente ao **contributo dos voluntários para a parceria entre o ICCA e o projeto** do qual emerge a subcategoria donativos e colaboração nas atividades - “Nas atividades no centro, colaboram sempre, trazem algum donativo, material escolar, livros infantis para ocupação das crianças [...] E também, agradecemos o que é principal: a colaboração no centro que ajuda muito” (E32). Conforme referido anteriormente, o projeto não se identifica com a prática do assistencialismo, no entanto, a maioria dos voluntários traz consigo donativos (essencialmente livros infantis, material escolar e/ou de pintura, jogos didáticos, etc.) que, através dos parceiros locais são distribuídos consoante as necessidades previamente identificadas.

Pertinência das atividades desenvolvidas

Relativamente à pertinência das atividades desenvolvidas pelo projeto, a entrevistada acredita no **contributo das atividades para a melhoria do dia-a-dia dos beneficiários**. A respeito disso, a coordenadora do ICCA aponta a multiplicidade de atividades “Acho que sim, porque é uma diversidade de atividades. [...] Estão costumamos a fazer atividades recreativas, culturais, pedagógicas...mas com a Sementera, com a diversidade, ajuda muito porque é uma mais-valia” (E32).

Tempo de permanência das crianças e jovens na rua

No que diz respeito ao tempo de permanência das crianças e jovens na rua, os dados obtidos revelam que a entrevistada admite haver uma relação de causa-efeito entre as atividades desenvolvidas pelo projeto e o facto de as crianças/jovens passarem menos tempo na rua, resultando assim na categoria **relação entre o projeto e o tempo que as crianças e jovens passam na rua**. A propósito disso, a entrevistada indica a ocupação do tempo livre das crianças como a principal razão para que tal se verifique “[...] porque quando estão a fazer uma atividade ficam ocupados, não ficam a deambular nas ruas de um lado para o outro. [...] Isso ajuda muito” (E32). Importa sublinhar que para além das características que individualizam cada ser, existe também uma relação entre o contexto em que se vive e o desenvolvimento resultante. Este “contexto” é influenciado por diversos fatores, dos quais, Papalia e Martorell (2022) salientam três: a família, o nível socioeconómico, a cultura e raça/etnia. Ora, no caso de Porto Novo, mais especificamente no caso das crianças/jovens que passam muito do seu tempo na rua, estamos a falar de um nível socioeconómico bastante baixo, bem como de um contexto familiar disfuncional.

Interesses e competências das crianças e jovens

No que concerne os interesses e competências das crianças e jovens, os dados revelam duas grandes categorias. A primeira refere-se a novas aprendizagens e a segunda ao projeto enquanto ferramenta para o futuro das crianças e jovens.

Assim, com relação à categoria **novas aprendizagens**, a entrevistada admite que as crianças e jovens participantes das atividades têm expandido e adquirido novas competências, principalmente, na opinião da entrevistada, através de palestras sobre diversas temáticas “Por exemplo, conversas abertas com temas relacionados à problemática da criança e do adolescente, palestras, várias vezes temos tido médicos, enfermeiros, nutricionistas para falar da alimentação saudável, já fizemos palestra sobre HIV, primeiros socorros, higiene oral [...]” (E32). Assim, “o desenvolvimento deve efectuar-se de forma organizada, considerando as necessidades e interesses efectivos da comunidade, aplicando uma metodologia que se desenvolva com a planificação, preparação, conhecimento e participação dos cidadãos em actividades educativas

(animação, informação e formação) contextualizadas na realidade cultural e social que caracterizam essa comunidade (Gómez et al., 2007, p. 140).

Relativamente à segunda categoria, os dados obtidos indicam que a coordenadora vê o **projeto enquanto ferramenta para o futuro das crianças e jovens**, emergindo do discurso da mesma a subcategoria capacitação das crianças e jovens “Acho que sim, porque estamos a capacitá-los, a Sementera, o centro, a sociedade em geral...eu acho que quando trabalhamos em articulação, isso é uma mais-valia para o futuro deles [...]” (E32). O discurso da coordenadora alude a dois aspetos fundamentais para o desenvolvimento da comunidade: a capacitação enquanto percurso “de emancipação, de libertação e autonomização dos indivíduos, em termos pessoais e coletivos [...]” (Pinto, 2011, p. 46); e o trabalho em articulação com os vários stakeholders, lembrando que a comunidade não deve ser considerada como “consumidora de um serviço colocado à sua disposição”, conforme frisa Bosquet (2004), mas sim como “um conjunto de cidadãos que deve ser encarado como ator e produtor das suas próprias respostas coletivas” (p. 1).

Participação da comunidade no desenvolvimento do projeto

No referente à participação da comunidade no desenvolvimento do projeto, os resultados obtidos revelam duas grandes categorias: a opinião sobre os coordenadores serem locais e o nível de participação da comunidade.

Relativamente à primeira categoria, **opinião sobre os coordenadores serem locais**, a entrevistada demonstra satisfação e simultaneamente, sugere o reforço da equipa “Acho que eles têm feito um bom trabalho, dois locais, mas por vezes vejo que ficam sobrecarregados. Acho que se pelo menos houvesse mais um voluntário com eles, porque por vezes vejo que pode ser cansativo” (E32). Sobre o reforço da equipa, interessa esclarecer que, infelizmente, nem sempre se consegue manter o mesmo número de voluntários no projeto e que, talvez por isso, possa haver fases do ano em que os coordenadores locais estejam mais sobrecarregados.

Quanto ao nível de **participação da comunidade**, a entrevistada considera que a comunidade participa de forma ativa no desenvolvimento do projeto “Eu tenho visto

que sim, que principalmente a comunidade, o Centro, a Câmara Municipal [...] sempre têm contactado o projeto” (E32).

3.5 Análise da entrevista à CMPN

A análise e discussão dos dados recolhidos através da aplicação de uma entrevista semiestruturada à Vereadora da CMPN foi feita com base nos objetivos previamente definidos. Deste modo, em cada uma das categorias encontraram-se subcategorias – que tiveram por base os tópicos que emergiram com maior frequência do discurso da Vereadora. Através da decomposição dos dados obtidos foi construída tabela de análise temática, a qual é apresentada com o nº 5.

Tabela nº 5: Tabela de análise temática da entrevista à CMPN		
Tema	Categoria	Subcategoria
Perceção dos parceiros do projeto sobre o mesmo	Importância que a parceria tem para a comunidade	Dinamização dos Centros de Dia Ocupação dos tempos livres das crianças
	Desafios ultrapassados com a ajuda do projeto	Formação/capacitação às funcionárias dos Jardins de Infância
	Sugestões de melhoria	Comunicação entre a CM e o projeto
	Considerações sobre a vinda dos voluntários	Jovens qualificados/com vontade de contribuir para a comunidade
Consequências da intervenção dos voluntários internacionais	Período de permanência	Mostra descontentamento
	Funcionamento do projeto apenas com pessoas locais	Despender tempo em prol do outro não faz parte da cultura local
	Contributo dos voluntários para a parceria entre a CMPN e o projeto	Formações e ações de prevenção
	Contributo das atividades para a melhoria do dia-a-dia dos beneficiários	Ocupação dos tempos livres das crianças Bem-estar dos idosos do Centro de Dia
Tempo de permanência das crianças e jovens na rua	Relação entre o projeto e o tempo que as crianças e jovens passam na rua	Inexistência de espaço adequado para jovens
Interesses e competências das crianças e jovens	Novas aprendizagens	Artes diversas e desporto
	O projeto enquanto ferramenta para o futuro das crianças e jovens	Ocupação saudável dos tempos livres
Participação da comunidade no desenvolvimento do projeto	Opinião sobre os coordenadores serem locais	Demonstra satisfação
	Nível de participação da comunidade	Coordenadores locais vistos como motivo da participação

Com vista à apresentação dos resultados obtidos, iremos usar como critério os temas definidos na tabela 5 e usá-los como títulos.

Perceção dos parceiros do projeto sobre o mesmo

Relativamente à percepção que os parceiros do projeto têm sobre o mesmo, os dados resultantes da aplicação da entrevista à CMPN revelam três grandes categorias. A primeira categoria diz respeito à importância atribuída ao projeto, a segunda refere-se ao contributo do projeto na solução de desafios do município e a terceira a sugestões de melhoria.

Deste modo, no que concerne a **importância que a parceria** entre o projeto e a CMPN **tem para a comunidade**, a Vereadora admite que esta tem sido positiva para Porto Novo e aponta como um dos pontos a salientar a dinamização dos Centros de Dia “[...] o projeto tem contribuído para animar, para dar brilho aos nossos idosos [...] veio exatamente completar a parte que nos faltava, que era ter atividades lúdicas e recreativas para que os nossos idosos possam exercitar, brincar, conversar entre si” (E33). Ademais, acrescenta a relevância da ocupação dos tempos livres das crianças “[...] a contribuição dada até agora é extremamente positiva, principalmente no que diz respeito à ocupação das nossas crianças” (E33). Ancorados pela linha de pensamento de Maria da Silva (1963a), sublinhamos a importância da harmonia entre a comunidade e os órgãos administrativos – neste contexto, com a Câmara Municipal, enquanto objetivo comum, visando assim a melhoria da situação económica, social e cultural de Porto Novo.

No que diz respeito aos **desafios ultrapassados com a ajuda do projeto**, a vereadora admite que o projeto tenha ajudado na formação/capacitação das funcionárias dos Jardins de Infância, pois conforme frisa a Vereadora “[...] o nosso principal desafio prende-se com a falta de formação do pessoal que nós temos colocado nestes estabelecimentos [...] há um fosso de conhecimento que o projeto tem ajudado a complementar. Nós já fizemos várias ações em conjunto, desde nutrição, segurança alimentar, creio que higiene e segurança no trabalho, entre outros, e isso tem contribuído para a melhoria do trabalho que prestamos diariamente” (E33). A este propósito, a Sementera tem vindo a desenvolver diversas ações de capacitação de acordo com as competências dos voluntários presentes no projeto. Assim, destacamos “[...] a importância de capacitar a população para que possa decidir e participar de forma consciente e organizada nos planos de desenvolvimento da comunidade e no desenvolvimento da nação” (Gómez et al., 2007, p. 107).

Quanto a sugestões de melhoria, a Vereadora sugere melhorar a comunicação entre a CM e o projeto “Melhorar há sempre que melhorar, a proximidade, o diálogo, a frequência de contacto entre a associação e a Câmara Municipal” (E33). A nosso ver, esta sugestão faz todo o sentido, visto que só assim conseguiremos estar em sintonia no processo de desenvolvimento de Porto Novo. Para além disso, acontece com frequência as atividades do projeto serem comprometidas, precisamente pela falta de diálogo entre a CM e a Sementera.

Consequências da intervenção dos voluntários internacionais

No tocante às consequências da intervenção dos voluntários internacionais, destacam-se quatro grandes categorias: considerações sobre a vinda dos voluntários, período de permanência dos mesmos, funcionamento do projeto apenas com pessoas locais e contributo dos voluntários para a parceria entre a CMPN e o projeto.

Deste modo, no que diz respeito às **considerações sobre a vinda dos voluntários**, a Vereadora admite que esta tem um efeito positivo em Porto Novo, pois são jovens qualificados/com vontade de contribuir para a comunidade “[...] é extremamente positiva porque são jovens, ou que estão a frequentar o ensino superior, ou que já terminaram o ensino superior. Portanto, são jovens que vêm cheios de vontade, com muitas ideias novas, com muita vontade de dar de si e isso tem trazido muitas coisas positivas aqui no município do Porto Novo” (E33). Relativamente ao **período de permanência**, a entrevistada mostra descontentamento, pois considera que “o tempo é extremamente curto” e acredita “que esse é um ponto que a associação deveria repensar, se calhar há alguns motivos atrás disso que nós não conhecemos, mas é um ponto que deve ser analisado” (E33).

A consolidar esta “dependência” que o projeto tem de voluntários internacionais, está a vereadora ao afirmar que o **funcionamento do projeto** não resultaria **apenas com pessoas locais**, pois considera que despender tempo em prol do outro não faz parte da cultura local - “É com tristeza que digo que não [...] há uma tentativa constante de fazer com que os nacionais se apropriem desse projeto, mas nós não temos aqui a cultura de tirar pouco do nosso tempo para dar ao próximo e as pessoas que vêm trazem exatamente isso, trazem a vontade de dar de si ao próximo” (E33).

Na opinião da Vereadora, o **contributo dos voluntários para a parceria entre a CMPN e o projeto** tem sido feito, acima de tudo, através de formações e ações de prevenção, “[...] a maior parte das formações são iniciativas e sugestões dos próprios voluntários, por coincidência são áreas que nós normalmente estamos sempre com alguma fragilidade. A nível dos centros de dia, também creio que nós temos feito muitas ações de prevenção a nível da saúde, a nível da atividade física com os nossos idosos e tudo isso são contribuições que estes voluntários trazem aqui à CMPN” (E33).

Pertinência das atividades desenvolvidas

Com relação à pertinência das atividades desenvolvidas pelo projeto, a entrevistada admite o **contributo das atividades para a melhoria do dia-a-dia dos beneficiários**. Deste modo, uma das subcategorias emergentes do discurso da Vereadora é a ocupação dos tempos livres das crianças - “[...] principalmente no que diz respeito às crianças, o projeto tem contribuído para a ocupação dos tempos livres, no horário pós-escola, digamos assim, e tem contribuído para que nós não tenhamos situação de crianças na rua, não de rua, mas crianças na rua porque o projeto tem um conjunto de atividades que desenvolve e que tem abrangido estas crianças” (E33). A juntar a isso, a entrevistada refere o bem-estar dos idosos do Centro de Dia “[...] hoje eles têm mais vontade de sair de casa [...] no dia em que vão acolher os voluntários, são dias de alegria, são dias que fazem muita, muita atividade e isso tem contribuído para a sua longevidade” (E33).

Tempo de permanência das crianças e jovens na rua

No que diz respeito ao tempo de permanência das crianças e jovens na rua, destaca-se a possível **relação entre o projeto e o tempo que as crianças e jovens passam na rua**. No entanto, na perspetiva da entrevistada, esta relação de causa-efeito não é clara, emergindo daqui a subcategoria inexistência de espaço adequado para jovens “Relativamente às crianças sim, relativamente aos jovens, já acho que o projeto deverá dar mais atenção [...] Se calhar, com os jovens é porque nós não temos, neste momento, um espaço que seja para a juventude. Aqui a Câmara também terá que fazer mais alguma coisa e o projeto também terá que desenhar atividades e projetos direcionados mais para os jovens” (E33).

Interesses e competências das crianças e jovens

A respeito do tema interesses e competências das crianças e jovens, os dados revelam duas grandes categorias. A primeira refere-se a novas aprendizagens e a segunda ao projeto enquanto ferramenta para o futuro das crianças e jovens.

Deste modo, com relação a **novas aprendizagens**, a Vereadora admite que as crianças e jovens que participam nas atividades têm desenvolvido novas aprendizagens, entre elas, artes diversas e desporto “[...] principalmente no domínio da arte, [...] da promoção do desporto [...] essa é a boa contribuição que a associação tem dado para as nossas crianças” (E33). Quanto ao projeto **enquanto ferramenta para o futuro das crianças e jovens**, a entrevistada mantém um parecer positivo, concordando com o facto de o projeto ser uma boa ferramenta para o futuro dos beneficiários mais novos, pois, na sua opinião, proporciona uma ocupação saudável dos tempos livres “[...] é e deve continuar a ser uma excelente ferramenta, já que ocupa os tempos livres [...] de forma saudável e isto é muito bom para os nossos jovens e crianças” (E33). A propósito disso está a ideia de que o contexto onde crescemos tem forte influência na forma como nos desenvolvemos. Entre outras, salientamos as influências normativas que, segundo Balthes e Smith (2004), envolvem contextos biológicos e ambientais e contribuem tanto para mudanças de curto prazo, como de longo prazo, influenciando assim a trajetória de desenvolvimento (p. 128). No caso de Porto Novo, esta “trajetória” pode ser influenciada positivamente através da ocupação saudável dos tempos livres das crianças e jovens que habitualmente ficariam na rua.

Participação da comunidade no desenvolvimento do projeto

Relativamente à participação da comunidade no desenvolvimento do projeto, os dados obtidos revelam duas grandes categorias. A primeira diz respeito à opinião sobre o facto de os coordenadores serem locais, e a segunda refere-se ao nível de participação da comunidade.

Desta forma, com relação à **opinião sobre os coordenadores serem locais**, a Vereadora demonstra satisfação “[...] temos proximidade com os dois coordenadores locais, conhecem bem o que nós temos aqui no nosso município e sendo locais conseguem sempre direccionar melhor os projetos, melhor os voluntários e conseguem sempre propor novas ideias à associação” (E33). A propósito disso, aludimos ao “princípio das

necessidades sentidas”, enumerado por Carmo (2001) como um dos eixos orientadores para a ação do DC, princípio esse que “defende que todo o projecto de desenvolvimento comunitário deve partir das necessidades sentidas pela população e não apenas das necessidades consciencializadas pelos técnicos” (p. 6). Assim, podemos concluir que o facto de os coordenadores do projeto no terreno serem Portonovenses, faz com que haja uma aproximação da população e das necessidades identificadas pela mesma. Ademais, no que diz respeito à **participação da comunidade no desenvolvimento do projeto**, a Vereadora considera que a comunidade participa, mas que “[...] isso também é fruto de os coordenadores serem locais. Por serem locais conhecem bem as instituições, conhecem bem as pessoas e com isso conseguem motivar melhor os locais a participar nesta iniciativa” (E33).

CONCLUSÕES

Atendendo ao trabalho que a Associação Sementera Kriativ tem vindo a fazer em Porto Novo, desde o ano de 2017, considerou-se fundamental ser feito um estudo que nos permitisse compreender o contributo que a ação da SK tem para o desenvolvimento da comunidade. Na génese desta compreensão incluía-se o impacto que a ação dos voluntários internacionais poderia ter junto dos beneficiários diretos, bem como da restante comunidade – no sentido de perceber se a rotatividade dos mesmos, assim como as diferenças culturais, poderiam ter um efeito negativo; além disso, existia a dúvida de as atividades desenvolvidas poderem não se adequar às necessidades identificadas pela comunidade, e se de facto teriam benefícios para o dia-a-dia da mesma; por fim, pretendia-se entender se a comunidade se sentia efetivamente incluída enquanto participante do projeto.

Assim, chegamos à nossa pergunta de investigação: **Em que medida o projeto Semente da Associação Sementera Kriativ contribui para o desenvolvimento da comunidade do Porto Novo?** De forma a dar resposta a esta questão, foram elencados seis objetivos com a finalidade de conhecer a perceção da comunidade, os parceiros e os beneficiários do projeto têm sobre o mesmo; identificar as consequências da intervenção dos voluntários internacionais; perceber se as atividades desenvolvidas vão ao encontro das necessidades dos beneficiários; verificar se as crianças e jovens passam menos tempo na rua e perceber se os interesses destes se expandiram e/ou adquiriram novas competências; por último, verificar se a comunidade participa de forma ativa no desenvolvimento do projeto e da própria comunidade. Deste modo, iremos explanar as conclusões resultantes das entrevistas realizadas às diversas categorias de entrevistados: comunidade, utentes dos Centros de Dia, jovens beneficiários do projeto e parceiros (Câmara Municipal de Porto Novo - CMPN e Centro de Dia Vicente Mota Coelho - ICCA).

Relativamente ao objetivo 1: **conhecer a perceção que a comunidade, os parceiros e os beneficiários do projeto têm sobre o mesmo**, os dados obtidos revelam que a totalidade dos entrevistados reconhece a importância que o projeto tem para a vila de Porto Novo, inclusive para as parcerias criadas com a CMPN e o ICCA. A par da importância atribuída,

destaca-se a ocupação dos tempos livres dos beneficiários diretos, com maior ênfase no que diz respeito às crianças e jovens, mencionado diversas vezes pelos entrevistados, dada a relevância que esta assume no dia-a-dia da comunidade. Frequentemente, esta questão de as crianças e jovens despenderem muito tempo na rua, acontece junto daqueles que têm comportamentos desviantes, podendo comprometer a segurança dos mais novos. É, por isso, um passo importante para a Sementera verificar que o projeto pode de facto atenuar o problema, proporcionando uma ocupação saudável e profícua para o bem-estar dos mais novos. Ainda no tocante à ocupação dos tempos livres, mas agora dos mais velhos, esta é instantaneamente associada ao bem-estar dos mesmos. Face ao exposto, importa recordar o 1º Relatório de Desenvolvimento Humano, onde este é considerado o processo que expande o leque de possibilidades disponíveis a cada pessoa: viver uma vida longa e com saúde; adquirir conhecimentos e capacidades; aceder a recursos para possuir um nível de vida decente (PNUD, 1990). A esta noção de “vida decente” está implícita a ideia de bem-estar, entendida por Piedade (2017) como objetivo último do Desenvolvimento Comunitário.

Com relação a mudanças verificadas, constatamos que a grande maioria dos entrevistados reconhece o contributo do projeto na conquista de mudanças vantajosas para o desenvolvimento da comunidade. Entre elas, destaca-se o desenvolvimento de novas aprendizagens junto dos mais novos, o facto de se verificar menos crianças na rua e a melhoria do dia-a-dia dos idosos. Em termos de benefícios resultantes das parcerias criadas, a CMPN frisa a capacitação das funcionárias dos Jardins de Infância, ao passo que a coordenadora do ICCA destaca a partilha de experiências possibilitada pelos voluntários internacionais. Quanto a sugestões de melhoria, a comunidade é aquela que evidencia uma maior vontade de fazer alterações ao projeto, sugerindo para tal um maior envolvimento dos diversos elementos da comunidade. A partilhar da mesma opinião temos os jovens ao sugerirem que o projeto englobe mais crianças e jovens, pois, contrariamente ao que seria desejado, apenas alguns membros da comunidade detêm um lugar no desenvolvimento da mesma, sendo que o processo de desenvolvimento não é eficaz se não houver a participação de todos (Carmo, 2014). Apesar de ser feita esta sugestão por parte de alguns jovens (três de um total de oito), a grande maioria não considera haver necessidade de alterações ao projeto, existindo,

a este respeito, concordância por parte dos idosos e da coordenadora do ICCA. Não obstante, a Vereadora da CMPN sublinha a importância de se melhorar a comunicação e proximidade entre parceiros.

No referente ao segundo objetivo: **identificar as consequências da intervenção dos voluntários internacionais**, a resposta é unânime: todos os entrevistados admitem que a vinda dos voluntários é positiva para a comunidade de Porto Novo. No discurso da maioria dos stakeholders, o elemento mais vezes identificado tem a ver com as atividades desenvolvidas, pela diversidade das mesmas e o facto de estas incrementarem novos conhecimentos e competências. Para mais, a existência do projeto e a promoção de tais atividades por parte dos voluntários permite uma partilha de culturas e saberes que culminam na criação de laços com a comunidade, no combate à solidão dos beneficiários dos Centros de Dia e no bem-estar dos envolvidos. Face ao exposto, relembramos: “Human development – or the human development approach – is about expanding the richness of human life, rather than simply the richness of the economy in which human beings live” (UNDP, 2023).

Ainda no respeitante à vinda dos voluntários, o tempo de permanência dos mesmos revela uma divisão de opiniões: tanto os dados relativos à comunidade como aos idosos, indicam que metade dos entrevistados compreende e/ou concorda com o tempo definido; por sua vez, a metade em falta não concorda com o tempo estipulado porque defende que deveriam ficar mais tempo. Para além disso, ao analisarmos as entrevistas dos jovens e da CMPN verificamos uma prevalência para a insatisfação face à questão em análise. Com efeito, este é um dos temas que suscita maiores dúvidas, porém, conforme referido anteriormente, o funcionamento do projeto tem por base a disponibilidade dos voluntários, sendo que estes vêm, na maioria das situações, em período de férias ou período sabático – fazendo com que a generalidade dos programas de voluntariado varie entre 15 e 60 dias.

No que diz respeito ao funcionamento do projeto apenas com pessoas locais, os dados revelam que a maioria dos entrevistados não é a favor desse cenário, apresentando, para tal, diversos argumentos: consideram a vinda dos voluntários positiva, pois permite uma troca e partilha de experiências/culturas/saberes; acreditam que a inclusão de

todos é melhor; e por último, dizem que despende tempo em prol do outro não faz parte da cultura. Contudo, os que acreditam na possibilidade de o projeto funcionar apenas com pessoas locais, frisam a importância da capacitação – vista, por nós, enquanto processo de empowerment sem imposição por parte de quem capacita “[...] não impõe o seu saber, os seus recursos: liberta-os para o processo de mudança no qual é parceiro e não líder” (Pinto, 2011, p. 58).

No objetivo respeitante ao terceiro objetivo: ***Perceber se as atividades desenvolvidas vão ao encontro das necessidades dos beneficiários***, todos os entrevistados acreditam que as atividades contribuem para a melhoria do dia-a-dia dos beneficiários do projeto. Enquanto subcategoria que mais vezes emerge do discurso dos diversos stakeholders, temos o bem-estar aliado a um sentimento de alegria e diversão – os idosos dizem ficar mais tranquilos e felizes, enquanto os jovens afirmam que se divertem e aprendem. Salientamos aqui o peso que a desigualdade (nas suas variadas expressões) pode ter na vida de cada pessoa, podendo condicionar o acesso a necessidades essenciais como a alimentação, a habitação, a segurança e o acesso à educação, comprometendo seriamente o bem-estar, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano dos que são subordinados à injustiça e desigualdade. Salientamos assim que “do mesmo modo que a desigualdade começa à nascença, define a liberdade e as oportunidades de crianças, adultos e idosos e estende-se à geração seguinte, também as políticas de prevenção das desigualdades podem acompanhar o ciclo de vida” (UNDP, 2019, p. 3).

Relativamente ao objetivo 4: ***Verificar se as crianças e jovens passam menos tempo na rua***, a análise das entrevistas às diferentes categorias de entrevistados, indica que a maioria julga haver uma relação de causa-efeito entre as atividades propostas pelo projeto e o tempo que as crianças e jovens permanecem na rua. Na perspetiva dos próprios jovens, a ida ao Espaço é feita com o intuito de adquirir novos conhecimentos e de ter momentos de diversão, admitindo que o facto de frequentarem as atividades do projeto, fez com que passassem menos tempo na rua, fundamentando assim o ponto de vista dos entrevistados da comunidade e da Coordenadora do ICCA ao que tempo de permanência na rua diminuiu graças à ocupação dos tempos livres dos referidos. Contudo, a opinião da Vereadora da CMPN não é tão linear quanto a dos restantes intervenientes, pois considera que de facto as crianças passam menos tempo na rua,

mas, tal não se verifica nos jovens, frisando que o projeto deverá dar mais atenção a essa questão. Com relação ao que disse, admitimos verificar-se uma lacuna no que diz respeito ao público juvenil, algo que foi acontecendo ao longo do tempo devido à prevalência do público infantil (entre os quatro e os doze anos) – resultando na falta de identificação e posterior desinteresse pela dinâmica do Espaço.

Face ao exposto, quisemos aprofundar melhor junto do público juvenil o motivo pelo qual não há mais jovens a frequentar as atividades do projeto. Deste modo, os entrevistados apontam dois fatores: desconhecimento do projeto e a falta de interesse/outras preferências. A juntar a isso, ao perguntar à comunidade se conhece algumas crianças e jovens beneficiários do projeto, denota-se uma evidente ausência de contacto entre os mesmos, podendo esta resultar do desinteresse pela educação destas crianças/jovens por parte dos familiares, e população adulta na sua maioria. Com relação a isso, enfatizamos o parecer de Papalia e Martorell (2022): “O desenvolvimento psicossocial pode afetar o funcionamento cognitivo e físico. De facto, sem conexões sociais significativas, a saúde física e mental terá problemas” (p. 5).

Para a obtenção de dados relativos ao presente tema não se teve em conta a opinião dos utentes dos Centros de Dia, por se considerar que têm pouco contacto com o grupo em análise.

No referente ao quinto objetivo: ***Perceber se os interesses das crianças e jovens se expandiram e/ou adquiriram novas competências***, pode concluir-se que a totalidade dos entrevistados acredita que as crianças e jovens que participam nas atividades, têm desenvolvido novos interesses e competências, principalmente através das artes, de palestras temáticas e do desporto, culminando na inteligência relacional e capacitação dos mesmos. Ademais, os diversos stakeholders admitem que o projeto é uma boa ferramenta para o futuro dos beneficiários infantojuvenis. Segundo a opinião dos próprios, as novas aprendizagens que o projeto possibilita podem vir a servir de forma de sustento. Por outro lado, de acordo com os restantes entrevistados, é novamente evidenciado o facto de a ocupação dos tempos livres ser feita de forma saudável, evitando assim, caminhos desviantes de um processo de desenvolvimento saudável e profícuo.

Face à ideia acima apresentada, interessa sublinhar que, ainda que existam diferenças individuais no modo como cada pessoa reage com eventos e “questões características de cada período, os cientistas do desenvolvimento sugerem que certas necessidades básicas precisam ser satisfeitas e certas tarefas precisam ser dominadas para que ocorra um desenvolvimento normal” (Papalia & Martorell, 2022, p. 3). Ora, no caso de Porto Novo, verificam-se de facto necessidades básicas por satisfazer e só após a satisfação das mesmas é que se poderá afirmar a possibilidade de “um desenvolvimento normal”.

Finalmente, relativamente ao sexto objetivo: ***Verificar se a comunidade participa de forma ativa no desenvolvimento do projeto***, os entrevistados são questionados sobre o facto de os coordenadores no terreno serem locais, ao qual demonstram, na sua totalidade, um elevado nível de satisfação, admitindo o bom trabalho até então desenvolvido. Porém, é feita a sugestão, por parte dos jovens e do ICCA, de reforço da equipa com o intuito de “chegar a mais sítios” e evitar que estejam “sobrecarregados”, respetivamente.

No que diz respeito ao nível de participação da comunidade, a maioria dos entrevistados considera que a comunidade participa de forma ativa no desenvolvimento do projeto. Ademais, quando questionados se gostariam de participar no projeto, a resposta é unânime: todos querem participar e têm sugestões a fazer – as que mais se destacam são o combate ao isolamento da população em idade avançada e mais passeios, para os próprios.

Ainda a respeito do presente tema, importa destacar três pontos: na perspetiva dos jovens o facto de o planeamento e execução das atividades ser feito por membros da comunidade poderá resultar no aumento da adesão ao projeto, pois acreditam que havendo mais pessoas da comunidade envolvidas no projeto, tal poderá motivar outras pessoas a fazer o mesmo. Para além disso, através das ideias sugeridas pela comunidade, o projeto poderá ganhar mais qualidade. Por último, frisar o ponto de vista da Vereadora ao referir que a participação da comunidade também é fruto do facto de os coordenadores serem locais. Na sua opinião, esta influência advém do conhecimento que estes têm das pessoas e instituições, resultando, assim, numa maior motivação da comunidade em participar. Desta forma, ao partilharem de um “sentimento de

comunidade”, o qual possibilita a avaliação da “extensão na qual um grupo de pessoas se sentem ligadas umas às outras e capazes de exercer influência como poder colectivo de modo a ter as suas necessidades satisfeitas” (Amaro, 2007, p. 29), os coordenadores locais conseguem ter uma ação mais abrangente junto da comunidade.

Aprofundadas as respostas aos objetivos de investigação, voltamos à nossa pergunta de investigação: em que medida o projeto Semente da Associação Sementera Kriativ contribui para o desenvolvimento da comunidade do Porto Novo?

Deste modo, de acordo com os dados recolhidos e atendendo à resposta desenvolvida a cada um dos objetivos de investigação, consideramos que a comunidade reconhece o contributo da Associação no desenvolvimento de Porto Novo. Este reconhecimento é demonstrado através da referência ao bem-estar e alegria proporcionados, à aquisição de novos conhecimentos e capacitação/empoderamento, ao preenchimento do tempo livre das crianças e jovens que habitualmente estariam na rua, bem como dos idosos solitários. No entanto, o contributo que mais vezes é mencionado e enfatizado, é o bem-estar - “termo que pretende designar o sentido e a finalidade de um bom desenvolvimento” (Gómez et al., 2007, p. 34) - dos diversos beneficiários e, conseqüentemente, o efeito que este tem no processo de desenvolvimento da comunidade.

Contrariando uma das nossas maiores inquietações, a totalidade dos entrevistados reconhece que a vinda dos voluntários é positiva para a comunidade de Porto Novo, particularmente através da diversidade das atividades desenvolvidas, pelo facto de estas incrementarem novos conhecimentos e competências e, também, pela partilha de culturas. Contudo, ao dependermos substancialmente da disponibilidade dos voluntários que se inscrevem, a maioria dos programas de voluntariado varia entre quinze dias e dois meses, fazendo com que se verifique uma grande rotatividade de pessoas e um tempo limitado para a implementação de atividades de uma forma contínua e alicerçada. Esta continua a ser uma das grandes questões que colocamos relativamente à viabilidade do projeto e ao seu contributo para Porto Novo.

Em suma, consideramos que a SK está efetivamente a contribuir para o desenvolvimento da comunidade de Porto Novo. Porém, para além de continuar o

trabalho junto das crianças e jovens, enquanto beneficiários diretos, o desafio será conseguir um maior alcance do público jovem, bem como chegar a outras localidades, expandindo assim a ação do projeto. Além disso, acreditamos ser necessária um maior envolvimento e participação da comunidade, para que o processo de desenvolvimento seja efetivo, pois conforme Elvas e Moniz (2010) referem “Este envolvimento e participação dos cidadãos, numa localidade específica e nos processos de decisão a favor da comunidade, contribui significativamente para o aumento do sentimento de pertença e identidade de comunidade e promove um maior índice de satisfação e qualidade de vida dos indivíduos” (p. 462). Para mais, pretende-se que o projeto seja sustentável, não dependendo, por isso, do voluntariado internacional.

Como limitações do estudo apontamos o facto de termos utilizado uma amostra de conveniência que não nos permite generalizar os resultados obtidos. Para mais, apesar de se ter optado pela realização das entrevistas em *kriolo* e de se ter tido em conta os baixos níveis de literacia de grande parte da comunidade, verificámos alguma dificuldade na compreensão das questões colocadas. Além disso, preocupa-nos que a resposta dos intervenientes possa ter sido condicionada pelo facto de as entrevistas terem sido aplicadas pelos coordenadores locais.

Em jeito de proposta para estudos futuros, seria profícuo aprofundar este estudo, recolhendo perceções de outros intervenientes e fazendo uma avaliação de impacto da intervenção da Sementera Kriativ na comunidade de Porto Novo.

Terminamos com uma certeza: “A independência é algo desejada e ideal, mas, para tal, é imprescindível que cada cultura tenha a possibilidade de guiar e gerir o seu próprio destino (Gómez et al., 2007, p. 88). Para tal, se a comunidade considerar que o nosso contributo é benéfico, deveremos ter presente três princípios “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul”, (B. Santos, 1995, p. 508).

On ne fait donc pas POUR la population mais AVEC elle, on ne le répétera jamais assez (Bosquet, 2004, p. 2).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amado, J. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*.
- Amaro, J. (2007). Sentimento Psicológico de Comunidade: Uma revisão. *Análise Psicológica*, 1(XXV), 25–33.
- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35–70.
<https://doi.org/10.4000/cea.1573>
- Amaro, R. R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay! *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 75–111.
<https://doi.org/10.4000/cea.2335>
- Ander-Egg, E. (1980). *Metodologia y practica del desarrollo de la comunidad* (10th ed.). Unieurop.
- Baltes, P. B., & Smith, J. (2004). Lifespan Psychology: From Developmental Contextualism to Developmental Biocultural Co-constructivism. *Research in Human Development*, 1(3), 123–144.
https://doi.org/10.1207/s15427617rhd0103_1
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Zahar.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade - A busca por segurança no mundo atual*. Jorge Zahar Editor.
- Bosquet, C. (2004). Le Developpement Communautaire - Un Concept, Une Histoire, Des Valleurs. *Travailler Le Social*, 5–22.
- Carmo, H. (2001). A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social. *Actas Da 1ª Conferência Sobre Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental, ISPA*, 1–28.

- Carmo, H. (2014). *Desenvolvimento Comunitário* (3rd ed.). Universidade Aberta.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO Guia para Auto-Aprendizagem* (2nd ed.). Universidade Aberta. www.univ-ab.pt
- Cary, L. (1970). *Community Development as a Process* (L. Cary, Ed.). University of Missouri Press.
- Castells, M. (2018). *O Poder da Identidade*. Paz & Terra.
- Crush, J. (1995). *Power of Development*. Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9780203975985-8>
- Dicionário Priberam*. (2023).
- EAEA. (2019). *Manifesto for Adult Learning in the 21st century: The Power and Joy of Learning*. European Association for the Education of Adults - EAEA.
- Edgar, A., & Sedgwick, P. (Eds.). (1999). *Key Concepts in Cultural Theory*. Routledge.
- Elvas, S., & Moniz, M. (2010). Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. *Análise Psicológica*, 3(XXVIII), 451–464.
- Escobar, A. (1995). *Encountering Development - The Making and Unmaking of The Third World*.
- Ferreira, B., & Raposo, R. (2017). Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico1. *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 113–144.
<https://doi.org/10.4000/cea.2293>
- Ferreira, L. (1997). *Cabo Verde* (Universidade Aberta).
- Fortin, M. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Lusodidacta.
- Fragoso, A. (2005a). Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. In *Revista Lusófona de Educação* (Vol. 5).

- Fragoso, A. (2005b). Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. *Revista Portuguesa de Educação*, 18, 23–51.
<https://www.researchgate.net/publication/26465062>
- Fragoso, A., & Lucio Villegas, E. (2014). *A mediação na comunidade e no desenvolvimento comunitário: tendências e potencialidades*. 55–69.
- Freire, P. (1979). *Conscientização - Teoria e Prática da Libertação, Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1981). *Ação Cultural para a Liberdade* (5ª ed.). Paz e Terra.
- Furtado, C. A. (2016). Cabo Verde e as quatro décadas de independência: Dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente. In *Estudos Ibero-Americanos* (Vol. 42, Issue 3). Editora da P U C R S. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.3.22888>
- Garcia, A. (2017). Convivendo Juntos: Cultura Social y Educación en Valores. *Quaderns d'animació i Educació Social*.
- Gómez, J., Freitas, O., & Callejas, G. (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local* (Lda. / J. a P. PROFEDIÇÕES, Ed.; 1ª edição).
- Governo Cabo Verde. (2016). Plano Estratégico Multisectorial de Combate aos Progremas Ligados ao Álcool 2016-2020. In *World Journal of Critical Care Medicine* (Vol. 5, Issue 1). Baishideng Publishing Group Inc.
<https://doi.org/10.5492/wjccm.v5.i1.27>
- Haq, M. (1995). *Reflections on Human Development*. Oxford University Press.
- Hogan, C. (2007). *Facilitating multicultural groups: a practical guide*. Kogan Page .
- INE. (2018). *Inquérito multi-objetivo contínuo*.
- INE. (2020). Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.

- INE. (2021a). *O Impacto da Campanha Menos Álcool, Mais Vida e da Pandemia da Covid-19 no Consumo de Bebidas Alcoólicas*.
- INE. (2021b). *V Recenseamento Geral da População e Habitação*.
- INE. (2022). Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.
- Inforpress. (2019). Porto Novo: Alcoolismo é um fenómeno que está a causar problemas sérios e graves neste município. *Inforpress*.
- Jason, L. (1997). *Community Building: Values for a Sustainable Future*. Praeger.
- Le Bossé, Y. (2003). « De l' "habilitation" au "pouvoir d'agir" : vers une appréhension plus circonscrite de la notion d'empowerment ». *Nouvelles Pratiques Sociales*, 16(2), 30–51. www.puq.ca
- Leite, I. C. (2009). *Entre África e Europa: Cabo Verde e a sua estratégia de desenvolvimento*.
- Leme, A. A. (2015). Desenvolvimento e sociologia: uma aproximação necessária. *Sociedade e Estado*, 30, 495–528.
- Lopes, C. (2007). *Dissertação de Mestrado: Participação das populações locais no desenvolvimento da Educação. Caso de estudo: escolas comunitárias da região de Bafatá. Guiné-Bissau 2004 -2006 (Issue 2003)*.
- Lummis, D. C. (2010). Equality. In W. Sachs (Ed.), *The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power* (2nd ed., pp. 38–54). Zed Books.
- Martins, A. B. (2009). *RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E CABO VERDE ANTES E DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Mayo, M. (1994). *Communities and Caring*. St. Martin's Press.

- McMillan, D. W., & Chavis, D. (1986). Sense of Community: A Definition and Theory. *Article in Journal of Community Psychology*. [https://doi.org/10.1002/1520-6629\(198601\)14:13.0.CO;2-I](https://doi.org/10.1002/1520-6629(198601)14:13.0.CO;2-I)
- Mkandawire, T. (2011). Running While Others Walk: Knowledge and the Challenge of Africa's Development. *Africa Development, Council for the Development of Social Science Research in Africa, 26(2)*, 1–36.
- Musitu, G., & Buelga, S. (2004). Desarrollo Comunitario y Potenciación (empowerment). *Introducción a La Psicología Comunitaria, 10*, 167–195.
- Nascimento, A. (2009). *Apontamentos para a análise da consciência institucional em torno da pobreza e da microviolência em contexto cabo-verdiano*.
- ONU. (1986). *Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento*.
www.ministeriopublico.pt
- Papalia, D., & Martorell, G. (2022). *Desenvolvimento Humano* (14th ed.). Artmed Editora.
- Patton, M. (2002). *Qualitative Research & Evaluation Methods* (3rd ed.). Sage Publications.
- PEMDS. (2017). In *Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável 2017-2030*. Governo de Cabo Verde.
- Pereira, J. A. (2020). A luta de libertação nacional nas ilhas de Cabo Verde na encruzilhada da(s) memória(s). *Lusotopie, 19(1)*, 76–100.
<https://doi.org/10.1163/17683084-12341749>
- Pereira, L. (2013). *CABO VERDE: DA DESCOLONIZAÇÃO À ABERTURA DEMOCRÁTICA*.
- Pereira, R. (2009). *Cabo Verde a caminho dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento: o papel das ONG-estudo caso: Ilha de Santiago* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Universitário de Lisboa.

- Piedade, B. (2017). A educação e o desenvolvimento comunitário como alavanca crucial para a coesão social. *Revista Ciências Educação Americana*, n. 39, 35–52.
- Pinto, C. (2011). *Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais* [Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Política Social]. Universidade Técnica de Lisboa.
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, PEDS 2017/2021*. (2017).
- PNUD. (1990). *Rapport Mondial sur le Développement Humain 1990*.
- PNUD. (2022). *Relatório de Desenvolvimento Humano - Tempos incertos, Vidas instáveis: Construir o futuro num mundo em transformação*. <http://hdr.undp.org>.
- Pochmann, M. (2016). Capitalismo e desenvolvimento. In *Brasil sem industrialização: a herança renunciada* (pp. 16–64). Editora UEPG.
- Rahnema, M. (2010). Participation. In W. Sachs (Ed.), *The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power* (2nd ed., pp. 127–144). Zed Books.
- Resende, R. (2016). Técnica de Investigação Qualitativa: ETCl. *Journal of Sport Pedagogy & Research*, 50–57.
- Rist, G. (2008). *The History of Development, From Western Origins to Global Faith* (Third). Zed Books.
- Rodrigues, E. (2016). *O Papel da Cooperação Externa na Formação do Capital Humano em Cabo Verde*. Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Sachs, W. (2010). The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power. In W. Sachs (Ed.), *Population and Development Review* (2nd ed., Issue 1). Zed Books. <https://doi.org/10.2307/1971880>
- Santos, B. (1995). *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. Routledge.

- Santos, B. (2020). *O Fim do Império Cognitivo* (2ª). Almedina.
- Santos, T. (2008). *A Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico*.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.
- Silva, E. (2013). As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais. In *Revista Angolana de Sociologia* (Issue 12). OpenEdition.
<https://doi.org/10.4000/ras.740>
- Silva, M. (1963a). Bases de um processo de Desenvolvimento Comunitário. *Análise Social*, 4, 538–558.
- Silva, M. (1963b). *Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário* (pp. 538–558).
- Therborn, G. (2009). *The killing fields of inequality*. www.eurozine.com
- Tönnies, F. (2001). *Community and Civil Society* (J. Harris, Ed.). University of Cambridge.
- UNDP. (2019). *Relatório do desenvolvimento humano 2019: Além do rendimento, além das médias, além do presente - Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*.
- UNDP. (2023). *United Nations Development Programme*.
<https://hdr.undp.org/about/human-development>
- Veiga, J. (2005). *O Prelúdio do Desenvolvimento Sustentável* (pp. 243–266). CAVC, Economia Brasileira: Perspectivas do Desenvolvimento.
- Ventura, M. M. (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. In *Rev SOCERJ* (Vol. 20, Issue 5).
- White, S. C. (2010). Analysing wellbeing: A framework for development practice. *Development in Practice*, 20(2), 158–172.
<https://doi.org/10.1080/09614520903564199>

WHO. (2002). *Active Ageing: A Policy Framework* (World Health Organization, Ed.).
<http://www.who.int/hpr/>

Yin, R. K. (1994). *Estudo de Caso - Desenho e Métodos* (2nd ed.). Bookman.

Zimmerman, M. A., & Rappaport, J. (1988). Citizen Participation, Perceived Control, and Psychological Empowerment. *American Journal of Community Psychology*, 16(5).

ANEXOS

ANEXO 1 – DOCUMENTO ORIENTADOR (ENTREVISTAS)

Apresentação

- Criar um ambiente descontraído, mostrando gentileza e atenção para com o entrevistado.
- Manter o profissionalismo, procurando levar o entrevistado a responder às questões e esclarecendo dúvidas que este possa ter.

O meu nome é X e sou coordenador(a) do projeto Semente da Sementera Kriativ.

A investigadora Y, que faz parte da equipa de gestão de projeto, está a desenvolver um trabalho de investigação no âmbito da obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, com especialização em Desenvolvimento Comunitário.

Esta entrevista surge com o intuito de compreender o contributo que a Associação Sementera Kriativ tem para o desenvolvimento da comunidade.

Esclarecer:

- Objetivo da entrevista;
- Que não há respostas certas ou erradas;
- Que os dados recolhidos serão tratados de forma a garantir a confidencialidade e anonimato do entrevistado

Consentimento

- Solicitar a autorização do entrevistado para gravação da entrevista

Decorrer da entrevista

- Ajudar o entrevistado a expressar-se claramente;
- Focar o entrevistado nos tópicos principais;
- Estimular o entrevistado a expor mais acerca dos tópicos mais importantes.

Terminar a entrevista

- Atender ao limite de tempo da entrevista;
- Fazer um apanhado das ideias principais;
- Apresentar um agradecimento final.

Tomar notas

- Anotar as disposições corporais e emocionais do entrevistado (apenas se for relevante);
- Eventualmente, apenas no caso da não autorização da gravação da entrevista, proceder à transcrição direta da mesma.

Dicas

- Dar prioridade às entrevistas dos beneficiários diretos (jovens e idosos);
- Não esquecer de gravar as entrevistas (áudio);
- Evitar ao máximo influenciar a resposta da pessoa entrevistada (tentar que ela seja o mais sincera possível - não queremos que nos digam que o projeto está bem, queremos opiniões sinceras e que nos permitam melhorar);
- Se possível, tentar que a número de mulheres entrevistadas seja proporcional ao número de homens entrevistados.

Anexo 2 - GUIÕES DAS ENTREVISTAS

GUIÃO DA ENTREVISTA À COMUNIDADE
1. Considera que o projeto tem sido positivo para Porto Novo? De que forma?
2. Diria que houve mudanças na comunidade desde que o projeto começou? Se sim, enumere algumas.
3. Se pudesse melhorar/mudar alguma coisa no projeto, o que seria?
4. Considera que a vinda dos voluntários é positiva ou negativa para a comunidade? Justifique. Se respondeu positivamente: julga que a vinda dos voluntários pode ser uma mais-valia para o desenvolvimento do Porto Novo? De que forma?
5. Qual a sua opinião relativamente ao período de tempo que os voluntários ficam na ilha?
6. Considera que o projeto poderia funcionar apenas com pessoas locais? (<i>apropriação do projeto por parte da comunidade</i>) Diga por que motivo tem essa opinião.
7. Considera que as atividades oferecidas pelo projeto contribuem para a melhoria do dia-a-dia das crianças e dos idosos que as frequentam? Se a sua resposta foi não, que outras atividades considera importantes?
8. Conhece algumas crianças e jovens que frequentem as atividades do projeto? Se sim, já conversou com ela sobre isso? Por que motivo frequenta as atividades?
9. Considera que, com as atividades desenvolvidas pelo projeto, as crianças e jovens passam menos tempo na rua? Se respondeu não, diga por que motivo acha que isso não acontece.
10. Julga que as crianças e jovens que participam nas atividades, têm aprendido coisas novas? Se sim, diga quais.
11. Na sua opinião, o projeto é uma boa ferramenta para o futuro das crianças e jovens?
12. Qual é a sua opinião sobre os coordenadores do projeto (no terreno) serem dois locais?
13. Tem a perceção de que a comunidade participa de forma ativa no desenvolvimento do projeto?
14. Se tivesse oportunidade, gostaria de participar no projeto? Que atividades gostaria de desenvolver?

GUIÃO DA ENTREVISTA AOS UTENTES DOS CENTROS DE DIA

1. Considera que o projeto tem sido positivo para Porto Novo? De que forma?

2. Diria que houve mudanças na comunidade desde que o projeto começou? Se sim, enumere algumas.

3. Se pudesse melhorar/mudar alguma coisa no projeto, o que seria?

4. Considera que a vinda dos voluntários é positiva ou negativa para a comunidade? Justifique.

Se respondeu positivamente: julga que a vinda dos voluntários pode ser uma mais-valia para o desenvolvimento do Porto Novo? De que forma?

5. Qual a sua opinião relativamente ao período de tempo que os voluntários ficam na ilha?

6. Acredita que o projeto poderia funcionar apenas com pessoas locais? (*apropriação do projeto por parte da comunidade*)

Diga por que motivo tem essa opinião.

7. As atividades que faz no projeto têm contribuído para a melhoria do seu dia-a-dia?

Se sim, como? Se não, sugira outras atividades.

8. Qual é a sua opinião sobre os coordenadores do projeto (no terreno) serem dois locais?

9. Considera que a sua opinião é tida em conta nas atividades desenvolvidas?

10. Se tivesse oportunidade, gostaria de participar no planeamento das atividades do projeto? Que atividades gostaria de desenvolver?

GUIÃO DA ENTREVISTA AOS JOVENS
1. Consideras que o projeto tem sido positivo para Porto Novo? De que forma?
2. Achas que houve mudanças na comunidade desde que o projeto começou? Se sim, enumera algumas.
3. Se pudesses melhorar/mudar alguma coisa no projeto, o que seria?
4. Consideras que a vinda dos voluntários é positiva ou negativa para a comunidade? Se respondeste positivamente: julgas que a vinda dos voluntários pode ser uma mais-valia para o desenvolvimento do Porto Novo? De que forma?
5. Qual é a tua opinião relativamente ao período de tempo que os voluntários ficam na ilha?
6. Acreditas que o projeto poderia funcionar apenas com pessoas do Porto Novo? (<i>apropriação do projeto por parte da comunidade</i>) Diz por que motivo tens essa opinião.
7. As atividades que fazes no projeto têm contribuído para a melhoria do teu dia-a-dia? Se sim, como? Se não, sugere outras atividades.
8. Por que razão frequentas o projeto? E por que motivo achas que não há mais pessoas da tua idade a frequentar?
9. O facto de ires ao projeto, fez com que passasses menos tempo na rua?
10. Tens aprendido coisas novas? Se sim, como é que essas aprendizagens se refletem/aplicam no teu dia a dia?
11. Na tua opinião, o projeto contribui para o futuro das crianças e jovens?
12. Qual é a sua opinião sobre os coordenadores do projeto (no terreno) serem dois locais?
13. Na tua opinião, a comunidade participa de forma ativa no projeto?
14. Achas que a conceção e realização de atividades poderia ser feita por membros da comunidade, para além dos coordenadores e voluntários?

GUIÃO DA ENTREVISTA À VEREADORA DA CMPN
1. Considera que a parceria entre a CMPN e o projeto tem sido positiva para Porto Novo? De que forma?
2. Houve algum desafio para a CMPN, que o projeto viesse ajudar a resolver?
3. Se pudesse melhorar/mudar alguma coisa no projeto, o que seria?
4. Considera que a vinda dos voluntários é positiva ou negativa para a comunidade? Justifique. Se respondeu positivamente: julga que a vinda dos voluntários pode ser uma mais-valia para o desenvolvimento do Porto Novo? De que forma?
5. Qual a sua opinião relativamente ao período de tempo que os voluntários ficam na ilha?
6. Considera que o projeto poderia funcionar apenas com pessoas locais? (<i>apropriação do projeto por parte da comunidade</i>) Diga por que motivo tem essa opinião.
7. De que forma é que os voluntários têm contribuído para a parceria entre a CMPN e o projeto?
8. Considera que as atividades oferecidas pelo projeto contribuem para a melhoria do dia-a-dia das crianças e dos idosos que as frequentam? Se a sua resposta foi não, que outras atividades considera importantes?
9. Considera que, com as atividades desenvolvidas pelo projeto, as crianças e jovens passam menos tempo na rua? Se respondeu não, diga por que motivo acha que isso não acontece.
10. Julga que as crianças e jovens que participam nas atividades, têm aprendido coisas novas? Se sim, diga quais.
11. Na sua opinião, o projeto é uma boa ferramenta para o futuro das crianças e jovens do município?
12. Qual é a sua opinião sobre os coordenadores do projeto (no terreno) serem dois locais?
13. Tem a perceção de que a comunidade participa de forma ativa no desenvolvimento do projeto?

GUIÃO DA ENTREVISTA À COORDENADORA DO ICCA
1. Considera que a parceria entre o ICCA e o projeto tem sido positiva para Porto Novo? De que forma?
2. De que forma é que a parceria entre o ICCA e o projeto pode ser considerada uma mais-valia para as crianças e jovens que frequentam o Instituto?
3. Se pudesse melhorar/mudar alguma coisa no projeto, o que seria?
4. Considera que a vinda dos voluntários é positiva ou negativa para a comunidade? Justifique. Se respondeu positivamente: julga que a vinda dos voluntários pode ser uma mais-valia para o desenvolvimento do Porto Novo? De que forma?
5. Qual a sua opinião relativamente ao período de tempo que os voluntários ficam na ilha?
6. Considera que o projeto poderia funcionar apenas com pessoas locais? (<i>apropriação do projeto por parte da comunidade</i>) Diga por que motivo tem essa opinião.
7. De que forma é que os voluntários têm contribuído para a parceria entre o ICCA e o projeto?
8. Considera que as atividades oferecidas pelo projeto contribuem para a melhoria do dia-a-dia das crianças que as frequentam? Se a sua resposta foi não, que outras atividades considera importantes?
9. Considera que, com as atividades desenvolvidas pelo projeto, as crianças e jovens passam menos tempo na rua? Se respondeu não, diga por que motivo acha que isso não acontece.
10. Julga que as crianças e jovens que participam nas atividades, têm aprendido coisas novas? Se sim, diga quais.
11. Na sua opinião, o projeto é uma boa ferramenta para o futuro das crianças e jovens?
12. Qual é a sua opinião sobre os coordenadores do projeto (no terreno) serem dois locais?
13. Tem a perceção de que a comunidade participa de forma ativa no desenvolvimento do projeto?